



MAÇÃO, UMA VILA A (RE)VITALIZAR

Requalificação da Identidade e da Memória da Arquitetura e do Lugar,
Criação do Centro Cultural e de Investigação

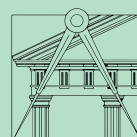
Catarina Silvestre de Matos

Licenciado em Estudos Arquitetónicos
Projeto Final de Mestrado para a obtenção
do Grau de Mestre em Arquitetura

Orientação Científica:

Professora Doutora Isabel Maria Augusto de Sousa Rosa
Professor Doutor Paulo Manuel dos Santos Pereira de Almeida

Lisboa, FA ULisboa, outubro, 2017



AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial aos meus pais, irmão, tios e avós e primos por todo o apoio e incentivo ao longo de todo este percurso acadêmico, por todo o amor e por terem sempre acreditado em mim.

À minha orientadora, Professora Isabel Rosa, pelo carinho, atenção e disponibilidade ao longo de todo este trabalho, pois a sua orientação e aconselhamento foram essenciais neste processo. Obrigado por ter sempre acreditado em mim e por fazer acreditar também.

Ao meu orientador, Professor Paulo Almeida, pela sua orientação no pensamento e na forma de ver as necessidades do lugar, que também foi importante neste processo de trabalho.

À Câmara Municipal de Mação e todas as entidades do concelho que prontamente se disponibilizaram para colaborar no fornecimento de dados para que este trabalho fosse possível realizar.

Às minhas queridas amigas Inês, Patrícia, e Marta pelo apoio, ajuda, amizade, confiança e força.

À Inês, à Marisa e à Luiana por toda a amizade ao longo deste percurso académico e a todos os que cruzaram o meu caminho ao longo destes 5 anos.

A todos os meus amigos, professores e família que não referi mas que em todos os momentos estiveram ao meu lado e contribuíram para minha formação e para a pessoa que sou hoje.

RESUMO

O período de 1960 a 1991 para além da forte emigração que se registou em Portugal, também ficou marcado pela litoralização de grande parte da população portuguesa e pelo crescimento urbano com o consequente despovoamento do interior do país, facto esse que conduziu a que este trabalho se dedicasse à procura de estratégias de revitalização do interior baseadas nas memórias e identidade do lugar de Mação.

Partindo do pensamento de Halbwachs de que a memória não se resume a datas ou fórmulas, mas que elas representam correntes de pensamento e de experiência onde se reencontra o passado de determinada sociedade, este trabalho pretende definir a identidade e a memória do povo maçaense ao conhecer a sua história e as suas gentes, com a finalidade de que através delas se pudesse revitalizar Mação. Esta busca torna-se inevitável quando compreendemos que a vida quotidiana é a expressão de referências e memórias do passado, que se tornam constantes num determinado povo, através das suas tradições.

Uma vez que revitalizar determinado local também passa por atrair novos habitantes, através da fixação de novas atividades que dinamizem o concelho, torna-se essencial requalificar o espaço público e alguns edifícios de forma a atraí-los e a poder acolhê-los. Este trabalho pretende requalificar o antigo edifício da Escola Primária de Mação e o Cineteatro para que estes deem lugar ao novo Centro Cultural e de Investigação que tem como objetivo trazer a Mação novas gentes. Revitalizar a vila e o concelho a partir das atividades e recursos endógenos que tanto caracterizam o povo maçaense é o principal objetivo deste trabalho.

PALAVRAS CHAVE

Revitalização

Requalificação

Memória

Identidade

Lugar

Mação

ABSTRACT

The period from 1960 to 1991, beyond of the strong emigration that occurred in Portugal, was also marked by the littoralisation of a major part of portuguese population.

The urban growth and depopulation in the interior of Portugal, was the reason why this work is being devoted to the search of revitalization's strategies in the interior, based on its memories and identity.

Following the thought of Halbwachs, who says that the memory is not limited to dates or formulas, holds that instead they represent currents of thought and experience where the past of a certain society is rediscovered.

This work intends to define the identity and the memory of Mação when knowing its history and its population, with the purpose that through them the revitalization of Mação could be possible.

This search becomes necessary when we understand that day-to-day life is the expression of memories from the past, which became frequent in some people through their traditions.

Since revitalizing a location also involves attracting new inhabitants, through the establishment of new activities that dynamize the municipality, it is essential to requalify the public space and some buildings in order to attract and welcome everybody.

This work intends to requalify the old building of the Primary School of Mação and the Cineteatro with the aim of giving a new Cultural and Research Center that will bring new people.

Revitalizing the village and the county from the activities and endogenous resources that characterize the people of Mação is the main objective of this work.

KEY WORDS

Revitalization

Requalification

Memory

Identity

Place

Mação

ÍNDICE GERAL

III	AGRADECIMENTOS
V	RESUMO E PALAVRAS CHAVE
VII	ABSTRACT
IX	ÍNDICE GERAL
XI	ÍNDICE DE FIGURAS
I	0. INTRODUÇÃO
4	0.1. Objeto
5	0.2. Objetivos
6	0.3. Metodologia
7	1. LUGAR E IDENTIDADE
14	1.1. Localização Geográfica
15	1.2. História
17	1.3. Património Material e Imaterial
17	1.3.1. Património Material
20	1.3.2 Património Imaterial
23	1.4. Demografia e Tecido Social
29	1.5. Atividade Económica
33	2. PLANOS E ESTRATÉGIAS DO MUNICÍPIO
35	2. 1. Plano Estratégico
40	2.1.1 Esquema de Ações do Plano Estratégico para 2025
41	2.2. Análise S.W. O.T.
43	3. CASOS DE ESTUDO
44	3.1. Praça de Lisboa, Porto
46	3.2. Ribeira das Naus, Lisboa
48	3.3. Parque dels Ocellets, Barcelona
51	4. PROJETO
58	4.1. Projeto Urbano
69	5. CONSIDERAÇÕES FINAIS
73	6. BIBLIOGRAFIA
81	7. ANEXOS
	Anexo 1
	Anexo 2
	Anexo 3
	Anexo 4
	Anexo 5
	Anexo 6
	Anexo 7

ÍNDICE DE FIGURAS

- 2 Fig. 1- Rua da Amieira
Arquivo Fotográfico, Câmara Municipal de Mação
- 8 Fig. 2- Rua Francisco Serrano
Arquivo Fotográfico, Câmara Municipal de Mação
- 9 Fig. 3- Transmissão de saberes
Álbúm de família 199?
- 9 Fig. 4- Trabalhar a terra
Álbúm de família 199?
- 9 Fig. 5- Rua 5 de Outubro
Arquivo Fotográfico, Câmara Municipal de Mação
- 9 Fig. 6- Rua Francisco Serrano
Arquivo Fotográfico, Câmara Municipal de Mação
- 10 Fig. 7- Trabalhar a terra
Álbúm de família 199?
- 10 Fig. 8- Matança do porco, momento de convívio entre famílias e de festa
Álbúm de família 199?
- 11 Fig. 9- Produção de vinho
Álbúm de família 199?
- 11 Fig. 10- Produção de vinho
Álbúm de família 199?
- 13 Fig. 11- Praça Gago Coutinho
Arquivo Fotográfico, Câmara Municipal de Mação
- 14 Fig. 12- Localização do Concelho de Mação
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ma%C3%A7%C3%A3o>
- 14 Fig. 13- Concelho de Mação com Freguesias
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ma%C3%A7%C3%A3o>
- 15 Fig. 14- Dolmén na Ortiga
<https://online.verdehorizonte.net/category/disciplinas/historia/page/3/>
- 15 Fig. 15- Pintura Rupestre, Vale do Ocreza
<http://www.viverotejo.pt/visitar/Details/26>
- 15 Fig. 16- Dolmén na Ortiga
<https://online.verdehorizonte.net/category/disciplinas/historia/page/3/>
- 16 Fig. 17- Pe. António Pereira Figueiredo
“O Distrito de Santarém”; Edição e publicação do Jornal ilustrado Português “A Hora” sob a direção de Bandeira de Tóro; Lisboa; 1943
- 16 Fig. 18- Monumento a Pe. António Pereira Figueiredo
Fotografia da Autora
- 16 Fig. 19- Brasão de Mação
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ma%C3%A7%C3%A3o>
- 17 Fig. 20- Vista da Aldeia do Pereiro
Fotografia da Autora

- 17 **Fig. 21- Lagoa Natural**
Fotografia da Autora
- 17 **Fig. 22- Praia Fluvial do Carvoeiro**
Fotografia da Autora
- 17 **Fig. 23- Mapa Webgis- Espécies Arbóreas da região**
http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/maps/epic_pt?startExtent=-1470351.8960175,4356390.2983044,-210669.67005315,5312770.3960754&maxExtent=-2226772,4257328,454026,5524348&visibleBackgroundLayer=Bing+Aerial&visibleLayers=Continente
- 18 **Fig. 24- Igreja Matriz do séc. XVI**
Fotografia da Autora
- 18 **Fig. 25- Capela de S. Bento**
Fotografia da Autora
- 19 **Fig. 26- Casa Rebelo**
Fotografia da Autora
- 19 **Fig. 27- Casa Rebelo e Praça Gago Coutinho**
Fotografia da Autora
- 20 **Fig. 28- Procissão dos Passos**
Fotografia da Autora
- 20 **Fig. 29- Capela do Calvário**
Arquivo Fotográfico, Câmara Municipal de Mação
- 20 **Fig. 30- Monte do Calvário**
Arquivo Fotográfico, Câmara Municipal de Mação
- 20 **Fig. 31- Francisco Serrano**
“O Distrito de Santarém”; Edição e publicação do Jornal ilustrado Português “A Hora” sob a direção de Bandeira de Tóro; Lisboa; 1943
- 22 **Fig. 32- Trabalhadoras da Fábrica Mirrado**
“O Distrito de Santarém”; Edição e publicação do Jornal ilustrado Português “A Hora” sob a direção de Bandeira de Tóro; Lisboa; 1943
- 22 **Fig. 33- Interior da Fábrica Mirrado**
“O Distrito de Santarém”; Edição e publicação do Jornal ilustrado Português “A Hora” sob a direção de Bandeira de Tóro; Lisboa; 1943
- 22 **Fig. 34- Dia de Trabalho na Fábrica Mirrado**
“O Distrito de Santarém”; Edição e publicação do Jornal ilustrado Português “A Hora” sob a direção de Bandeira de Tóro; Lisboa; 1943
- 22 **Fig. 35- Trabalhadores da Fábrica Mirrado**
“O Distrito de Santarém”; Edição e publicação do Jornal ilustrado Português “A Hora” sob a direção de Bandeira de Tóro; Lisboa; 1943
- 22 **Fig. 36- Fábrica Mirrado**
“O Distrito de Santarém”; Edição e publicação do Jornal ilustrado Português “A Hora” sob a direção de Bandeira de Tóro; Lisboa; 1943
- 22 **Fig. 37- Trabalho na Fábrica Mirrado**
“O Distrito de Santarém”; Edição e publicação do Jornal ilustrado Português “A Hora” sob a direção de Bandeira de Tóro; Lisboa; 1943
- 27 **Fig. 38- População do Concelho de Mação por Freguesia- Censos 2011**
Censos 2011 - Dados Do INE
- 27 **Fig. 39- População p/ sexo e p/ Freguesia em 2001**
Censos 2011 - Dados Do INE
- 27 **Fig. 40- População p/ sexo e p/ Freguesia em 2011**
Censos 2011 - Dados Do INE
- 27 **Fig. 41- População por faixa etária em 2001**
Censos 2011 - Dados Do INE
- 28 **Fig. 42- População por faixa etária em 2011**
Censos 2011 - Dados Do INE
- 32 **Fig. 43- Perfil Setorial de Emprego, Censos 2011**
Censos 2011 - Dados Do INE
- 34 **Fig. 44- Vista da Vila de Mação**
Fotografia da Autora
- 36 **Fig. 45- Estratégia de Articulação e Equilíbrio**
Plano de Desenvolvimento Estratégico de Mação - 2025; Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados
- 37 **Fig. 46- Logótipo GEMA**
<http://www.cm-macao.pt/>
- 37 **Fig. 47- Ciclo Vicioso de Baixa Densidade**
Plano de Desenvolvimento Estratégico de Mação - 2025; Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados
- 39 **Fig. 48- Desígnios Fundamentais estabelecidos no Concelho para o seu progresso**
Plano de Desenvolvimento Estratégico de Mação - 2025; Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados
- 44 **Fig. 49- Praça de Lisboa, Porto**
<https://www.pinterest.pt/pin/297519119110481432/>
- 44 **Fig. 50- Ribeira das Naus, Lisboa**
<http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/requalificacao-do-espaco-publico-da-ribeira-das-naus/>
- 44 **Fig. 51- Parque dels Ocellets**
<http://www.javierzaldivar.com/portfolio/parque-dels-ocellets/>
- 45 **Fig. 52- Mercado do Anjo**
<http://archquisition.blogspot.pt/>
- 45 **Fig. 53- Shopping Clérigos**
<http://archquisition.blogspot.pt/>
- 45 **Fig. 54- Praça de Lisboa**
<http://archquisition.blogspot.pt/>
- 45 **Fig. 55- Praça de Lisboa vista do interior das galerias**
<http://archquisition.blogspot.pt/>
- 45 **Fig. 56- Praça de Lisboa- galerias**
<http://archquisition.blogspot.pt/>

- 46 Fig. 57- Praça de Lisboa- Planta Piso -I
<http://archquisition.blogspot.pt/>
- 46 Fig. 58- Praça de Lisboa- Planta Piso Térreo
<http://archquisition.blogspot.pt/>
- 46 Fig. 59- Praça de Lisboa- Planta Cobertura
<http://archquisition.blogspot.pt/>
- 46 Fig. 60- Praça de Lisboa- Corte A
<http://archquisition.blogspot.pt/>
- 46 Fig. 61- Praça de Lisboa- Corte B
<http://archquisition.blogspot.pt/>
- 46 Fig. 62- Praça de Lisboa- Alçado
<http://archquisition.blogspot.pt/>
- 46 Fig. 63- Praça de Lisboa- Alçado
<http://archquisition.blogspot.pt/>
- 46 Fig. 64- Praça de Lisboa- Vista Aérea
<http://archquisition.blogspot.pt/>
- 46 Fig. 65- Praça de Lisboa- Vista do Alçado
<http://archquisition.blogspot.pt/>
- 46 Fig. 66- Praça de Lisboa- Vista do Alçado 2
<http://archquisition.blogspot.pt/>
- 46 Fig. 67- Praça de Lisboa- Cobertura
<http://archquisition.blogspot.pt/>
- 46 Fig. 68- Praça de Lisboa- Galerias
<http://archquisition.blogspot.pt/>
- 46 Fig. 69- Praça de Lisboa- Passeio das Galerias
<http://archquisition.blogspot.pt/>
- 46 Fig. 70- Ribeira das Naus (Antes)
<http://lx-projectos.blogspot.pt/2009/10/ribeira-das-naus.html>
- 47 Fig. 71- Ribeira das Naus -Vista do Jardim
<http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/requalificacao-do-espaco-publico-da-ribeira-das-naus/>
- 47 Fig. 72- Ribeira das Naus
<http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/requalificacao-do-espaco-publico-da-ribeira-das-naus/>
- 47 Fig. 73- Ribeira das Naus - Jardim
<http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/requalificacao-do-espaco-publico-da-ribeira-das-naus/>
- 47 Fig. 74- Ribeira das Naus - Planta do Projeto
<http://lx-projectos.blogspot.pt/2009/10/ribeira-das-naus.html>
- 48 Fig. 75- Ribeira das Naus (Atualmente)
<http://lx-projectos.blogspot.pt/2009/10/ribeira-das-naus.html>
- 48 Fig. 76- Ribeira das Naus - Passeio
<http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/requalificacao-do-espaco-publico-da-ribeira-das-naus/>
- 48 Fig. 77- Ribeira das Naus - Passeio
<http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/requalificacao-do-espaco-publico-da-ribeira-das-naus/>
- 49 Fig. 78- Parque dels Ocellets - Vista Aérea
<http://www.javierzaldivar.com/portfolio/parque-dels-ocellets/>
- 49 Fig. 79- Parque dels Ocellets
<http://www.javierzaldivar.com/portfolio/parque-dels-ocellets/>
- 49 Fig. 80- Parque dels Ocellets zona de estar
<http://www.javierzaldivar.com/portfolio/parque-dels-ocellets/>
- 49 Fig. 81- Parque dels Ocellets Planta e Corte
<http://www.javierzaldivar.com/portfolio/parque-dels-ocellets/>
- 50 Fig. 82- Parque dels Ocellets Vista
<http://www.javierzaldivar.com/portfolio/parque-dels-ocellets/>
- 50 Fig. 83- Parque dels Ocellets Render do Projeto
<http://www.javierzaldivar.com/portfolio/parque-dels-ocellets/>
- 50 Fig. 84- Parque dels Ocellets Render do Projeto 2
<http://www.javierzaldivar.com/portfolio/parque-dels-ocellets/>
- 50 Fig. 85- Parque dels Ocellets Vista Aérea 2
<http://www.javierzaldivar.com/portfolio/parque-dels-ocellets/>
- 52 Fig. 86- Antiga Escola Primária
Fotografia da Autora
- 53 Fig. 87- Mação em Números, Análise
Plano de Desenvolvimento Estratégico de Mação - 2025; Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados
- 53 Fig. 88- Recursos e Atividades endógenas
Esquema da Autora
- 54 Fig. 89- Recursos Turísticos Principais
Plano de Desenvolvimento Estratégico de Mação - 2025; Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados
- 56 Fig. 90- Principais Vias da Vila de Mação
Esquema da Autora
- 56 Fig. 91- Edificado da Vila de Mação
Esquema da Autora
- 56 Fig. 92- Principais Vias e edificado da Vila de Mação
Esquema da Autora
- 57 Fig. 93- Classificação do Património
Arquivo, Câmara Municipal de Mação
- 57 Fig. 94- Estado de Conservação
Arquivo, Câmara Municipal de Mação
- 57 Fig. 95- Número de Pisos
Arquivo, Câmara Municipal de Mação
- 58 Fig. 96- Proposta de Revitalização
Esquema da Autora
- 59 Fig. 97- Largo dos Combatentes
Esquema da Autora
- 60 Fig. 98- Organigrama Funcional
Esquema da Autora
- 61 Fig. 99- Proposta
Esquema da Autora

62 Fig. 100- Alçado principal da Residência
Desenho da Autora

62 Fig. 101- Alçado direito da Residência
Desenho da Autora

62 Fig. 102- Alçado tardoz da Residência
Desenho da Autora

62 Fig. 103- Corte da Residê
Desenho da Autora

63 Fig. 104- Corte da Residência
Desenho da Autora

63 Fig. 105- Alçado Esquerdo da Residência
Desenho da Autora

63 Fig. 106- Corte do Cineteatro
Desenho da Autora

64 Fig. 107- Perspetiva 1
Desenho da Autora

65 Fig. 108- Perspetiva 2
Desenho da Autora

65 Fig. 109- Perspetiva 3
Desenho da Autora

65 Fig. 110- Perspetiva 4
Desenho da Autora

66 Fig. 111- Perspetiva 5
Desenho da Autora

66 Fig. 112- Perspetiva 6
Desenho da Autora

66 Fig. 113- Perspetiva 7
Desenho da Autora

67 Fig. 114- Perspetiva 8
Desenho da Autora

67 Fig. 115- Perspetiva 9
Desenho da Autora

70 Fig. 116- Largo dos Combatentes, situação atual
Fotografia da Autora

74 Fig. 117- Vista da Vila de Mação, junto à ponte romana
Fotografia da Autora

82 Fig. 118- Ponte Romana
Fotografia da Autora

0. INTRODUÇÃO



Fig. 1- Rua da Amieira

0. INTRODUÇÃO

O resgate da memória e a procura de uma identidade da arquitetura e dos lugares são no nosso entender pontos de partida e aspetos fundamentais para a reabilitação/ requalificação de edifícios e revitalização dos lugares de forma coerente e com o sentido de respeito do lugar.

Quando se pretende requalificar, quer seja edifício isolado quer um sítio, torna-se imperativo conhecer a sua história: os antecedentes, o que aconteceu naquele lugar e quem ali passou, bem como as memórias e vivências da população, de forma a construir e perceber a identidade do lugar e o seu valor.

O objetivo principal deste trabalho final de mestrado é a revitalização da vila de Mação, já que se tornou objeto imperativo, devido ao aumento cada vez mais preocupante do seu despovoamento, motivado pelo processo de litoralização que Portugal tem sofrido desde a década de 60, entre outras causas, a entender e explorar ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Como meio para atingir este objetivo iremos recorrer à determinação dos conceitos de requalificação, identidade, memória, lugar e revitalização, para que a partir da definição dos mesmos, de uma pesquisa histórica, demográfica, social e económica, bem como através de análises do P. D. M. , do relatório efetuado pelo Gabinete Técnico Local e do plano estratégico para o desenvolvimento do Concelho e ainda a partir de conversas informais com as mais diversas entidades e personalidades da vila e de uma experiência no local, poder reconstruir a memória e a identidade da vila de modo a requalificar e revitalizar o centro histórico e a área definida como “Área de Requalificação Urbana” de forma a manter e respeitar a sua identidade.

0.1. Objeto

O presente trabalho surgiu da interrogação sobre a importância da identidade e da memória da arquitetura e do lugar na reabilitação de um edifício e na revitalização de um lugar. A questão tornou-se inevitável, como intervir e reabilitar de forma a manter e respeitar estas noções e toda a história que caracteriza uma população e um lugar.

Este foi o mote que deu origem ao tema do trabalho, porém o problema no Concelho de Mação é neste momento e já desde a década de 60 o progressivo despovoamento, tornando-se assim imperativo revitalizar Mação. A questão que se coloca é como atrair população do litoral para o interior do país e revitalizar o centro histórico da vila de Mação, e inverter este ciclo fechado.

0.2. Objetivos

Procura-se uma estratégia de revitalização urbana com base na requalificação do espaço público, bem como de determinados edifícios classificados em mau estado de conservação ou até mesmo em ruína, enquanto expressão das memórias e de identidade da população maçaense.

Pretende-se descobrir/definir a identidade da vila enquanto lugar, e estudá-lo; a sua história, as suas memórias coletivas, o seu património material e imaterial, bem como o papel do mesmo na vivência da população. Essa identidade será construída a partir de uma análise histórica, demográfica, social e económica, dos recursos endógenos e tradições locais.

Torna-se essencial analisar todos os planos da Câmara Municipal para o Concelho de forma a conhecer as suas estratégias de revitalização de modo a elaborar um projeto de revitalização baseado numa análise S.W. O.T. e em atitudes e objetivos concretos e úteis para um projeto bem sucedido.

Fomentar critérios de interligação e atratividade para intensificar as atividades económicas e funções do presente conciliando com a preservação dos valores patrimoniais com a recuperação e a requalificação do edificado corrente, preservando a identidade da vila e garantido a coerência tipológica do edificado e a qualidade de vida dos espaços públicos são objetivos imperativos neste processo de revitalização.

Todo o processo de revitalização da vila implica um estudo aprofundado das oportunidades, ameaças, forças e fraquezas do lugar para que sejam potencializadas os aspetos positivos e minimizar os negativos para requalificar os espaços menos aproveitados a partir das potencialidades económicas e sociais do povo maçaense.

O trabalho que se propõe passará por uma proposta final arquitetónica de requalificação do espaço público e do edificado público e privado com objetivo máximo a revitalização económica, e o aumento da população permanente do centro histórico pertencente à vila e à freguesia de Mação, sendo sede do concelho de Mação.

0.3. Metodologia

O trabalho final de mestrado será composto por duas partes, sendo a primeira teórica que consistirá numa dissertação e a segunda no desenvolvimento do projeto. No projeto serão aplicados os conceitos e temáticas desenvolvidos na parte teórica.

Como metodologia aplicada no desenvolvimento do trabalho, optou-se por uma análise aprofundada de elementos históricos, através de antigos documentos, livros e recolha de alguns testemunhos sobre tradições da vila de forma a reconstruir a sua identidade. Consultaram-se dados do concelho, sendo eles; demográficos ou socioeconómicos, através de censos ou mesmo dos relatórios elaborados pelo gabinete técnico local, que trabalhou no concelho nos anos de 90, o PDM e ainda o Plano Estratégico para 2025. E por fim recolheram-se outros dados da vila sobre a área de reabilitação urbana da mesma, como levantamentos cartográficos, toponímicos, evolução urbana, usos dominantes, valor arquitetónico, estado de conservação dos edifícios, perceção e análise das prioridades de intervenção.

A esta análise e construção da identidade de Mação segue-se a elaboração de uma análise S.W.O.T. como mote para a elaboração do projeto de revitalização arquitetónica dos espaços públicos e do edificado em mau estado de conservação, como processo de revitalização socioeconómico do centro histórico.



1. LUGAR E IDENTIDADE

- I.1. Localização Geográfica
- I.2. História
- I.3. Património
- I.4. Demografia e Tecido Social
- I.5. Atividade Económica



Fig. 2- Rua Francisco Serrano

I. LUGAR E IDENTIDADE

”É esse passado vivido, bem mais do que o passado apreendido pela história escrita, sobre o qual poderá mais tarde apoiar-se sua memória (...) É nesse sentido que a história vivida se distingue da história escrita: ela tem tudo o que é preciso para constituir um quadro vivo e natural em que um pensamento pode ser apoiar, para conservar e reencontrar a imagem de seu passado”

(HALBWACHS, 1968, 71)

A memória e a cultura contribuem para a identidade desenvolvimento ativo de determinado lugar, a memória é nada mais do que a cultura imaterial de uma sociedade, bem como os objetos, utensílios ou produtos, ou seja, o património material que conjugados dão origem à identidade da sociedade onde o indivíduo se insere. Torna-se imperativo e necessário a recuperação e transmissão dessa mesma cultura e tradição às gerações seguintes.

“A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou se quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência. Se não fosse assim, teríamos nós o direito de falar em memória, e que serviço poderiam nos prestar quadros que subsistiram apenas em estado de informações históricas impessoais e despojados?”

(idem, 67)

Mação e o povo maçaense é rico em memórias, saberes, hábitos e tradições, que fazem a história de cada lugar, porém é uma memória sobretudo oral, memória coletiva que é transmitida de geração em geração por meio oral e vai mantendo as suas tradições ao longo dos tempos. É também recheado de história e possui bastante património que se mantém “vivo” no sentimento dos maçaenses mais antigos.

O que mantem vivas estas memórias e tradições que constituem a cultura e identidade da vila e do concelho de Mação é precisamente esta tradição oral que é transmitida pelos que ainda o habitam ou familiares que regressam ocasionalmente e a vão vivendo.

HALBWACHS, Maurice; “A Memória Coletiva”; Paris, França; 1968; Edições Vértice; p. 71 e 67



Fig. 3- Transmissão de saberes



Fig. 4- Trabalhar a terra



Fig. 5- Rua 5 de Outubro



Fig. 6- Rua Francisco Serrano

“A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparado por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterado. (...) Certamente, que se através da memória éramos colocados em contato diretamente com alguma dessas ideias mais ou menos precisas que nossa reflexão, ajudado pelos relatos, os depoimentos e as confidências dos outros, permite-nos fazer uma ideia do que foi o nosso passado.”

(HALBWACHS, 1968, 71)



Fig. 7- Trabalhar a terra

Certamente que o povo maçaense, composto grande parte por uma população envelhecida, não estudou isto na escola, porém mantem as suas tradições vivas, reproduzindo-as, sendo através das romarias, festas, tradições religiosas ou gastronómicas ou até mesmo da tradição oral, mantendo presente a cultura e identidade, fazendo com que Mação seja conhecido e lembrado pela sua “marca”.

“Os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, que eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo.”

(idem, 66)



Fig. 8- Matança do porco, momento de convívio entre famílias e de festa

Uma sociedade possui e mantem a sua identidade através da sua memória coletiva, apoiada na sua história, nos factos que não viveu mas que tomou conhecimento através de escritos, documentos ou vestígios, é neles que se apoiam as memórias vividas de uma sociedade e é através dessas conjugação que se forma a identidade, porém “não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória. Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto” (HALBWACHS, 1968, 60)

É contudo, através da história escrita que tomamos conhecimento do passado e o mantemos de certa maneira presente, ao perpetuarmos essas mesmas ideias.

“Ao mesmo tempo, sei bem que não me foi possível ser testemunho do próprio acontecimento, atendo-me aqui às palavras que ouvi ou li, sinais reproduzidos, através do tempo, que são tudo o que me chega do passado. (...) É que a história, com efeito, assemelha-se a um cemitério onde o espaço é medido e onde é preciso, a cada instante achar lugar para novas sepulturas.”

(ibidem, 55)

HALBWACHS, Maurice; “A Memória Coletiva”; Paris, França; 1968; Edições Vértice; p. 66 e 55

Recordar é um ato eminentemente individual, porém essas lembranças são situadas no espaço e no tempo e o facto de nos inserirmos numa sociedade ou num grupo e de coexistirem memórias desse mesmo grupo torna-se imperativo a existência de uma “memória coletiva” que é mais do que uma mera série de datas ou factos históricos, e possui mais do que um mero papel secundário na fixação das lembranças individuais.

Assim Maurice afirma que *“frequentemente consideramos a memória como faculdade propriamente individual, isto é, que aparece numa consciência quer por vontade, quer por oportunidade, os estados pelos quais ela passou antes. Como não é possível todavia contestar que reintegramos frequentemente nossas lembranças em um espaço e em um tempo (...)”*

(ibidem, 57)

As memórias tornam-se preciosas fontes históricas, conjugadas com objetos ou dados escritos úteis para a reconstituição dos usos e costumes de determinada época, bem como para a constituição da noção de cultura e identidade de um povo.

Como afirma Oosterbeek, as fontes orais são a primeira matéria-prima na construção do património, “ouvir” e “ouvir dizer” canções e histórias são instrumentos essenciais na construção da componente social da nossa identidade.

“A função primordial da memória, enquanto imagem partilhada do passado, é a de promover um laço de filiação entre os membros de um grupo com base no seu passado coletivo, conferindo-lhe uma ilusão de imutabilidade, ao mesmo tempo que cristaliza os valores e as aceções predominantes do grupo ao qual as memórias se referem. Halbwachs considera, assim, que a memória colectiva é o locus de aconragem da identidade do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e no espaço.”

(PERALTA, 2007,6)

A influência das diferentes culturas que pelo território de Mação passaram e tradições influenciou o povo maçaense tornando-o particular, é tipicamente tranquilo, alegre, e ligado à sua gente e terra.

HALBWACHS, Maurice; “A Memória Coletiva”; Paris, França; 1968; Edições Vértice; p. 66 e 55

PERALTA, Elsa; “Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica”; Arquivos da Memória, Antropologia, Escala e Memória; Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa; N°2, Nova Série; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Universidade de Lisboa; Lisboa; 2008; p. 6



Fig. 9- Produção de vinho



Fig. 10- Produção de vinho

É cada vez mais relevante preservar o património cultural, pois pelas mais diversas razões perde-se, devido ao despovoamento das áreas rurais como o êxodo, que também em Mação se faz sentir; o abandono da agricultura e o aumento do desinteresse por parte da população jovem pelo património, entre muitos outros motivos. Os mais velhos são por isso, ferramenta essencial na requalificação desta mesma identidade, neles conservam o passado e possuem o entendimento para o futuro.

Foram criados por todo o concelho espaços de memória com o objetivo de proteger e valorizar as histórias e objetos, trocar experiências e resgatar memórias materiais e imateriais da população, criando uma conexão entre a cultura material recente e as coleções do Museu arqueológico de Mação.

“A vida quotidiana exprime-se pelo conjunto de vivências, de emoções, comportamentos individuais coletivos, envolvendo o homem nas suas mais diversas atividades que se destinam a garantir o seu desenvolvimento e evolução, enquanto ser biológico e social, e as referências ao passado são uma presença constante na vida quotidiana dos indivíduos e dos grupos. Esse passado é muitas vezes transportado sob a forma de memórias ou tradições.”

(OOSTERBEEK, MORAIS, LOPES, 2008,61)

Nenhuma comunidade está isolada das suas influências culturais, a passagem do tempo, das gentes e dos povos por Mação provocou nele transformações evidentes e relevantes. Exemplo disso são as técnicas artesanais que se foram adaptando e evoluindo até a industrialização que revolucionou o mundo das técnicas artesanais, o que fez com que os instrumentos e utensílios artesanais se extinguissem. No entanto foi através do museu e da sua equipa, bem como destes espaços de memória que foi feita uma recolha e o levantamento dos mesmos de forma a expô-los e assim manter, valorizar, preservar e proteger a sua memória.

“A importância cultural dos ofícios existentes numa comunidade é potente, eles complementam-se mutuamente na vida da sua terra, numa colaboração funcional das atividades necessárias à coesão e reprodução social da comunidade.”

(idem, 62)

OOSTERBEEK, Luís; “Espaços de memória e cultura em Mação: breve exposição”; in Zahara. - Abrantes: Centro de Estudos de História Local de Abrantes - A. 6, nº 11 (Jul. 2008), p. 61 e 62

A preservação destes utensílios e técnicas torna-se importante no fornecimento de dados, relevantes raízes históricas ligadas às atividades endógenas como a produção de azeite, mel, queijos, enchidos e resina.

A memória do passado coletivo, presente na vida da população maçaense é evidente, o que faz com que se torne essencial celebrá-lo através da sua requalificação e importação para o presente, é parte da sua história e identidade, é a cultura de Mação. Torná-la presente e atual na vila e na vida da população pode e deve ser parte integrante de um mote para a sua requalificação e revitalização enquanto vila e sede de concelho, concelho este com falta de população ativa. A sua revitalização e requalificação deve alicerçar-se no que Mação possui de melhor, os seus produtos endógenos, o seu património natural, material e imaterial, as suas tradições e costumes, memórias, saberes, hábitos e tradições, toda a cultura que forma a sua identidade.

O passado marca individualmente, socialmente e culturalmente, fazendo parte das vidas do indivíduo, logo as memórias coletivas apenas quando baseadas na experiência podem subsistir ao longo do tempo.



Fig. 11 - Praça Gago Coutinho



Fig. 12- Localização do Concelho de Mação



Fig. 13- Concelho de Mação com Freguesias

I.1. Localização Geográfica

Mação é uma vila do distrito de Santarém, situada na convergência de três províncias, Beira-Baixa, Alentejo e Ribatejo, pertence administrativamente ao distrito de Santarém, inserido portanto na região centro, na sub-região Pinhal, na província da Beira-Baixa e na diocese de Portalegre

Quanto à sua localização geográfica, é limitada a norte pelos concelhos de Vila de Rei, Sertã e Proença-a-Nova, a nascente pelos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa, a Poente pelos concelhos de Sardoal e Vila de Rei e a Sul pelos Concelhos de Abrantes, Gavião e pelo Rio Tejo.

O concelho de Mação possui uma superfície de 401km², com uma população de cerca de 7.338 habitantes distribuídos por seis freguesias sendo elas: Amêndoa, Cardigos, Carvoeiro, Envendos, Mação e Ortiga.

A freguesia com maior índice populacional é a de Mação com cerca de 2.228 habitantes e 67km² sobre a qual nos vamos debruçar.

O concelho é essencialmente acessível pelas EN244, EN 241-I, EN 359, EN244-3, EN 3-12, EN 351, EN 359-I e mais recentemente pela A23. Mação é também servido pelos Caminhos de Ferro com várias estações e apeadeiros.

O clima é continental seco, caracterizado pelas suas temperaturas excessivas, sendo muito frio no Inverno e muito quente no Verão, a falta de montanhas não favorece a queda de abundantes chuvas.

“Seja como fôr, a Natureza mediterrânea apresenta-se no espaço e no tempo, com notável unidade e constância de caracteres. Há dezenas de séculos que os homens se ligaram a esta terra, que não produz sem esforço. Desde a mais remota Antiguidade se observa o mesmo curso das estações e o mesmo ritmo das fainas agrícolas, os trabalhos e os dias do camponês mediterrâneo do nosso tempo não causariam estranheza ao que primeiro os cantou.”

(RIBEIRO, 1945, 14)

RIBEIRO, Orlando; “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Estudo Geográfico”; Coimbra Editora; Limitada: Coleção Universitas; 801; Lisboa, Setembro 1945

I.2. História

“Em nenhum outro espaço do Globo as relações da geografia e da história formam, como no Mediterrâneo, uma trama espessa e indissolúvel. É preciso considerar a persistência das condições naturais e a continuidade do esforço humano para compreender as gentes e os lugares.”

(idem, 39)

A história desta região remonta ao período da pré-história. Sempre foi tida como erma, cujo despovoamento se terá dado entre a invasão árabe e o início da primeira dinastia. Encontram-se vestígios de ocupação humana do território desde o período do Neolítico, como pinturas rupestres no Vale do Ocreza, e utensílios nas diversas freguesias e ainda instrumentos da época do bronze perto de Belver e Mação. Mação apresenta diversos vestígios romanos, o que leva a crer que tenha permanecido sob o domínio desse império durante os primeiros séculos da era cristã. São testemunhos desta ocupação o Castro de São Miguel de Amêndoa, de origem romana céltica ou a ponte romana da Ribeira da Pracana junto da Ladeira dos Envendos.

A origem do nome Mação é incerta, existindo assim diversas especulações em torno do mesmo, tendo sido posta como possível explicação a origem na palavra “mansio-mansionis” que significa estalagem ou albergue e que esta zona tenha sido local onde se estabeleceu uma estalagem durante a dominação romana, pois seria um local de passagem de viajantes vindos de Abrantes e que seguissem para Castelo Branco. A segunda possível explicação é a que a sua origem provenha do termo francês “maçon” que significa pedreiro, canteiro, alvener, e durante a Idade Média o termo passou a designar o diretor ou mestre de obras de arquitetura, o arquiteto.

Mação é provavelmente das mais antigas povoações do concelho, pensa-se que a sua origem anteceda a da nacionalidade. Começou por ser um simples lugar, na dependência de Belver até ao reinado de D. Dinis. Já nesta época, durante o decurso da primeira dinastia, Mação possuía alguma importância e serviu de base à longa disputa entre Reis e a Ordem de Malta na altura em que os monarcas queriam concentrar poderes, e foi posteriormente doada aos Hospitaleiros.

Todo o concelho conserva um vasto património arqueológico.

A partir do séc. XIII passa a ser uma alcaidaria pertencente aos marqueses de Abrantes em direção a Castelo Branco.

O primeiro foral foi concedido pela Rainha Santa Isabel, e foi renovado em 1355 por parte de D. Pedro I, já como concelho.

RIBEIRO, Orlando; “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Estudo Geográfico”; Coimbra Editora; Limitada: Coleção Universitas; 801; Lisboa, Setembro 1945



Fig. 14- Dolmén na Ortiga



Fig. 15- Pintura Rupestre, Vale do Ocreza



Fig. 16- Dolmén na Ortiga



Fig. 17- Pe. António Pereira Figueiredo



Fig. 18- Monumento a Pe. António Pereira Figueiredo



Fig. 19- Brasão de Mação

Inicialmente Mação foi pertença de Belver, porém em 1527 era já concelho com uma população de cerca de 800 habitantes, chegando a vila conceituada no antigo regime pois possuía Capitão-Mor e duas companhias de Ordenança.

Na 2ª metade do séc. XVII mais precisamente em 1762, foi quartel general do exército inglês, comandado pelo Marechal Inglês Conde Lippe, que vieram auxiliar o exército português contra a invasão das tropas espanholas. “E honra-se Mação em ver a tradição confirmada nos versos de António Dinis da Cruz e Silva: “Tu, pequeno Mação, foste a barreira/ Onde confuso, com eterna injúria,/ Da arrogante carreira/ O hispânico leão quebrou a fúria.”

Mação é a pátria do ilustre latinista e teólogo Pe. António Pereira de Figueiredo, (n. 1725, f. 1797). Foi um homem erudito e de grande saber, sendo que grande maioria das suas obras são escritas em latim. D. José I, nomeou-o intérprete mor, e foi membro da Academia Real das Sciencias, na classe de literatura. Suas obras formam um longo catálogo de entre elas destaca-se a 1ª tradução da Bíblia para português.

Em 1807, Mação foi invadido pelos franceses durante a 1ª invasão Napoleónica ao nosso país, toda a região foi fortemente votada de todo o tipo de violências, horrores e saques.

Com a constituição surgiram as guerras civis entre Liberais e Absolutistas que ocorreram com especial ênfase na zona, devido à sua tradição “maçom”.

No ano de 1867 o concelho de Mação foi suprimido e passou a pertencer a Proença-a-Nova, talvez como represália pelo apoio do povo à Patuleia, por parte do ministro Martens Ferrão, até 1868, data em que foi restaurado.

Foi em 1928 que o território municipal de Mação se estabilizou com o elevar da Ortiga a freguesia.

Na sequência de um estudo do arqueólogo Afonso de Omelas foi, em 1930, aprovado o Brasão do município, pela Associação dos Arqueólogos Portugueses. O brasão é vermelho com uma ovelha, por cima um cacho de uvas folhado, acompanhado de duas abelhas, tudo em ouro, orla de prata cortado por faixas onduladas azuis. Ao cimo, uma coroa mural de prata com quatro torres, ao fundo uma bandeira branca com um listel branco de letras pretas. O vermelho simboliza em heráldica as vitórias e guerras, deriva do facto de Mação ter sido quartel general das tropas de Lippe. As principais indústrias do Concelho fazem-se representar pelas ovelhas a tecelagem de lãs, fabricação de curtumes e exportação de gado. As uvas e as abelhas simbolizam a agricultura, em particular a produção de vinho e mel da região. As correntes de água que fertilizam Mação fazem-se representar pelas ondulações prata e azuis.

I.3. Património Material e Imaterial

I.3.1. Património Material

Praticamente todo o concelho é caracterizado por manchas de terreno quaternário formado de areias, calhaus e terra solta, os principais tipos de rocha que predominam a região são os xistos, granitos, argilas quartzitos e lousas, sendo a sua morfologia composta por uma sequência de montanhas e vales.

“A variedade de solos, a riqueza da flora, o carácter intermédio do clima que permite o desenvolvimento e a mistura de plantas de vária proveniência, a sucessiva introdução, pelo homem, de muitas espécies agrárias, tudo favorece o modo de vida dominante nas regiões mediterrâneas: a agricultura.”

(ibidem, 15)

O Património Natural do Concelho é bastante rico, a pureza das suas águas proporcionam espaços de lazer de interesse e com reconhecimento, são várias as praias fluviais, como a Praia Fluvial do Carvoeiro, a Praia Fluvial de Cardigos e a Praia da Barragem de Ortiga, e ribeiras com qualidades medicinais que ajudam na curam de doenças respiratórias e reumatismo como as Termas da Fadagosa e outras que curam doenças de pele e fígado como as Termas da Ladeira. O ar puro que caracteriza toda esta zona advém da densa florestação de Pinheiro Bravo que cobre o concelho.

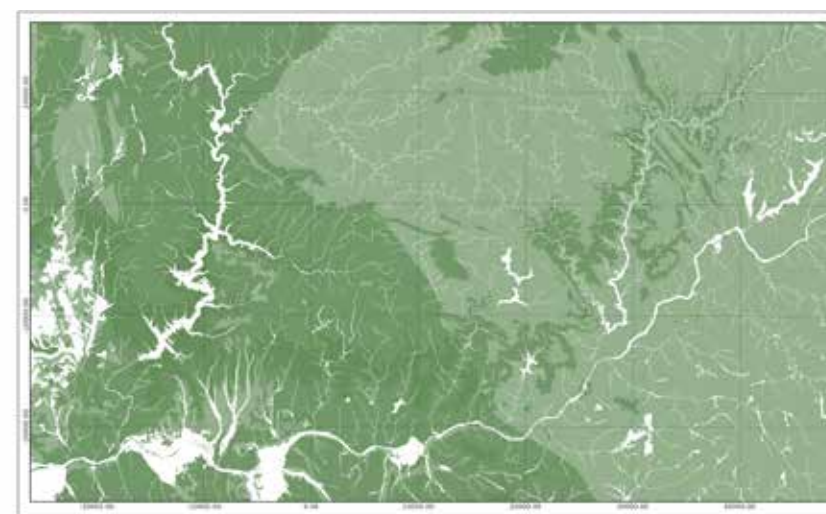


Fig. 23- Mapa Webgis- Espécies Arbóreas da região

As principais espécies arbóreas predominantes são o pinheiro, azinheira, sobreiro, castanheiro, eucalipto e a oliveira. Toda a região está fortemente demarcada por diversos vestígios pré-históricos, do paleolítico, como bifaces e outros instrumentos de caça e pesca, que denunciam a existência de tribos nesta zona.

RIBEIRO, Orlando; “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Estudo Geográfico”; Coimbra Editora; Limitada: Colecção Universitas; 801; Lisboa, Setembro 1945



Fig. 20- Vista da Aldeia do Pereiro



Fig. 21- Lagoa Natural



Fig. 22- Praia Fluvial do Carvoeiro



Fig. 24- Igreja Matriz do séc. XVI



Fig. 25- Capela de S. Bento

Do período Eneolítico ainda persistem vestígios como antas ou dólmenes, e tal como no Paleolítico este período também se prolongou de forma a que a Idade do Bronze ficasse mais escondida e dela apenas restam algumas peças que mostram o avanço tecnológico.

Um pouco por todo o concelho podemos encontrar exemplos reveladores da história de Mação como castros, igrejas, estações arqueológicas, pontes romanas, entre outros.

Na freguesia de Mação (vila) são de destacar vários exemplos como a Igreja da Nossa Sra. da Conceição, a Matriz da vila, trata-se de uma Igreja renascentista do final do séc. XVI, mais precisamente em 1597. Apresenta-se como uma igreja de três naves e cinco tramos, divididas por arcos de volta perfeita sobre colunas toscanas de granito, revestida com azulejos policromos datados de 1644, com destaque para a representação de várias pessoas e acontecimentos da vida de Jesus e da Virgem. O altar-mor ostenta retábulos em talha dourada. Na cabeceira dois volumes desiguais de dois pisos do lado direito e um piso do lado esquerdo. Os tetos são em madeira de três planos e a capela-mor coberta por uma abóbada de berço. A torre sineira é ainda resultante da primeira construção. Encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público.

De destacar é também a Igreja da Misericórdia, ou da N^a Sra. da Visitação, possivelmente do séc. XVI (1550), na sua frontaria um nicho com a imagem de Sta. Maria de Mação em pedra de anã datada do séc. XV. No seu interior um altar em talha dourada. Todo este conjunto revela um imóvel de grande valor.

A Capela de S. Bento, antiga Capela de St. Ildefonso, é um outro exemplo histórico da vila, bem como a Igreja do Espírito Santo, tida como a primeira Igreja Matriz. Pensa-se ter sido também a primeira sinagoga de Mação, sem que este facto esteja comprovado.

A Capela do Espírito Santo, atual ermida foi entre finais do séc. XVII e inícios do séc. XVIII, igreja matriz da povoação. Revela uma arquitetura tardo-religiosa com duas torres sineiras a fachada principal. O seu interior é um espaço único diferenciado unicamente pela elevação do pavimento da alta capela-mor.

A vila conserva ainda alguns edifícios de grande interesse que caracterizam determinada época ou evidenciam determinada arquitetura, como a Casa Pina Falcão ou a Casa Rebelo, ambas localizadas na Rua Pina Falcão.

A Casa Pina Falcão, imóvel de interesse público, construída no séc. XVI, outrora acolheu as tropas francesas, trata-se de uma “casa abastada oitocentista, de dois pisos com remate em platibanda; vãos em arco quebrado, de gosto neogótico” (SIPA, Casa Pina Falcão, cons, 13/03/2017). Possui uma planta em L, aberta para um pátio quadrangular, sua fachada principal virada a Norte, de dois pisos delimitados por friso, é enquadrada por pilastras e rematada por

cimalha moldurada a que se sobrepõe uma platibanda. No piso térreo rasgam-se três janelas de cada lado do portal axial; no piso superior sete portas-janelas abrindo para balcões com gradeamento em ferro. Todos os vãos são em arco apontado, tendo as janelas bandeiras decoradas com motivos florais. As fachadas são decoradas com pinturas fingindo mármore e azulejos de padrão oitocentista, em laranja e azul. Dos lados da porta-janela central duas pedras de armas com os escudos heráldicos dos Pina e dos Falcão.

Quanto à Casa Rebelo, construção do séc. XIX, reflete uma arquitetura de inspiração brasileira com planta irregular composta por vários retângulos adossados em «L» rodeando um jardim. A fachada principal virada a Sul composta por quatro corpos de diferente volumetria, separados por pilastras: dois pisos rematados por platibanda, o segundo de três pisos coroado por frontão triangular; o quarto, mais estreito, de dois pisos e água-furtada ladeada de aletas; os dois corpos mais baixos são simetricamente rasgados por vãos retangulares, com portas-janelas de sacada no piso superior; o corpo de três pisos é rasgado no piso térreo por porta de verga e pilastras toscanas, a que se sobrepõem portas-janelas com balcões de sacadas em ferro, ladeadas por espelhos ovalados no primeiro piso e por janelas de vergas angulares no piso superior.



Fig. 26- Casa Rebelo



Fig. 27- Casa Rebelo e Praça Gago Coutinho

1.3.2. Património Imaterial

“No mais, fora das gravuras e dos livros, na sociedade do hoje, o passado deixou muitos traços, visíveis algumas vezes, e que se percebe também na expressão dos rostos, no aspeto dos lugares e mesmo nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e dentro de tais ambientes, nem nos apercebemos disto, geralmente.”

(HALBWACHS, 1968, 68)

Mação e a sua gente mantem vivas as suas tradições e são tradições e são várias as datas festivas que se fazem assinalar ao longo do ano sendo: festas ou feiras que assinalam momentos importantes e romarias que acontecem nas diversas aldeias do concelho, em honra dos seus padroeiros, as festas pascais, que ano após ano mantêm a tradição através da realização da procissão do “Senhor dos Passos” no 4º Domingo da Quaresma, bem como com a realização do chamado “Terço da Farinheira” durante as madrugadas da semana santa, entre outros eventos que fazem com que esta quadra religiosa seja um marco na cultura e identidade maçaense.

Francisco Serrano faz também referência às “travelas dos Passos”, que eram bolos vendidos no dia da procissão dos Passos que as crianças comiam no Monte do Calvário (monte no centro da vila), eram também vendidos aos forasteiros que visitavam Mação por ocasião da mais importante festividade tradicional, que se mantinha mais de 140 anos antes de 1786, e tinha como objetivo principal alimentar a população mais pobre.

É também através das feiras que o povo expõe o que tem e faz de melhor a quem o visita por estas ocasiões. São de notar a “Feira Mostra de Mação” que se realiza anualmente no início do mês de Julho com o objetivo de divulgar os produtos e atividades endógenas, bem como o artesanato que ainda persiste no concelho, sendo exemplos oficinas de olaria, funilaria, ferraria, tapetes de Arraiolos e mantas de trapos.

A Feira de Todos os Santos, também esta anual, que se realiza no primeiro Novembro é tradição maçaense pelo menos desde 1682, como afirma Francisco Serrano, historiador notável da terra, porém nessa época a feira realizava-se nos 3 primeiros dias de Novembro, possuía “barracas” de ourives, vendas de panos e fazendas de lã e 120 anos antes de 1802 metia botequins. Ainda hoje a distribuição das bancas da feira é semelhante à de 1802. (pág. 42 e 43 Elementos Históricos e Etnográficos de Mação)

HALBWACHS, Maurice; “A Memória Coletiva”; Paris, França; 1968; Edições Vértice; p. 68

Apesar destas serem as mais significativas mantêm-se outras feiras como a de Janeiro, Julho e dos Ramos, sendo estas as mais antigas cada vez mais o município procura a realização das mais diversas iniciativas para atrair outras pessoas às suas terras, como a realização da Semana Académica da Juventude, etapas do campeonato nacional de motocross na pista de motocross de Mação, corridas, percursos pedestres, viagens ou excursões, entre outros.

É também de todo o concelho a sua gastronomia, é bastante variada e oferece sabores únicos e tradicionais, são típicos o cabrito assado em forno de lenha, a achigã grelhada, a sopa à pescador, o ensopado de saboga e de enguia, as migas, o vinho “Chave Dourada”, as tigeladas, o mel, os bolos santos, as cavacas ou “Fofas de Mação”, os torrados, azeitonas, o presunto, os enchidos e o queijo de cabra e ovelha. São inúmeras as pessoas que se deslocam para provar as especialidades regionais em especial para o festival da Lampreia que decorre de Fevereiro a Abril.

São escassos os recursos hoteleiros disponíveis, existindo apenas o Hotel Mansinho na vila.

“Não são somente os fatos, mas as maneiras de ser e de pensar de outrora que se fixam assim dentro de sua maneira. Lamenta-se, às vezes, não se ter aproveitado esta ocasião única que tivemos para entrar em contato direto com períodos que não conhecemos agora a não ser de fora, através da história, pelos quadros, pela literatura”

(idem, 66)

Mação foi local de passagem dos mais diversos povos e culturas, como tal é hoje rico em vestígios e achados arqueológicos, tornou-se essencial a criação de um museu que preservasse toda essa informação. Fundado a 6 de Maio de 1943 por João Calado Rodrigues, denomina-se por Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo. No ano de 2000 foram descobertos novos vestígios no Vale de Ocreza, facto este que originou a projeção internacional deste Museu. Recebe atualmente estudantes e investigadores de todo o Mundo, e acolhe o Mestrado Erasmus Mundus de Arqueologia e Arte Rupestre e o Doutoramento em Quaternário, Materiais e Culturas.

As principais atividades económicas e fontes de rendimentos do Concelho são as fábricas de velas na Ortiga, de Pimentão, de presunto, carnes e madeira em Mação, a produção de energias renováveis, a caça e a arqueologia.

Em 1794 a principal indústria era a de tecidos e lanifícios que projetava Mação a nível nacional.

HALBWACHS, Maurice; “A Memória Coletiva”; Paris, França; 1968; Edições Vértice; p. 66



Fig. 28- Procissão dos Passos



Fig. 29- Capela do Calvário



Fig. 30- Monte do Calvário

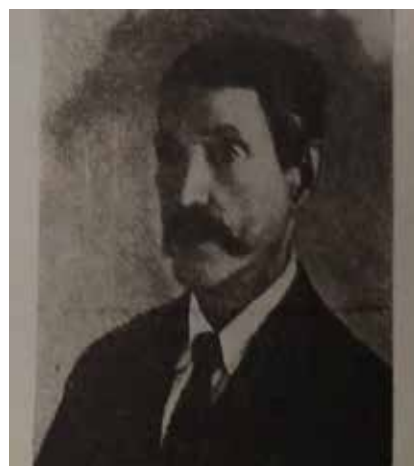


Fig. 31- Francisco Serrano



Fig. 32- Trabalhadoras da Fábrica Mirrado



Fig. 33- Interior da Fábrica Mirrado



Fig. 34- Dia de Trabalho na Fábrica Mirrado



Fig. 35- Trabalhadores da Fábrica Mirrado



Fig. 36- Fábrica Mirrado

“Não foi sem razão que os habitantes do Mação deram epíteto de cardadores e lanzudos, porquanto, data de remotíssimos eras o fabrico de lanzinhas ou estamanhos nesta vila, onde toda a gente os fabricava e onde todos eram cardadores”

(SERRANO, 65)

Padre António Pereira de Figueiredo, maçanico também foi cardador. Existiram fábricas de fração movidas a vapor, cada casa constituía uma fábrica e cada família uma sociedade.

Outros factos culturais de relevância são o surgimento das “Filarmonias de Mação”, em 1862 surgiu a ideia da criação de uma banda de música que ainda hoje se mantém ativa.

Em 1870 germinou a ideia da construção de um teatro nesta vila, até à época dos dramáticos faziam as suas representações numa casa na Rua Nova. Em 1926, foi fundado o novo teatro, devido aos esforços de Luiz Belo.

Foi fundado em 1540/50 em Mação a Santa Casa da Misericórdia, hoje possui dois Lares na vila de Mação e outros por todo o concelho.



Fig. 37- Trabalho na Fábrica Mirrado

SERRANO, Francisco; “Elemento Históricos e Etnográficos de Mação”; Câmara Municipal de Mação; 1998; p. 65

I.4. Demografia e Tecido Social

“Pode dividir-se Portugal em duas regiões demográficas de superfície quase igual, uma constituída pelos distritos do litoral e de Viseu e Santarém, a outra pelos restantes distritos do interior e os do Alentejo. Na primeira vivem 5.409.000 habitantes, isto é, três quartas partes da população do país em metade da área dele; as maiores cidades tem aí assento. Na segunda vivem apenas 1.765.000 habitantes, com uma única cidade grande, Évora.

Este contraste é muito antigo e provém tanto do reflexo das condições naturais como da acção destas ao longo da história.”

(RIBEIRO, 1945, 148)

“As transformações espaciais, demográficas e socioprofissionais ocorridas na sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas alteraram de tal modo a configuração do país que, tomando como ponto de partida os anos 60, se pode falar, como propriedade, de trinta anos de mudança estrutural.”

(MACHADO, COSTA; 1998; 17)

O período de 1960 a 1991, para além da forte emigração que registou para o estrangeiro por parte de grande parte da população portuguesa, caracterizou-se por uma tripla evolução, por um lado a concentração de população no litoral, por outro o crescimento urbano e ainda o despovoamento do interior do país. Ao longo deste tempo os distritos transmontanos, beirões e alentejanos perderam cerca de 700 000 habitantes, ao passo que a região de Lisboa e vale do Tejo, bem como a área metropolitana do Porto registaram aumentos de um milhão e de meio milhão de habitantes respetivamente.

Na primeira década de forte emigração, anos 60, a população total decresceu significativamente, porém nos distritos de Lisboa, Porto, Aveiro e Setúbal registou-se um aumento devido aos movimentos migratórios internos.

“A emigração, cujas tendências atuais não são fáceis de discernir num mundo erigido de obstáculos ao movimento dos homens e desorganizado ao ritmo e na capacidade da circulação internacional, filia-se tanto numa tendência histórica como no rápido aumento da população.”

(RIBEIRO, 1945, 150)

RIBEIRO, Orlando; “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Estudo Geográfico”; Coimbra Editora; Limitada: Coleção Universitas; 801; Lisboa, Setembro 1945; p. 148, 150

MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino; “Processos de uma modernidade inacabada”; “Mudanças estruturais e mobilidade social”; Capítulo 1; 1998; Celta Editora; 2ª Edição; p. 17 e 20

Na década seguinte a população total portuguesa registou um aumento de 1,2 milhões de habitantes graças ao regresso do contingente português que viviam nas ex-colónias, bem como ao regresso de emigrantes, para além do aumento demográfico natural.

Na terceira parte deste período de análise a população nacional manteve-se, porém registou-se um aumento na litoralização.

Esta litoralização registou-se devido ao fenómeno de suburbanização que começou por alargar e acompanhar o crescimento das duas maiores manchas urbanas do país, prologando-se mesmo quando estas duas cidades deixaram de crescer. A população deslocava-se para junto das cidades à procura de emprego, serviços e outras condições de vida que nos campos não encontravam. Este despovoamento do interior do país provocou uma descaracterização patrimonial e paisagística.

“O contraste entre centros com população envelhecida e subúrbios com população muito jovem é evidente em qualquer dos casos, levando mesmo a que escolas de alguns bairros antigos de Lisboa partilhem com as zonas mais desertificadas do interior o problema de falta de alunos”

(MACHADO, COSTA; 1998; 20)

Tal como no restante território português, também Mação ao longo do séc. XX apresenta dois períodos distintos de evolução do volume populacional. Desde o início até meados do século fez-se sentir uma crescente que atingiu o seu auge em 1950, com 21814 habitantes. Desde aí até 2011 a população tem vindo a diminuir de forma abrupta.

No ano de 2011 a população total do concelho era de 7338 e a freguesia com maior número era precisamente a sede de concelho, a freguesia de Mação com cerca de 2228 habitantes.

O êxodo rural das gerações mais novas durante a segunda metade do séc. XX motivado pela procura de melhores condições de vida nas cidades provocou em Mação, tal como em todo o interior de Portugal o abandono das atividades empregadoras e geradoras de riqueza do território.

Segundo os censos de 2011 cerca de 39% da população do concelho possuía mais de 65 anos, 24% da população não completou qualquer nível de escolaridade, apenas 2250 indivíduos possuíam emprego, a densidade populacional do concelho era de 18 pessoas por km². Valores estes que registaram uma descida acentuada relativamente aos censos de 2001.

MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino; “Processos de uma modernidade inacabada”; “Mudanças estruturais e mobilidade social”; Capítulo I; 1998; Celta Editora; 2ª Edição; p. 20

O território de Mação caracteriza-se pela sua baixa densidade populacional, o que impõe uma série de condicionantes ao seu desenvolvimento, e recursos naturais, que poderão constituir importantes fatores para o seu desenvolvimento.

Desde a década de 60 que o crescimento natural tem sido negativo, o que contribui para o decréscimo populacional, a principal causa tem sido o declínio da natalidade, principalmente até meados dos anos 70.

A melhoria das condições e níveis de vida e o consequente aumento da esperança média de vida têm contribuído para a estabilidade dos níveis da taxa de mortalidade do concelho.

A sociedade portuguesa sofreu durante o final do séc. XX mudanças estruturais significativas como a crescente entrada da mulher no mercado de trabalho, as transformações da dimensão média e o tipo de famílias diversificam-se, o aumento da escolaridade e a maior necessidade de acesso a bens de consumo.

De acordo com Ferrão o que acontece nos anos de 80 e 90 é a consolidação de uma nova lógica de organização espacial, passam a verificar-se novos polos de atração, definindo uma rede de fluxos intra e inter-regionais que se articulam. Fazem parte destas novas áreas de atracção populacional estão o litoral algarvio, algumas cidades de média dimensão fora das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, cidades interiores da região do Oeste e algumas zonas em torno de Aveiro e Viana do Castelo.

“Nesta mistura de gente e de plantas, assim como na variedade das regiões, reside o segredo da unificação portuguesa. Áreas próximas e muito diferentes, faltam-lhes todavia condições de vida próprias. Que seria do Norte superpovoado se lhe houvessem estancado a emigração? Que seria do “celeiro” alentejano se as regiões de população densa lhe não consumissem os produtos da terra? A análise dos elementos mediterrâneos mostrou como eles constituem o tecido essencial da geografia e da economia portuguesa. Traços de clima, formas de vegetação, modos de vida comuns a todo o território, indicam que este se deve ligar, no conjunto, às regiões ribeirinhas do mar interior.”

(RIBEIRO, 1945, 238,239)

De qualquer das formas estas dicotomias e a deslocação em massa para o litoral urbanizado não terminaram. Por esse facto a situação de despovoamento do interior não se inverteu, mantendo-se até à atualidade.

- RIBEIRO, Orlando; “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Estudo Geográfico”; Coimbra Editora; Limitada: Coleção Universitas; 801; Lisboa, Setembro 1945; p. 238,239

Para minimizar esta situação foram implementadas estratégias de desenvolvimento regional com o objetivo de valorizar a economia baseada no turismo e nos recursos endógenos de que são exemplo os projetos: Rede Europeia de Aldeias de Tradição, Rede europeia de Turismo de Aldeias, Rede Portuguesa de Eco-aldeias e ainda alguns programas de Ação Territorial como Aldeias de Históricas (1ª edição em 1991 em 2003, abrangendo 12 localidades), Aldeias de Xisto (em 2001, contemplando 27 aldeias) e Terras de Sícó (em 1995 abrangendo 7 concelhos).

“De um modo geral, as ações realizadas apresentam uma estratégia de valorização patrimonial para fins turísticos, não desenvolvendo questões relacionadas com a degradação ambiental e desvitalização social. Muitas das aldeias intervencionadas apresentaram carências a nível habitacional e desordenamento espacial, com desequilíbrios no tecido físico, cultural e económico.”

(ROSA ET AL , 2013).

Tendo em conta a crise financeira, o regresso ao campo assumiu contornos diferentes, já não se faz num sentido tradicional, mas sobretudo tendo em conta a autossuficiência e subsistência alimentar num sistema em rede. Os mais recentes projetos de repovoamento como Querença (Algarve) e ProWork Portugal (países do sul da Europa, apostam mais em soluções integradas de dinamização da atividade económica, envolvendo jovens qualificados e as comunidades locais para a exploração e valorização sustentável dos recursos endógenos e a criação de emprego, através de ações problem-solving, investigação-ação e dinâmica de grupo.

O povoamento do concelho de Mação caracteriza-se por ser disperso, por um elevado número lugares de pequena dimensão. Em 2001 mais de um terço da população habitava em lugares com menos de 100 habitantes com exceção da vila de Mação que desde 1960 tem mantendo a sua população acima dos 1000 habitantes. Da análise dos indicadores relativos à proporção de jovens, idosos e da população ativa, podemos concluir que esta última representa apenas 33,88% em 2011, enquanto que em 2001 representava cerca de 51,95%. Observamos ainda que o grupo etário com mais de 65 anos possui grande expressão nas proporções com cerca de 39,26%, sendo que a população jovem dos 0-14 anos possui apenas 9,08% de acordo com os censos de 2011.

ROSA, Isabel, RIBEIRO, R; “O desempenho da paisagem enquanto construção da Arquitetura de Tradição em Portugal”; in DoCo 2012 2013; Documentazione e Conservazione del Patrimonio Architettonico ed Urbano.Vol. 5. Bologna, p. 55- 60

POPULAÇÃO DO CONCELHO DE MAÇÃO POR FREGUESIA

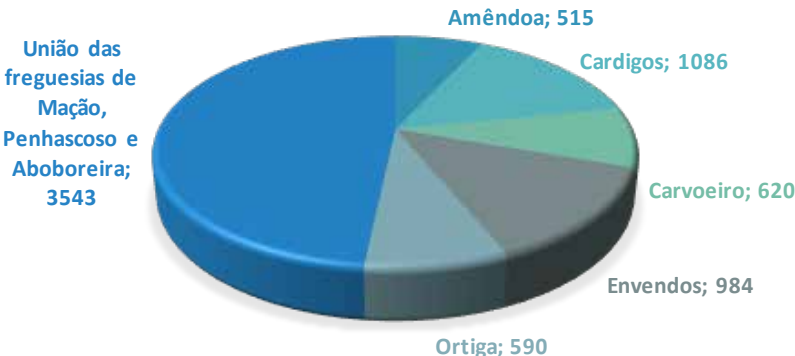


Fig. 38- População do Concelho de Mação por Freguesia- Censos 2011

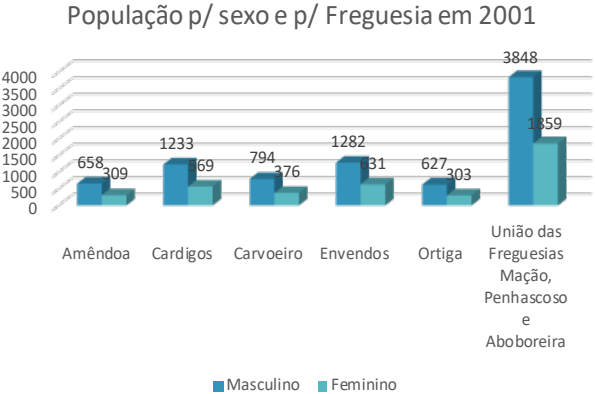


Fig. 39- População p/ sexo e p/ Freguesia em 2001

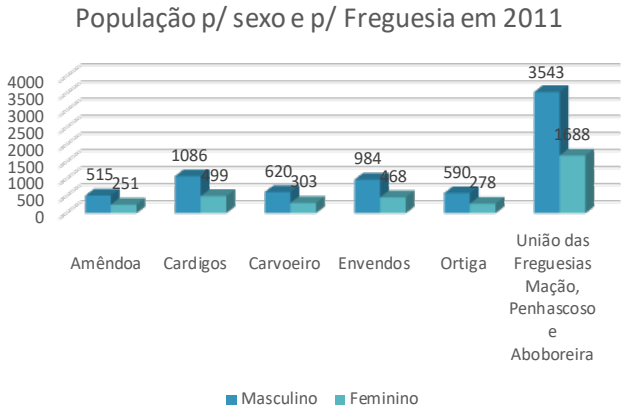


Fig. 40- População p/ sexo e p/ Freguesia em 2011

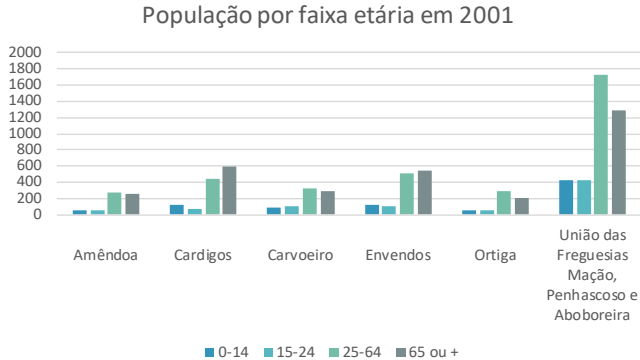


Fig. 41- População por faixa etária em 2001

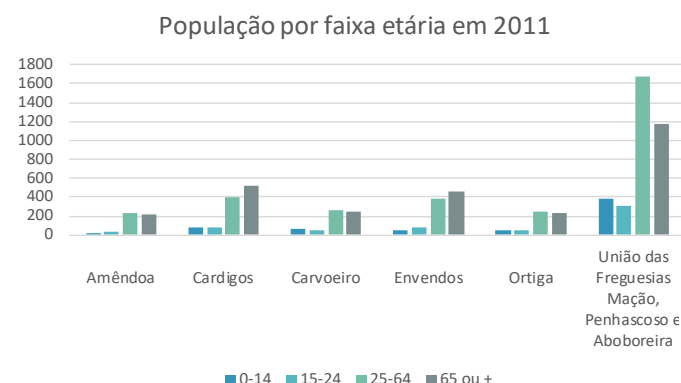


Fig. 42- População por faixa etária em 2011

“Nos anos 60, a pirâmide etária assumia ainda uma forma tradicional com a base mais larga com o progressivo estreitamento em direcção ao topo para os estratos etários mais idosos significado de uma população ainda jovem.”

(PDM, 2006-2009, 3. 4, 17)

Já se fazia sentir porém uma redução do grupo etário com menos de 5 anos, resultado da queda da natalidade e a redução dos jovens em idade ativa, resultado do processo de emigração com início nos anos 50. A consolidação deste fenómeno associado à guerra colonial nas décadas de 60 e 70 deu lugar em 1981 ao início da inversão da pirâmide etária.

A proporção de idosos tem vindo a aumentar desde 1960, devido essencialmente ao decréscimo dos ativos mas principalmente à diminuição da proporção da faixa etária dos mais jovens. Sendo que em 1960 a proporção dos jovens era de 25% e a dos idosos de 13%. É a partir de 1981 que esta proporção se inverte e se tem vindo a agravar.

Desde 1960 que existem mais mulheres que homens no Concelho, como resultado da maior esperança média de vida feminina.

Mação assiste assim a um forte fenómeno de desertificação associado a um forte envelhecimento da população.

A área que registou um menor êxodo foi precisamente a freguesia de Mação que apresenta, atualmente, uma população menos envelhecida.

“Estes factos conduzem à necessidade do Plano Diretor Municipal contemplar medidas para combater o êxodo populacional, aumentar a formação da população em geral, na área da formação profissional, cursos médios, técnicos, fixar a população jovem e implementar medidas para incentivar a natalidade, com medidas de apoio à família principalmente a casais com filhos e prioritariamente, implementar na área dos equipamentos sociais de apoio à terceira idade novas formas de mecanismos sociais de apoio à população idosa.”

(PDM, 2006-2009, 3. 4, 20)

I.5. Atividade Económica

“No séc. XVIII Mação aprovisionava a capital com vinho (chave dourada, ainda hoje produzido, azeite, azeitonas, mel, castanhas, presunto e outras carnes verdes e secas, curtumes, queijos, cortiça, bolotas, resina, frutas, batatas e hortícolas que se aliavam à caça e os peixes provenientes do rio. Do Tejo chegavam sal, peixe salgado (as essenciais sardinhas), mercearias, combustíveis, remédios, artefactos e utensílios, panos e adereços.

A especificidade dos produtos agrícolas contribuíram para a fundação da identidade maçaense (...)

(Plano Estratégico, [s. d.], 2. 2, 13)

A base económica de Mação reflete a sua localização geográfica e as condições naturais associadas e a tendência geral evolutiva da estrutura económica do país, isto é a agricultura ainda tem alguma relevância, porém sofreu uma queda nas últimas décadas, provocada por um crescimento no setor terciário.

(P. D. M, 2006-2009, 3. 6, 1)

A redução da população empregada na agricultura e na indústria transformadora foi fator determinante para a diminuição do emprego no Concelho na década de 90.

O principal subsector empregador é a construção civil, seguido da agricultura/ silvicultura, a administração pública representa o terceiro subsector empregador. Estes subsectores a somar ao comércio representam metade da população empregada.

Comparando com o resto do panorama nacional, apesar da redução do setor agrícola no Concelho, ainda se verifica uma especialização produtiva. Tendo em conta o tecido empresarial do Concelho assente na construção civil e no comércio semelhante à conjuntura nacional, porém o setor primário e a indústria transformadora possuem maior expressão como no resto do país.

A indústria transformadora constitui o ramo que emprega o maior número de pessoas.

Mação possui uma pirâmide etária da população envelhecida, e de baixas qualificações.

A construção da autoestrada (A23) veio aproximar o Concelho dos grandes centros urbanos, como a Área Metropolitana de Lisboa, abrindo novas perspectivas à possibilidade de fixação de novas empresas no Concelho.

Mação passou de um Concelho onde a agricultura tinha um papel significativo para dar lugar a um Concelho predominantemente florestal. O mel, os laticínios e o azeite constituem os 3 produtos mais importantes do Concelho.

A atual floresta é dominada pelo pinheiro bravo e eucalipto que originam a resinagem e a produção da pasta de papel também exploradas no Concelho. Ambas têm como função a produção de material lenhoso utilizadas em estilha, postes, serração ou na produção de celulose.

“A ligação histórica das suas gentes à exploração da resina e da madeira de pinho foi uma das grandes âncoras de desenvolvimento do território.”

(Plano Estratégico, [s. d.], 2. 2, 10)

Os produtos como resina, lenhas, caruma, mato e madeira sofreram uma desvalorização por deixarem de ser utilizados, e também devido à má qualidade da madeira.

“O Concelho de Mação tem sido fustigado por incêndios que, em 2003, atingiu proporções catastróficas ao consumir uma área equivalente a metade do Concelho.”

(Plano Estratégico, [s. d.], 2. 2, 10)

O Município investiu na defesa da floresta e constituiu a Aflo-mação (Associação Florestal do Concelho de Mação), criou Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e desenvolveu o projeto MacFire, reforçou o Sistema Municipal de Vigilância e Primeira Intervenção.

As principais atividades endógenas são a apicultura, as plantas aromáticas, condimentares e medicinais e cogumelos.

As indústrias predominantes são a transformação de carnes e de seguida a madeira.

Ao longo da década de 90 fez-se sentir um decréscimo no número de pessoas a trabalhar nessas atividades. Findaram indústrias de significativa importância como a de têxteis e transformadoras de produtos agrícolas, a fabricação de cera também se encontra praticamente em extinção.

Plano de Desenvolvimento Estratégico de Mação - 2025; Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados; c. 2; p. 10

Na década de 80 porém surgiram novas indústrias como a de engarrafamento de água e a fabricação de blocos de cimento ao contrário da década de 90 em que não se assistiu à fixação de novas indústrias no Concelho.

Apesar da indústria com maior produção seja a de carnes, Mação não aproveita todo o seu potencial, pois a matéria-prima não provém do Concelho, mas de outras regiões do país como Lisboa e Vale do Tejo e têm como principal destino Lisboa e Porto. Já no P. D. M. anterior era referido que *“a inexistência de um matadouro incapacita uma ligação efetiva entre a indústria e esta atividade no contexto regional”*. Apesar disso, a atividade agropecuária deixou de ser significativa no Concelho, pelo que a matéria-prima utiliza é importada de outras regiões do país.

A administração pública e os serviços prestados têm vindo a empregar uma porção cada vez maior de população ativa.

Quanto ao setor do turismo, Mação possui atrações turísticas, tanto culturais como ambientais, porém a oferta hoteleira torna-se um fator limitativo para o desenvolvimento do setor.

Na restauração verificam-se alguns casos de qualidade com produtos regionais, no entanto é ainda reduzida a oferta de forma a assegurar boa capacidade de resposta a um acréscimo da atividade turística.

O mercado de trabalho de Mação é composto por mão-de-obra pouco qualificada, a taxa de atividade feminina é reduzida a população reformada tem uma forte presença no Concelho e os níveis de escolaridade ainda são reduzidos. Apesar de todas estas taxas o desemprego não possui uma presença significativa.

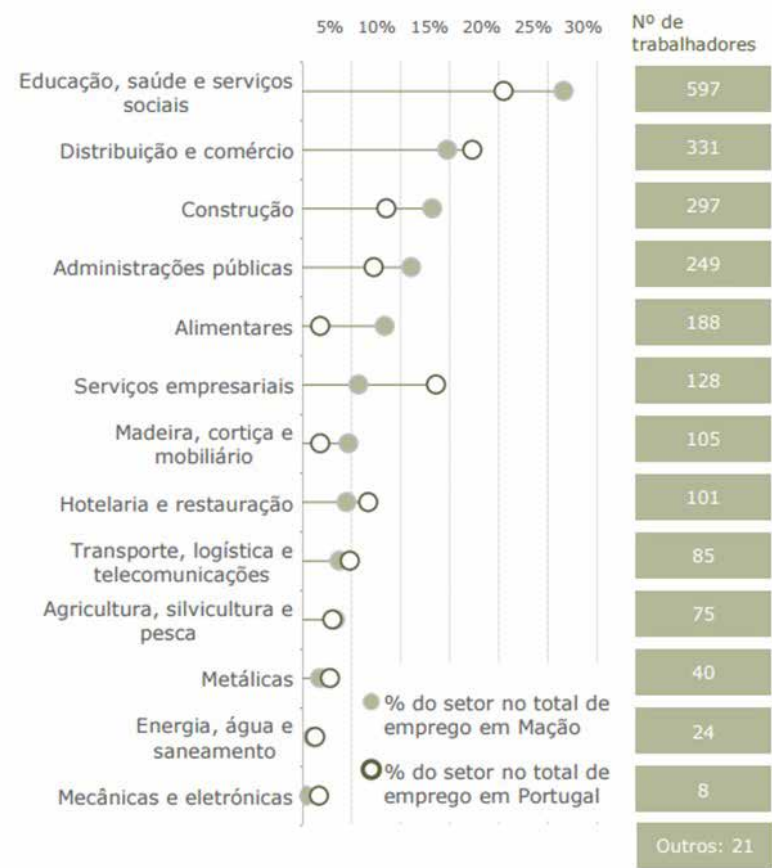
Devido ao aumento da população envelhecida o município teve de optar pela criação de novas estratégias de apoio à terceira idade, através do aumento de equipamentos e serviços de apoio, sendo também este um setor empregador de relevância em particular da população feminina.

Desde 2004 que o Concelho de Mação tem contribuído com investimentos nas energias renováveis, com destaque para a energia eólica, potenciada pelas características naturais do território.

A criação do Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo e da sua parceria com o ITM (Instituto da Terra e da Memória) contribui para a projeção e defesa da Identidade de Mação, através da preservação e divulgação dos saberes e tradições de Mação.

Em parceria com o IPT (Instituto Politécnico de Tomar) iniciou-se em Mação o Mestrado em Gestão de Paisagens Culturais que se juntou ao de Arqueologia.

Sendo também o museu empregador no Concelho, em paralelo criou-se mais tarde a Universidade Sénior de Mação. Conferindo conjuntamente com os mestrados e doutoramentos promovidos pelo Museu e cursos profissionais promovidos pela Escola Básica e Secundária de Mação, o estatuto de “Cidade da Aprendizagem” a Mação por parte da UNESCO, “a decisão destaca “a visão, planeamento e implementação do conceito de aprendizagem ao longo da vida” em Mação, que assim se torna o primeiro Município em Portugal Continental, e na Península Ibérica, a obter este reconhecimento” (Site CMMação, cons. 11/04/2017)



Fonte: INE, Censos 2011

Fig. 43- Perfil Setorial de Emprego, Censos 2011



2. PLANOS E ESTRATÉGIAS

- 2.1. Plano Estratégico do Município para 2025
- 2.2. Análise S.W.O.T.



Fig. 44- Vila de Mação

2. PLANOS E ESTRATÉGIAS DO MUNICÍPIO

2.1. Plano Estratégico

“A Câmara Municipal de Mação reconheceu a necessidade de construção de uma estratégia de ação coletiva, com base numa abordagem ampla transdisciplinar e integradora de ideias e projetos, afirmando-se como instrumento orientador de ação pública privada e associativa.”

(Plano Estratégico, [s. d.], I, 5)

Para a definição de estratégia de gestão de base territorial é necessária uma adequada articulação e equilíbrio entre o “espaço para viver”, “espaço para visitar” e “espaço para trabalhar e investir”.

Um plano estratégico é apenas um “processo de condução à mudança”, não sendo algo rígido e sequencial, mas dinâmico e flexível. Contempla assim 3 fases principais como a de “diagnóstico prospetivo” que consiste na recolha, análise e interpretação de dados e uma 2ª fase de visão e estratégia de intervenção, onde se projetam os constrangimentos e desafios do território, e uma 3ª que é o plano de ação, onde se identificam as ações e projetos.

A identidade e as dinâmicas socioeconómicas do Concelho de Mação são, inevitavelmente, uma mistura das suas freguesias. A identidade das freguesias é marcada pelo emprego gerado pelas atividades ligadas ao setor primário que promoveu a fixação das pessoas, ainda que o setor tenha perdido empregados.

A redução da população residente no Concelho e o envelhecimento da população são fenómenos que para serem contrariados exigem o envolvimento dos diversos agentes do território.

A identidade de Mação é fortemente marcada pelo facto de 80% do Concelho ser área florestal, o que constitui uma grande riqueza, composta por pinhais e oliveiras. Tanto a exploração de resina como a de madeira de pinho, foram fortes impulsionadores no desenvolvimento do território, como já referido.

O grande objetivo deste plano elaborado pelo município e deste Trabalho Final de Mestrado é de certa forma colmatar o despovoamento que tem afetado o Concelho e promover a economia e a fixação de novas empresas no território de forma a revitalizar Mação e a sua economia.

O envolvimento da população na travagem do ciclo – Despovoamento- Fragmentação de propriedade – Ausência de Intervenção – Incapacidade de Atração de Mão-de-Obra Qualificada - Longo prazo de Retorno do Investimento – passará segundo o plano, pela dinamização da produção da madeira, da caça, do turismo, energias renováveis, promovendo iniciativas com base nos recursos endógenos e conhecimento, sem colocar em causa a identidade e o desenvolvimento sustentável de Mação.

É de notar a especificidade dos produtos agrícolas maçaenses que contribuíram para a formação da sua identidade. É também de referir os enchidos e presunto que em conjunto com os produtos agrícolas contribuíram para projetar Mação, foi nesse sentido que o Município com o objetivo de preservar a identidade do Concelho criou a Marca Mação em conjunto com a Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação (AmarMação).

Também o património natural de Mação é parte integrante da identidade do Concelho, é o resultado de um contínuo aproveitamento da sua riqueza e recursos endógenos.

As serras e toda a envolvente verde associada à rica rede hidrográfica proporcionaram um conjunto de praias fluviais e zonas de banhos que potenciam espaços de lazer e turismo.

A qualidade das águas e as suas potencialidades medicinais são aproveitadas pelas termas da Ladeira dos Envendos.

Mação possui forte potencial turístico nas mais diversas áreas como no turismo religioso ao possuir diversos locais de culto, turismo de natureza, com o potencial da floresta e dos cursos de água, turismo cultural com destaque para a arte rupestre, tradições, saberes e costumes maçaenses e o turismo gastronómico baseado nos produtos e receitas endógenos. Apesar de todas estas potencialidades do Concelho o plano estratégico identifica alguns desafios para o desenvolvimento do turismo como o desenvolvimento da oferta de alojamento e de restauração, e para a valorização destes recursos o plano propõe uma lógica de dinamização e integração em redes regionais e nacionais que envolva os diversos agentes locais numa estratégia de promoção do território.

A retração da exploração agrícola e florestal, bem como a dificuldade de inserção da produção industrial em mercados globais são reflexo da reduzida mão de obra ativa concelhia.

Segundo dados dos censos de 2011 o Concelho de Mação gera 2250 postos de trabalho e 80% são ocupados por residentes e cerca de 446 residentes deslocam-se diariamente para trabalhar fora do Concelho. Em comparação com o padrão nacional, há uma maior dependência do setor público e serviços sociais, o que se nota comum entre territórios de baixa densidade populacional, com especial importância, a administração local, escolas e equipamentos de apoio à terceira idade.

Mação possui 3 zonas industriais e um Gabinete Empreendedor (GEMA) com o objetivo de prestar informações, apoios e incentivos sobre oportunidades de investimento.

“(...) o investimento na melhoria das acessibilidades, os esforços da autarquia na criação de condições mais favoráveis ao investimento (nomeadamente com a criação de espaços de acolhimento empresarial e do gabinete de apoio ao empresário) e as sucessivas vagas de apoio ao investimento empresarial cofinanciadas por fundos estruturais, a dificuldade de revitalização e diversificação da atividade uma das principais fraquezas do Concelho.”

(Plano Estratégico, [s. d.], 2.3, 23)

É precisamente essa dificuldade na revitalização da vila e do Concelho que dá mote a este trabalho.

“(...) os atores locais identificam como fator crítico de sucesso de qualquer estratégia de desenvolvimento de Mação a orientação da oferta de modalidades profissionalizantes de dupla certificação para as necessidades do tecido empresarial local e para a exploração dos recursos endógenos (...)”

(Plano Estratégico, [s. d.], 24, 2.3)



Fig. 47- Ciclo Vicioso de Baixa Densidade

Com a intervenção de projeto do Trabalho Final de Mestrado pretende-se precisamente dar resposta a este problema identificado, a falta de profissionalização da mão-de-obra e da fixação de novas empresas no Concelho, recorrendo também à investigação, com o objetivo de revitalizar a vila e o Concelho, levando à criação de novos postos de trabalho e à fixação de novos residentes em Mação.



Fig. 46- Logótipo GEMA



Fig. 45- Estratégia de Articulação e Equilíbrio

“As Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial são significativamente valorizadas no período de programação 2014-2020, em áreas como a valorização dos recursos estratégicos do território (...) que tornam indispensável reforçar quer a escala de intervenção territorial (...) quer o grau de parceria entre o poder local, o associativismo empresarial e o sistema científico e tecnológico.”

(Plano Estratégico, [s. d.], 2. 4, 25)

A elaboração de um plano de ação intermunicipal é essencial para Mação por três motivos: a tendência para uma significativa parte da população procurar bens de consumo final e outros serviços nos territórios vizinhos, o potencial de exploração económica dos recursos naturais e culturais depende da sua articulação em rede com o património regional, e o potencial de aprofundamento da articulação entre a base produtiva empresarial do Concelho e o sistema científico e tecnológico depende da construção de parcerias com instituições localizadas nos Concelhos vizinhos como o Caso do Instituto Politécnico de Tomar, a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes e o Tagusvalley.

A estratégia de desenvolvimento de Mação parte necessariamente do reconhecer do facto de que a economia e a demografia reforçam-se mutuamente e a “a sustentabilidade demográfica do concelho apenas será garantida se existir um processo gradual de substituição de atividades económicas obsoletas por outras geradoras de mais emprego.” (Plano Estratégico, [s. d.], 28, 3. 1) A resposta para contrariar este ciclo vicioso de despovoamento do interior está na criação de emprego que leve à fixação de futuros pais, com segurança e perspetivas de carreira, associado à qualidade de habitação e acesso a serviços.

A visão do plano assenta em três elementos fundamentais, oportunidades de emprego, qualidade de vida e valorização do património natural e cultural do Concelho, ou seja no território, nas pessoas e na identidade.

Quanto ao território, em Mação torna-se essencial o espaço florestal como elemento a reativar um tecido produtivo que tem perdido força. Dinamizar as atividades ligadas à economia da floresta ou relacionadas com as tradições do Concelho de forma inovadora irá gerar dinâmicas socioeconómicas que poderão atrair novos residentes e investidores.

A visão estratégica do plano coloca as pessoas no centro do desenvolvimento do Concelho, cuidar da população envelhecida, melhorar as respostas sociais e estabelecer condições que permitam fixar pessoas são fatores determinantes para o progresso do território.

A identidade é o terceiro elemento estruturante, a preservação e divulgação do património material e imaterial, pois é fundamental para um território conhecer e abraçar a sua história, o que pode afirmar Mação no domínio das ciências humanas a nível nacional e internacional.



Fig. 48- Desígnios Fundamentais estabelecidos no Concelho para o seu progresso

São estabelecidos três desígnios fundamentais que, apoiados nas práticas desenvolvidas no Concelho, pretendem contribuir para o seu progresso, sendo elas: “mais pessoas”, “melhor território” e “mais identidade”.

“Com um povoamento disperso, uma população envelhecida e uma extensa mancha florestal, o concelho tem pela frente um desafio colossal, implementar um modelo de desenvolvimento territorial que permita, de forma harmoniosa e coerente, criar um ciclo virtuoso em que as comunidades locais são profundamente envolvidas nas estratégias de valorização dos múltiplos usos da floresta- nas funções de produção, preservação, lazer ou recreio.”

(Plano Estratégico, [s. d.], 3. 2, 34)

O projeto deve contar com atores relevantes para o cumprimento dos objetivos que sustentam a sua finalidade. O ITM, com a valência das ciências humanas pode constituir uma aliada para estabelecer o contacto com a comunidade.

2.1.1 Esquema de Ações do Plano Estratégico para 2025

Esquema de Ações do Plano Estratégico					
1-Zona Piloto de Intervenção Florestal de Mação	2- Valorização dos Recursos Endógenos	3- Inovação Social e Empreendedorismo	4- Projeto Educativo	5- Cultura para Todos	
• Nova gestão de ordenamento e planeamento dos espaços florestais	• Indissociável das qualidades dos seus produtos agrícolas e alimentares	Necessidades emergentes decorrentes do Envelhecimento e Isolamento	Impactos a curto e médio prazo	Conservar	Património Histórico
• Implementação de modelos de gestão inovadores	• Divulgação das Marcas de Mação		Qualificar e diversificar a oferta educativa	Estudar	
• Produção	• Indústria Agroalimentar			Divulgar	
• Silvopastorícia e caça					
• Proteção Ambiental					
• Recreio e Lazer					
Maximizar ▼	Desenvolver ▼	▼	Levar a educação ▼	Modernizar e valorizar a economia ▼	
• As potencialidades da área de intervenção	• Turismo	• Qualificar os cuidadores	Famílias	Criação de um modelo inovador de museologia e museografia	
• A exploração de áreas de negócios relacionados com a paisagem rural	• Atividades de Lazer	• Melhorar a capacidade de resposta	Empresas		
• A sustentabilidade dos Recursos Naturais	• Valorizar Recursos, Territórios, Produtos, Património, Processos ou Tecnologias	• Reconverter os equipamentos, serviços sociais e de saúde	Instituições		
▼	Investir ▼	▼	▼	Consolidação do Centro Internacional de Ciências Humanas	
Inovação, Divulgação, Sensibilização, Formação	• Conservação e qualificação do Património Local	• Diversificação e Qualificação das Respostas Sociais	Aumento do sucesso educativo - Redução do abandono escolar		
▼			Melhoria do nível de qualificação da população ativa		
• Ações de qualificação de Recursos Humanos			▼		
• Aconselhamento Técnico			Cursos de formação e educação		
• Ações de Sensibilização			Serviços de orientação em meio escolar		

2.2. Análise S.W.O.T.

Análise S.W.O.T. Concelho de Mação	
Forças	Oportunidades
• Identidade, Cultura, Tradições e Saberes	• Turismo diferenciado que o concelho oferece (religioso, natureza, cultural e gastronómico)
• Produtos Endógenos de qualidade	• Profissionalização e formação em atividades ligadas ao Concelho e aos seus potenciais recursos
• Área Florestal Extensa	• Fixação de novas empresas geradoras de novos postos de trabalho que atraíam residentes
• Extensa rede hidrográfica- Praias Fluviais e Termas com qualidades medicinais	• Investimentos já efetuados na produção de energias renováveis no Concelho
• Património Material e Imaterial Histórico e Cultural	• Mação pertence à Rede de Cidades da Aprendizagem da UNESCO
• Gastronomia Local de Qualidade e Referência com produtos locais	• Parcerias com IPT (Instituto Politécnico de Tomar), Escola Superior de Tecnologia de Abrantes e Tagusvalley
• Marca Mação (AmarMação)	• Mestrados e Doutoramentos na área da arqueologia e paisagem rural
• Indústria Agroalimentar, Madeira	• Universidade Sénior e cursos profissionais na Escola
• Localização Central no país, com bons acessos (A23, Ns, linha ferroviária), proximidade ao Rio Tejo	• Espaços industriais com oportunidades de acolhimento de novas empresas
• Património Natural rico e parte integrante da identidade do Concelho	• Existência de um Gabinete Empreendedor (GEMA)
• ITM- Instituto da Terra e da Memória	• Museu da Arte Pré-Histórica de Mação projetar cada vez mais o Concelho a nível internacional
• Património Arqueológico que o Museu da Arte Pré-Histórica de Mação projeta a sua riqueza para o Mundo	• Criação de mais parcerias a nível regional, nacional e internacional- projeção turística e dos produtos e atividades locais
• Caça, Silvopastorícia, Apicultura	• Melhoria da rede viária florestal
• Aflomação (Associação Florestal do Concelho de Mação)- criação de ZIF (Zonas de Intervenção Floresta do Concelho)	• Exploração dos recursos florestais e agrícolas através de novos métodos e tecnologias- investigação- profissionalização- empregos
• Projeto MacFire (visualização da progressão e elaboração de relatórios com informação sobre incêndios)	• Centro de Estudos Politécnicos de Mação e Centro de Geociências da Universidade de Coimbra e necessidade de repensar, alargar e consolidar a sua intervenção
• Sistema Municipal de Vigilância e Primeira Intervenção- Brigadas Auto (Proteção das Povoações)	• Atração de Investigadores, estudantes e investidores
• Diversidade de valências endógenas locais (recursos florestais e culturais)	
Fraquezas	Ameaças
• População envelhecida	• Aumento do despovoamento
• Escassez população ativa e qualificada	• Envelhecimento da população
• Baixa densidade empresarial	• Destruição da área florestal devido aos incêndios
• Fraca atratividade do concelho para fixação de novos residentes	• Perda da identidade
• Falta de emprego e oportunidades de progressão na carreira	• Falência das indústrias existentes devido à concorrência em grandes mercados
• Dependência dos serviços sociais e do setor público	• Ruína de edifícios de valor histórico
• Fraca oferta de equipamentos, serviços sociais e de saúde	• Centro histórico em ruína
• Oferta hoteleira e de restauração limitadas	
• Dificuldade de inserção da produção indutrial em mercados globais	
• Dificuldade de revitalização e diversificação da atividade	
• Falta de profissionalização da mão-de-obra	
• Fragmentação da propriedade e ausência de intervenção por parte dos proprietários	
• Escassez de recursos financeiros por parte dos particulares e da autarquia	



3. CASOS DE ESTUDO

- 3.1. Praça de Lisboa, Porto
- 3.2. Ribeira das Naus, Lisboa
- 3.3. Parque dels Ocellets, Barcelona



Fig. 49- Praça de Lisboa, Porto



Fig. 50- Ribeira das Naus, Lisboa



Fig. 51- Parque dels Ocellets, Barcelona

3. CASOS DE ESTUDO

Para a criação de uma proposta de revitalização do concelho de Mação, através da requalificação de edifícios e espaços de interesse público, procurou-se estudar alguns exemplos arquitetónicos com conceitos, espaços, ideias ou funções semelhantes, que fossem inspirações e motes para a criação de uma proposta mais sólida e coesa.

A Praça de Lisboa, no Porto, a Ribeira das Naus, em Lisboa, e o Parque dels Ocellets, em Barcelona, foram escolhidos para serem estudados com detalhe por apresentarem um conceito semelhante ao escolhido para este projeto final de mestrado. Ao analisar estes projetos procurou-se que fossem uma inspiração e mote para a criação de uma proposta mais consistente.

3.1. Praça de Lisboa, Porto

A Praça de Lisboa começou por ser onde se realizava o “Mercado do Anjo” durante os anos de 1839 a 1952. Após o fecho do Mercado, este deu lugar a uma central de Camionagem, e mais tarde, nos anos 90 ao “Shopping Clérigos”. A praça era, na altura, ampla com galerias comerciais em todo o seu perímetro, porém não teve muito sucesso e permaneceu encerrada até 2006.

Em 2007 foi aberto pela Câmara Municipal um concurso público para requalificação deste local. O projeto vencedor pertence a Balonas & Menano Architects e as obras iniciaram-se em 2010, tinha como principal objetivo devolver a vida a esta praça emblemática do centro do Porto.

Este projeto focou-se em três pontos chave: “revitalizar a praça degradada e problemática”; “ter em consideração a topografia do local”; e “dar continuidade à paisagem urbana através de três camadas no programa da mesma.”

O princípio da proposta desenhada é que seja um espaço público aberto para a cidade, desenhado para ser pedonal, perdendo a interioridade e mantendo uma relação com a envolvente.

A proposta possui três níveis programáticos: um primeiro que é composto por um jardim na cobertura, o “Jardim das Oliveiras”, no nível intermédio uma rua com galerias comerciais que liga, através de um passeio que secciona a praça, a Livraria Lello à Torre dos Clérigos. No nível inferior, um estacionamento com ligação às ruas mais baixas.

Era necessário trazer segurança, através da dinamização do espaço público garantindo o seu uso e devolver ao público a área que se encontrava degradada e abandonada no centro da cidade.

A escala e a forma do edifício visam desenvolver um diálogo com a envolvente. A elevação da praça é o resultado do design da



Fig. 52- Mercado do Anjo



Fig. 53- Shopping Clérigos



Fig. 54- Praça de Lisboa



Fig. 55- Praça de Lisboa vista do interior das galerias



Fig. 56- Praça de Lisboa- galerias



Fig. 65- Praça de Lisboa- Vista do Alçado



Fig. 66- Praça de Lisboa- Vista do Alçado 2



Fig. 67- Praça de Lisboa- Cobertura



Fig. 68- Praça de Lisboa- Galerias



Fig. 69- Praça de Lisboa- Passeio das Galerias

cobertura condicionada pelo nível do estacionamento e a inclinação das ruas que a rodeiam.

A fachada e as lajes são compostas por elementos estruturais pré-fabricados metálicos brancos em betão, que oferecem sombra e abrigo de ambos os lados da praça.

A cobertura verde, é pontualmente marcada por oliveiras, que invocam uma das antigas partes da cidade, que era conhecida como Porta do Olival.

O arquiteto procura uma solução arquitetónica, com consciência e respeito pela importância do património que a envolve e procura dialogar com ele. O projeto conjuga de forma delicada a relação entre a história do local e a arquitetura, valorizando a identidade do local como elemento de inspiração do projeto que faz parte da recuperação do centro da cidade do Porto.



Fig. 57- Praça de Lisboa- Planta Piso -I



Fig. 58- Praça de Lisboa- Planta Piso Térreo



Fig. 59- Praça de Lisboa- Planta Cobertura

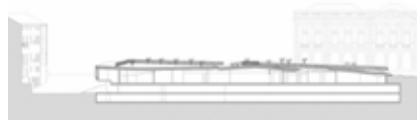


Fig. 60- Praça de Lisboa- Corte A



Fig. 61- Praça de Lisboa- Corte B



Fig. 62- Praça de Lisboa- Alçado



Fig. 63- Praça de Lisboa- Alçado



Fig. 64- Praça de Lisboa- Vista Aerea

3.2. Ribeira das Naus, Lisboa

A Ribeira das Naus localiza-se entre o Terreiro do Paço e o Cais do Sodré em Lisboa, junto ao Rio Tejo. Trata-se de um espaço mítico na identidade nacional e da cidade, por ter dado lugar ao Arsenal da Marinha, onde se fazia a manutenção e reparação naval da marinha portuguesa, onde foram construídas embarcações que tiveram um papel determinante nos descobrimentos portugueses.

Ribeira das Naus foi o nome atribuído a partir da construção do Paço da Ribeira às tercenas que D. Manuel mandou edificar a ocidente do palácio real. No séc. XVIII passou a ser designada Arsenal Real da Marinha a quando da reconstrução da Baixa Pombalina. Em 1910 passou a designar-se Arsenal da Marinha de Lisboa e foi desativada em 1938 na sequência da construção do Arsenal do Alfeite.

O espaço permaneceu no esquecimento durante décadas e pretende reafirmar-se como um espaço de reencontro, não só com o Tejo, mas também com a história da cidade.

Segundo o atelier PROAP, autor do projeto de requalificação deste espaço, “É a partir da tensão entre os diversos elementos presentes no espaço da Ribeira das Naus (conjunto edificado, doca seca) com os diversos estratos geometricamente negativos em relação à cota da superfície atual (doca de Arsenal, paredões de varadouro) que se configura o desenho proposto. A revelação e a integração destes elementos fósseis, parcialmente enterrados e potencialmente determinantes do caráter do espaço, constituem o processo de recriação da Ribeira das Naus.”

“A arquitetura deste espaço consiste então, na contraposição de elementos fósseis com elementos contemporâneos, com um duplo sentido de revelação dos diversos tempos do mesmo lugar (cultura do espaço da cidade) e de ação na utilização do espaço público (circulação, permanência, contemplação, infra-estrutura).”

(www.proap.pt)

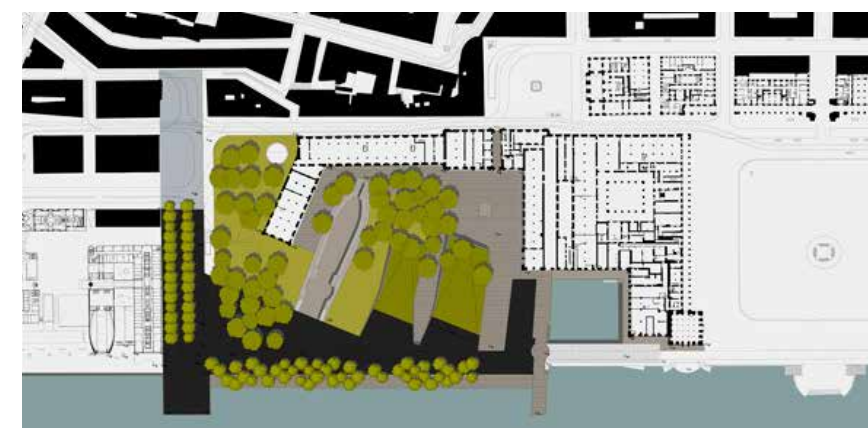


Fig. 74- Ribeira das Naus - Planta do Projeto



Fig. 70- Ribeira das Naus (Antes)



Fig. 71- Ribeira das Naus -Vista do Jardim



Fig. 72- Ribeira das Naus



Fig. 73- Ribeira das Naus - Jardim



Fig. 75- Ribeira das Naus - Passeio



Fig. 76- Ribeira das Naus - Passeio

Requalificada esta área da frente ribeirinha, tornou-se um espaço que oferece às pessoas uma nova ligação viária, ciclável e pedonal entre o Terreiro e o Cais, ao longo da margem do Tejo, dotada de zonas de estar, espaços verdes, de uma escadaria suave até ao rio (recriando uma praia), e ainda infraestruturas requalificadas que complementam o espaço e convidam à permanência.

Os espaços verdes em rampa fazem referência à antiga doca seca, como que retomam a sua memória no mesmo local.

A proposta pretende recriar a Ribeira das Naus, mantendo e respeitando a sua história e identidade com apontamentos contemporâneos, devolvendo à cidade parte da sua história, modernizando-a e tornando-a atual.



Fig. 77- Ribeira das Naus (Atualmente)

3.3. Parque dels Ocellets, Barcelona

Parque dels Ocellets situa-se em Hospitalet de Llobregat, em Barcelona. Da autoria de Enri Batlle, Joan Roig arquitetos, o projeto de requalificação do Parque dels Ocellets pretende recuperar o lugar como um local de diversão e lazer urbano, facilitando a circulação pedonal, dando especial enfoque ao Centro de Atenção Primária “La Florida”.

A solução proposta pretende criar um novo espaço de referência para no bairro, para a celebração de atividades populares, pois trata-se de um local com dimensões suficientes para acolher um elevado número de pessoas na zona central e ainda possui diversos espaços mais reduzidos que permitem outros usos no seu perímetro.

O espaço ao centro é praticamente plano, porém as restantes zonas de estar possuem uma ligeira inclinação, o que também permitiu resolver as diferenças de cotas de forma gradual, através da colocação de bancadas em redor desses espaços, que permitem zonas de estar e contemplação.

A praça central do parque e as diversas áreas de estar mais reduzidas são pavimentadas com materiais drenantes, de diferentes granulometrias, o que causa um efeito visual interessante. Tanto os materiais como as escadas ou bancadas que dão forma aos diversos espaços ajudam a configurar uma imagem e uma identidade própria, tanto ao parque como por sua vez ao bairro.

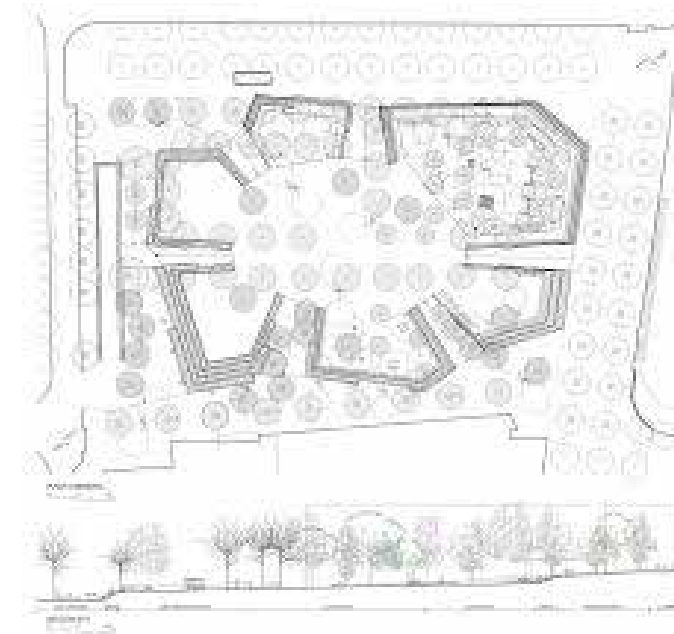


Fig. 81- Parque dels Ocellets Planta e Corte



Fig. 78- Parque dels Ocellets - Vista Aérea



Fig. 79- Parque dels Ocellets



Fig. 80- Parque dels Ocellets zona de estar



Fig. 85- Parque dels Ocellets Vista Aerea

A vegetação existente é a principal responsável pela geometria que o projeto adota, conservar estas árvores foi ideia fundamental desde o início do projeto.

O projeto tem como objetivo facilitar a circulação em todas as direções com rotas adaptadas, resolvendo a diferença de cotas entre a área central e as restantes através de uma série de socalcos que permitem manter a vegetação existente e gerar vários espaços.



Fig. 82- Parque dels Ocellets Vista



Fig. 83- Parque dels Ocellets Render do Projeto



Fig. 84- Parque dels Ocellets Render do Projeto w



4. PROJETO

4.1. Projeto Urbano



Fig. 86- Antiga Escola Primária

4. PROJETO

A Câmara Municipal apresenta como principais objetivos para o sucesso de uma intervenção estratégica no município a “construção de uma estratégia de ação coletiva, com base numa abordagem ampla e transdisciplinar.” Torna-se também fator fundamental a renovação do tecido empresarial, o aumento do emprego, da produção, da transformação e comercialização de produtos florestais, agrícolas e turísticos, a utilização continuada dos solos e manutenção da paisagem rural, o desenvolvimento de novos produtos, processos ou tecnologias, objetivos estes presentes no Plano Estratégico. O município pretende ainda aumentar a capacidade de alojamento em espaço rural e do número de visitantes, aumentar o sucesso educativo, bem como a melhoria do nível de qualificação da população adulta.

Com vista na fixação de população e de investimento privado o município apresenta também estratégias de melhoria de condições base, como investimento em infraestruturas, como a requalificação da entrada sul e do centro histórico da Vila de Mação; a requalificação do Cineteatro e do Largo da Feira, espaços emblemáticos da Vila de Mação; requalificação das freguesias; a ampliação da zona industrial e programa de eficiência energética nos edifícios, equipamentos e iluminação pública.

Procurou-se assim proceder à análise do território, bem como dos seus recursos.



Fig. 87- Mação em Números, Análise



Fig. 88- Recursos e Atividades endógenas

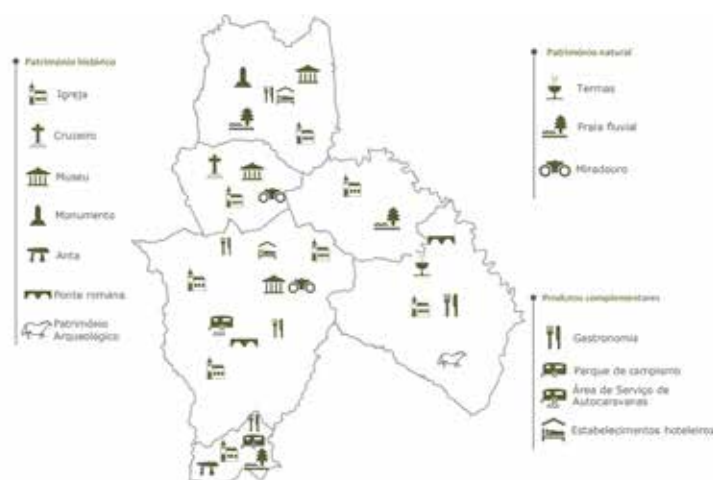


Fig. 89- Recursos Turísticos Principais

A partir da análise das necessidades e dos objetivos estabelecidos pela Câmara e retirados da análise efetuada com este trabalho surge a proposta de revitalização, baseada na ligação das diferentes atividades potenciadoras do concelho, bem como da utilização de alguns edifícios devolutos na sede de concelho (Vila de Mação).

A proposta de revitalização do concelho foca-se em diversas áreas: social, económica, agrícola, industrial, tecnológica, comercial, arquitetónica, profissional, entre outras. É através do trabalho conjunto das instituições sedeadas na vila que se pretende potencializar as atividades e recursos endógenos e a partir da sua investigação pretende-se atingir todas essas áreas de intervenção.

É a partir da criação de novos cursos profissionais e superiores e do investimento em novas investigações relacionadas com as atividades e recursos locais que se pretende fomentar a fixação de jovens no concelho, e por sua vez sedear novas empresas nas zonas industriais locais, apoiadas nestes novos cursos e nas investigações efetuadas. O objetivo desta intervenção a nível social de forma direta, é dar formação a todos aqueles que não possuem qualquer tipo de instrução e reduzir o desemprego.

Seria aproveitada a antiga Escola Secundária de Mação, onde de localiza-se atualmente o GIP (Gabinete de Inserção Profissional), e que se encontra parcialmente desocupada, para o desenrolar deste centro de estudo e investigação. É objetivo realizar uma parceria com a Escola Básica e Secundária com o intuito de tornar mais pertinentes os cursos profissionais nela existentes, dado que os que nela existem não têm a capacidade de garantir emprego aos estudantes na área do concelho. É fundamental que estas formações e cursos sejam baseados no concelho para que se possa instruir a população para profissões que tenham capacidade de empregabilidade na zona, de forma a que elas nela permaneçam e não leve à litoralização ou a procura de emprego nas grandes cidades. É maioritariamente a procura de emprego nas grandes cidades que leva à desocupação das zonas rurais no nosso país.

Juntamente com as escolas e indústrias seria efetuada uma parceria com o Museu da Arte e da Pré-História de Mação pois este promove o programa Erasmus Mundus, com Mestrados e Doutoramentos ligados à paisagem rural e à Arqueologia.

Todas as atividades criadas e ou reforçadas para se estabelecerem em parceria e resultarem como potencializadoras de um processo de revitalização teriam de manter parcerias reforçadas com entidades locais, regionais, nacionais e internacionais de forma a colocar Mação e a sua marca no Mercado Global. Para o sucesso do processo é essencial o apoio aos mais diversos níveis da Câmara Municipal.

A investigação dos recursos locais torna-se uma ferramenta fundamental em todo o processo para potencializar o concelho. Ao serem utilizados recursos endógenos irá ser reforçada a economia local, como exemplo: ao aproveitar a criação de gado local para a indústria transformadora de carnes (existente no concelho), podem também ser utilizadas as suas peles para a reativação da indústria de lanifícios (importante em Mação no passado). Criando cursos ligados à transformação de peles e ao design de moda, tirar-se-ia o maior proveito da matéria prima e das indústrias sem sair do próprio concelho. Criar-se-iam novos postos de trabalhos e mão de obra especializada, o que levaria à fixação de novas pessoas e empresas.

Este é apenas um exemplo de como a investigação e o estudo do concelho poderia dar frutos. Como este podemos pensar no caso da floresta e de tantos outros, que através do estudo da mesma ou de tecnologias que a potenciem poderiam gerar novos postos de trabalho.

Apreciando o panorama social da população que constitui o concelho, torna-se essencial qualificar a população para que esta possa laborar nas novas empresas e/ou até criá-las.

Com o objetivo de expandir a indústria foi construído um novo edifício que pretende albergar novas “startups” com o apoio da Câmara Municipal e de empresas privadas. A Câmara tem apoiado e incentivado a marca “Mação” e todos os produtos locais, através do Gabinete GEMA, gabinete de apoio ao empreendedorismo, com o incentivo necessário à criação de novos negócios.

É também na zona industrial que se localiza o centro de estudo profissionais onde ocorrem cursos e formações profissionais promovidos pelo Centro de Formação Profissional de Tomar do Instituto de Emprego e Formação Profissional- Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, em conjunto com o Gabinete de Inserção Profissional de Mação e com o CENFIC- Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas.

Como apoio a estas parcerias e às novas empresas que se fixariam em Mação é necessário dar resposta a um conjunto de necessidades que nem a vila, nem o concelho de Mação conseguem dar, como o caso do setor hoteleiro, e da restauração, o estacionamento e a circulação automóvel no centro da vila.

Após a análise do concelho, dos seus recursos e necessidades, procedeu-se a uma análise do edificado e das principais vias e infraestruturas da sede de concelho, a vila de Mação.



Fig. 90- Principais Vias da Vila de Mação



Fig. 91- Edificado da Vila de Mação



Fig. 92- Principais Vias e edificado da Vila de Mação

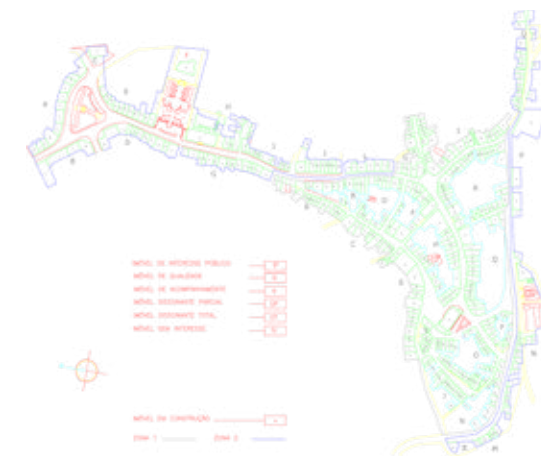


Fig. 93- Classificação do Património



Fig. 94- Estado de Conservação



Fig. 95- Número de Pisos

É em simultâneo com esta análise do concelho, do edificado, das necessidades, dos números, da história, demografia, estratégias, património e todas as áreas estudadas e após se procedida à análise S.W.O.T que se procura uma estratégia de revitalização suportada pelas intensões e estratégias definidas pela Câmara Municipal, é então que surge as seguintes intensões.

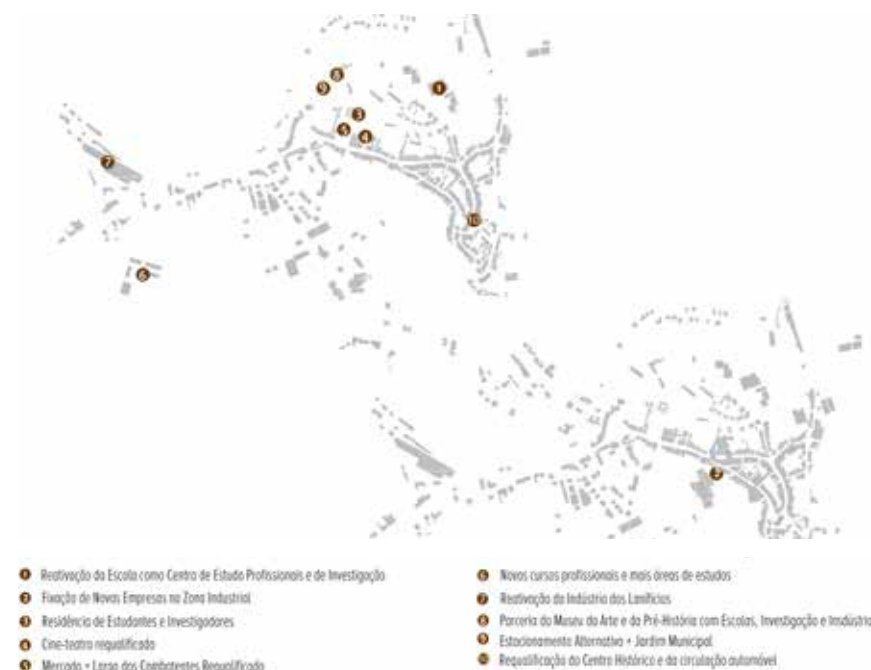


Fig. 96- Proposta de Revitalização

4.1. Projeto Urbano

É então que surge a proposta de intervir no Largo do Combatentes que se localiza no centro da Vila de Mação. Este Largo é assim denominado por ser dedicado a todos os maçaenses que perderam a vida a lutar por Portugal na Grande Guerra do Ultramar. Onde ao centro existia um coreto ao qual pudemos ter acesso através de fotografias antigas do largo.

Desde sempre que este local foi um local de convívio, permanência, lazer, mas também de passagem, por fazer a ligação entre o centro da vila e o quarteirão de trás que se encontra numa cota superior. É um local de convívio e permanência devido tal como referido à sua centralidade e importância para o povo maçaense, por nele se localizar o Cineteatro e a Escola que durante muito tempo foi a escola primária da vila. É também neste Largo que ocorrem os mais diversos eventos culturais promovidos pelas identidades locais, como feiras, exposições, corridas, desfiles.

Ao cimo, como referido, encontrava-se a Escola Primária que servia a vila, atualmente é onde se localiza o Instituto da Terra e da Memória que acolhe o Centro Estudos Politécnico de Mação que está a cargo do Museu da Arte e da Pré-História de Mação



Fig. 97- Largo dos Combatentes

com uma parceria conjunta com o Instituto Politécnico de Tomar. Do lado direito o Cineteatro, edifício de carácter público e com interesse histórico e arquitetónico onde se realizam espetáculos, teatros e onde a população assiste esporadicamente a sessões de cinema. Também neste largo existe uma cafetaria com esplanada que pertence ao edifício do Cineteatro e ainda um parque infantil.

A proposta de intervenção no Largo dos Combatentes pretende requalificar a antiga Escola Primária com a função de residência para estudantes e investigadores; o edifício do Cineteatro de forma a permitir a realização de conferências que apoiem as novas empresas, investigações e cursos; e ainda de todo o largo lhe é adjacente, Largo dos Combatentes. Com a nova ocupação do edifício da Escola Primária os laboratórios do Museu que aí se encontravam, necessitam de novo espaço.

Sendo o programa inicial definido essencialmente por espaços focados no ensino, estudo e profissionalização, e dado o carácter que o largo possui como espaço de encontro e festa, ligado à cultura, e para as pessoas, tornou-se objetivo manter a versatilidade do mesmo.

A proposta à semelhança do caso de estudo da Praça de Lisboa, também possui vários níveis programáticos. Sendo o primeiro onde se propõe um mercado para que as pessoas pudessem vender os seus produtos e algumas galerias ou espaços polivalentes com o intuito de serem espaços comerciais, porém podendo ter outras funções. Este primeiro nível é atravessado por um passeio que secciona todo o largo desde a sua entrada principal até ao fundo, onde mantém ligação com o nível superior.

O segundo nível divide-se em duas partes, na direita, sobre o mercado, à qual temos acesso através de duas escadarias ou de elevador, temos um espaço que antecede o edifício do Cineteatro. Espaço este, que tem como intuito destacar e respeitar o edifício notável, sendo ele um elemento arquitetônico de valor e que marca a identidade da Vila. Neste espaço propõe-se que se mantenha a esplanada como local de encontro e reunião. A zona esquerda deste segundo nível parte no plano inferior através de uma rampa que dá acesso à área de exposições e laboratórios, sobre as galerias, e por baixo da residência, que pertence ao terceiro nível do programa.

A residência possui 9 quartos com instalações sanitárias individuais, 2 apartamentos, 1 cozinha e 1 espaço de refeições comuns, 1 sala de estudo, instalações sanitárias e ainda 3 espaços de estar interiores e 1 exterior.

No Cineteatro foi mantida a sala de espetáculos com ligeiras alterações com o intuito de melhorar a sua capacidade, e melhorar as condições acústicas e visuais. Foi aumentada a área reservada à cafetaria e criada uma livraria com acesso por esta para que estes espaços permitissem a permanência também com espaços de leitura e trabalho. O edifício passou a possuir 3 entradas a cotas diferentes, sendo duas delas para o público e uma terceira exclusiva a serviços. A tardo do edifício e ao nível do 2º piso foi criado um terraço com área de estar mais privada que a frontal.

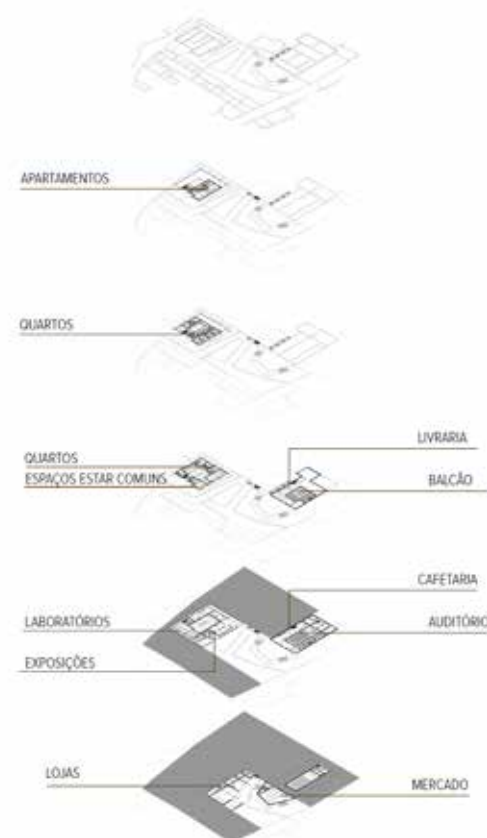


Fig. 98- Organigrama Funcional

Ao estudar a vila e elaborar este programa para o largo, deparamo-nos com a questão do estacionamento e da circulação automóvel no interior da vila. Foi então que surgiu a solução de expandir a área de intervenção para o Largo das Piscinas, a Nordeste do Largo dos Combatentes, com o objetivo de criar um estacionamento subterrâneo que servisse não só o programa criado, como todo o Centro Histórico de Mação que se encontra atualmente lotado de carros, o que complica a circulação. Foi então requalificada também esta área com o intuito de devolver a Mação o parque infantil retirado do Largo do Combatentes, e criar espaços de estar verdes com qualidade. Procurou-se, porém, manter o espaço versátil dado que é neste Largo que ao longo do ano se realizam feiras, espetáculos e festivais que trazem grande quantidade de pessoas a Mação.

Com o aumento da afluência de pessoas torna-se também imperativo a criação de novos espaços hoteleiros e de restauração com o intuito de renovar e reforçar a oferta.

A proposta pretende renovar a imagem de espaços de importante valor histórico e sentimental para o povo maçaense, respeitando a sua identidade e a sua história, com o objetivo de qualificar o espaço público levando a que novas empresas encontrem em Mação espaços e infraestruturas de qualidade para tornarem possível a sua fixação.



Fig. 99- Proposta



Fig. 100- Alçado principal da Residência



Fig. 103- Corte da Residência



Fig. 101- Alçado direito da Residência



Fig. 102- Alçado tardoz da Residência



Fig. 104- Alçado esquerdo da Residência



Fig. 105- Corte da Residência



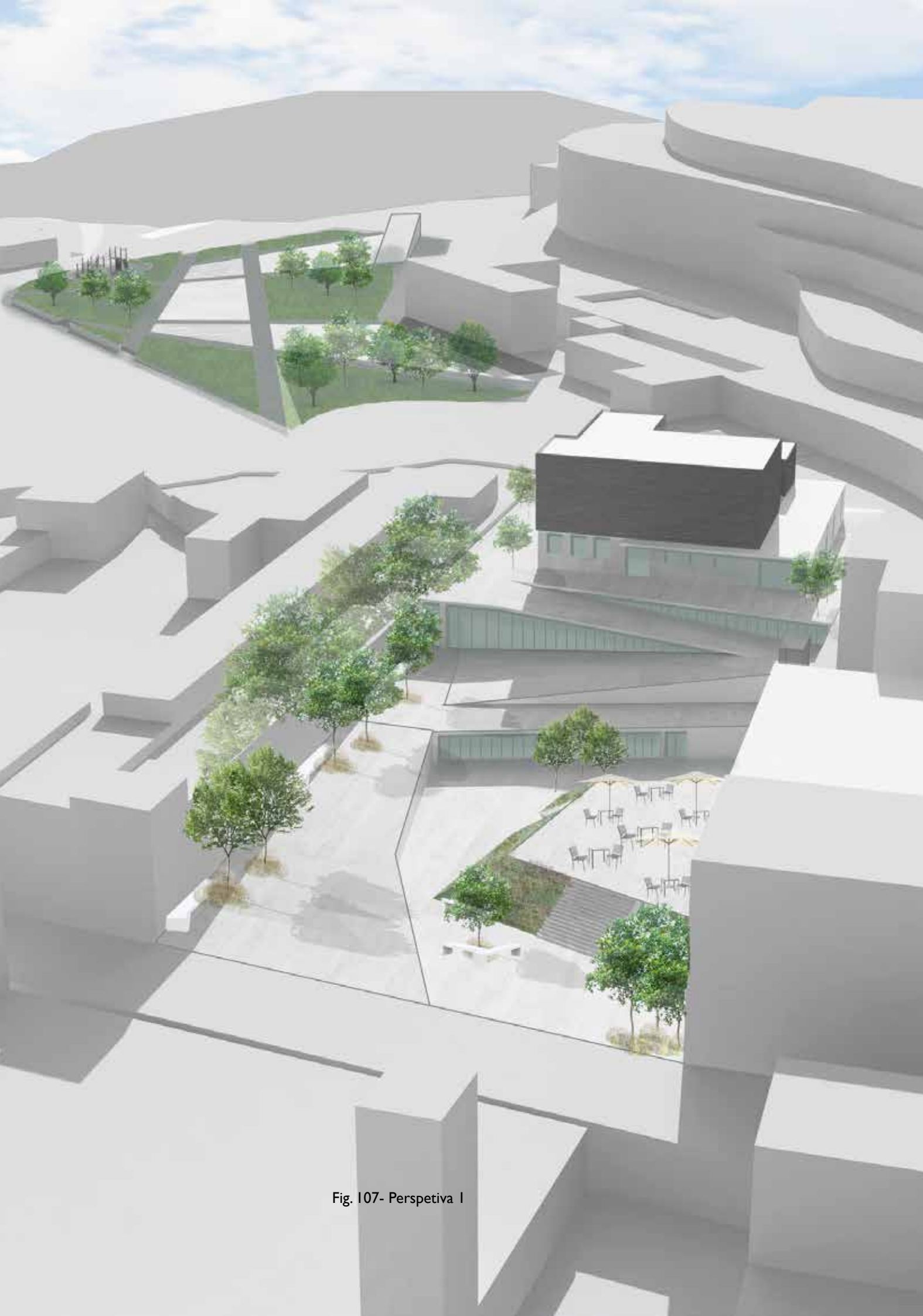


Fig. 107- Perspetiva 1



Fig. 108- Perspetiva 2



Fig. 109- Perspetiva 3



Fig. 110- Perspetiva 4



Fig. 111- Perspetiva 5



Fig. 114- Perspetiva 8



Fig. 112- Perspetiva 6



Fig. 115- Perspetiva 9



Fig. 113- Perspetiva 7

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Fig. 116- Largo dos Combatentes, situação atual

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate da memória e a procura de uma identidade da arquitetura e dos lugares foram pontos de partida para a análise do lugar que conduziu à elaboração de um processo de revitalização. Através do conhecimento da cultura, tradições, saberes, história, bem como das atividades económicas e do panorama social de Mação tornou-se possível fazer uma análise S. V. O. T. , de forma a entender as potencialidades do município, bem como as suas fraquezas.

O aumento progressivo e preocupante do despovoamento, motivado pelo processo de litoralização que Portugal tem sofrido desde a década de 60, serviu de mote ao objetivo primeiro deste trabalho, o de revitalizar Mação, em particular, a Vila de Mação, sede de concelho.

Procurou-se criar uma estratégia de revitalização através da requalificação do espaço público e de determinados edifícios classificados com mau estado de conservação, dando-lhes novos usos, de forma a promover a identidade, as atividades e os recursos endógenos de Mação e a levar o seu nome a Mercados Globais para que assim novas empresas se fixassem e novos residentes povoassem tanto a sede de concelho como todo o restante.

O processo de revitalização criado apoia-se no Plano Estratégico para 2025 delineado pela Câmara Municipal e nos seus objetivos.

Fomentar critérios de interligação e atratividade com o objetivo de intensificar as atividades económicas e funções do presente, e outras novas, conciliando com a preservação dos valores patrimoniais e com a recuperação e a requalificação do edificado corrente foi o objetivo implementado para a proposta, que foi conseguido através do projeto realizado com este Trabalho Final de Mestrado.

O objeto deste estudo foi resolvido através da transformação de edifícios existentes, como a antiga Escola Primária, que deu lugar a uma Residência para estudantes e investigadores e o Cineteatro que sofreu alterações de forma a poder acolher eventos e conferências. Ambos com a finalidade de apoiarem as novas funções e parcerias criadas, como a reativação da escola com cursos profissionais e superiores apoiados nas indústrias novas e existentes e no Museu da Arte e da Pré-história de Mação.

O processo de trabalho deu origem não só a uma proposta de revitalização como a de desenvolvimento de Mação.

6. BIBLIOGRAFIA



Fig. 117-Vista da Vila de Mação, junto à ponte romana

6. BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA GERAL

AUGÉ, Marc; “Não Lugares”; Letra Livre; 4ª Edição

BARTOLO, José; “João Luís Carrilho da Graça”; Architectos Portugueses; Série 2

COELHO, Carlos Dias; [et al]; “Cadernos Morfologia Urbana, estudos da cidade portuguesa, Os Elementos Urbanos”; Argumentum; 1ª Edição; Outubro 2013

COELHO, Rodrigo; PINHEIRO Joana; “Manuel Salgado Risco”; Architectos Portugueses; Série 2

CRUZ, João; “Graça Dias Egas Vieira”; Architectos Portugueses; Série 2

ECO, Humberto; “Como se faz uma Tese em Ciências Humanas”; Editorial Presença; 13ª Edição

FONSECA, Ana Sofia; “Raízes, O Campo na Cidade”; Fundação Francisco Manuel dos Santos; Abril 2016

Vários Autores; “Exclusive Architecture & Innovative Design”; Konemann; Barcelona, Espanha

PEREIRA, Nuno Teotónio; “Arquitetura e Cidadania”; Quimera

RUSKIN, John; “Les sept lampes de l’architecture”, Paris, Klincksieck, 2008

ROSA, Isabel; “El Diseño de la Ciudad Medieval Portuguesa”; Tese de Doutoramento, Cáceres 2003.

ROSA, Isabel; “Tomar e zona monumental de Ajuda- Belém: dois projectos de salvaguarda, dois casos de estudo”; Disegnarecon. Vol. I, n. 2 (2008) – Conservazione del Patrimonio Architettonico e Urbano a cura di Roberto Mingucci e Mario Centofanti, Bologna. 7 pp. | ISSN 1828 5961

ROSA, Isabel, LOPES, J., RIBEIRO, R; “The landscape cultural construction. As a recognition of the Roman tradition”; 2014; consultado em: Emerging Digital Tools for Architectural Surveying, Modeling and Representation. IGI Global, Hershey, 24 pp

SANTOS, Henrique Pereira; “Portugal: Paisagem Rural”; Fundação Francisco Manuel dos Santos; Janeiro 2017

SILVA, Gastão de Brito; “Portugal em Ruínas”; Fundação Francisco Manuel dos Santos; 2014

SILVA, Helena Sofia; SANTOS, André; “Souto de Moura”; Architectos Portugueses;

SILVANO, FILOMENA; “Antropologia do Espaço”; Assírio & Alvim; Edição 1424; Outubro 2010

VITA, Francesca; “AIRES MATEUS”; Architectos Portugueses; Série 2

BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA

FERNANDES, Armando; “À mesa em Mação: carta gastronómica”; Câmara Municipal de Mação; Gabinete de Informação e Comunicação; 2012

GUEIFÃO, Carlos; “Viagem à Roda da Banda de Mação”; Câmara Municipal de Mação; Fevereiro de 2013

JALHAY, Eugénio; “Lápides romanos dos arredores de Mação (Beira Baixa); Vol. 48, Fasc. 2; Lisboa; 1949

LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal; “Portugal antigo e moderno dicionário; Geographico, Estatistico, Cherographico, Heraldico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias”; Volume Quinto, Lisboa; Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão; 1875

LOURO, P. Henrique da Silva; “Monografia de Cardigos”; Escola Tipográfica do Seminário das Missões; Cucujais; 1939

MATOS, António de Oliveira; “Monografia do Concelho de Mação”; Vila Nova de Famalicão: Minerva; 1946

PEREIRA, Maria Amélia Horta; “A Capela de Nossa Senhora da Visitação do Carvoeiro (Mação)- Igreja da Misericórdia”; Museu Municipal Dr. João Calado Rodrigues, Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo; 1995

PEREIRA, Maria Amélia Horta; “Monumentos Históricos de Mação”; Câmara Municipal de Mação; 1970

SANTOS, Rosária Margarida Fernandes Moraes; “Espaços de memória em Mação, construção socialmente participada de perspectivas da cultura material”; Tese de Mestrado em “Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre”; não publicado; Instituto Politécnico de Tomar; enquadrada no programa Erasmus Mundus; Julho 2008

SERRANO, Francisco; “Romances e canções populares da minha terra”; Câmara Municipal de Mação; 1998

SERRANO, Francisco; “Viagem à Roda de Mação”; Câmara Municipal de Mação; 1998

BIBLIOGRAFIA CITADA

HALBWACHS, Maurice; “A Memória Coletiva”; Paris, França; 1968; Edições Vértice

MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino; “Processos de uma modernidade inacabada”; “Mudanças estruturais e mobilidade social”; Capítulo 1; 1998; Celta Editora; 2ª Edição

OOSTERBEEK, Luís; “Espaços de memória e cultura em Mação: breve exposição”; in Zahara. - Abrantes: Centro de Estudos de História Local de Abrantes - A. 6, nº 11 (Jul. 2008), p. 60-64

PDM, Município de Mação; Câmara Municipal de Mação; 2006-2009; consultado em: <http://www.cm-macao.pt/> a 04/11/2016

PERALTA, Elsa; “A Memória do Mar, Património, Tradição e (Re) imaginação Identitária na Contemporaneidade”; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Universidade de Lisboa; Lisboa; 2008

PERALTA, Elsa; “Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica”; Arquivos da Memória, Antropologia, Escala e Memória; Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa; Nº2, Nova Série; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Universidade de Lisboa; Lisboa; 2008

Plano de Desenvolvimento Estratégico de Mação - 2025; Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados

RIBEIRO, Orlando; “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Estudo Geográfico”; Coimbra Editora; Limitada: Coleção Universitas; 801; Lisboa, Setembro 1945

ROSA, Isabel, RIBEIRO, R; “O desempenho da paisagem enquanto construção da Arquitetura de Tradição em Portugal”; in DoCo 2012 2013; Documentazione e Conservazione del Patrimonio Architettonico ed Urbano. Vol. 5. Bologna, p. 55- 60

SERRANO, Francisco; “Elemento Históricos e Etnográficos de Mação”; Câmara Municipal de Mação; 1998

LEGISLAÇÃO

ARU, Mação, 2015; consultado em <http://www.cm-macao.pt/> a 04/11/2016

Diário da República, 1ª Série- Nº 206 no Decreto de Lei 307 de 2009; 23 de Outubro de 2009

Relatório do Gabinete Técnico Local; Câmara Municipal de Mação; 199?

ICOMOS; Carta de Cracóvia 2000; Cracóvia; 2000

ICOMOS; 1995 – Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada-Iº Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana; 1995

ICOMOS, 1975 - Carta Europeia do Património Arquitectónico [pt] - Conselho da Europa

DOCUMENTOS EM INTERNET

<https://architizer.com/projects/praca-de-lisboa/>; consultado a 10/09/2017

archquisition.blogspot.pt/2014/02/praca-de-lisboaapasseio-dos-clerigos.html; consultado a 10/09/2017

www.batlleiroig.com/es/landscape/parc-dels-ocellets/; consultado a 22/09/2017

<http://www.cm-macao.pt/>; consultado a 04/11/2016

<http://www.cm-tomar.pt/index.php/147-catdestaque/439-tomar-reabilita>; consultado a 08/12/2016

www.javierzaldivar.com/portfolio/parque-dels-ocellets/

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74590>; consultado a 04/11/2016

PESSÔA, José Belmont de Simões; “Rua, Rossio, Largo, Muralha: A requalificação da cidade portuguesa”; 2009; disponível em https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_15/02_JP_Portugal_040210.pdf; consultado a 14/12/2016

www.proap.pt/pt-pt/projeto/requalificacao-do-espaco-publico-da-ribeira-das-naus/; consultado a 15/09/2017

<http://www.viverotejo.pt/visitar/Details/26>; consultado a 24/05/2017

<https://online.verdehorizonte.net/category/disciplinas/historia/page/3/>; consultado a 24/05/2017

REVISTAS, PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS, DOCUMENTOS POLICOPIADOS E CATÁLOGOS

CARDOSO, Ana Paredes; “Azulejos da Igreja Matriz de Mação”; in Zahara. - Abrantes: Centro de Estudos de História Local de Abrantes - n°14 (Nov. 2009), p. 48-53

GUEIFÃO, Carlos; “Padre António Pereira de Figueiredo (1725-1797): o oratório de Mação”; in Zahara. - Abrantes: Centro de Estudos de História Local de Abrantes - A. 2, n°3 (Maio. 2004), p. 109-120

Mação (Texto policopiado): um passado a descobrir; Câmara Municipal de Mação; s. d.

“Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo- Mação”; in Zahara. - Abrantes: Centro de Estudos de História Local de Abrantes - A. 4, n°7 (Jun. 2006), p. 119

OOSTERBEEK, Luís; “Educação, criatividade e cidadania no Museu da Arte Pré-Histórica de Mação”; in Zahara. - Abrantes: Centro de Estudos de História Local de Abrantes - A. 2, n°4 (Dez. 2004), p. 85-90

ROSA, Isabel, FCT, Pro-Villages Candidature

SILVA, Jaime Marques da; “A primeira Invasão Francesa nas Rotas de Mação”; in Zahara. - Abrantes: Centro de Estudos de História Local de Abrantes - n°10 (Nov. 2007), p. 22-29

SILVA, Jaime Marques da; “Grande incêndio na matriz de Mação: 11 de Junho de 1715”; in Zahara. - Abrantes: Centro de Estudos de História Local de Abrantes - A. 5, n°9 (Jul. 2007), p. 86-92

SILVA, Jaime Marques da; “Um retrato de Mação ao Tempo da Guerra Fantástica”; in Zahara. - Abrantes: Centro de Estudos de História Local de Abrantes - n°19 (Jul. 2012), p. 65-79

SILVA, Jaime Marques da; “Toponímia de Mação: duas curiosidades”; in Zahara. - Abrantes: Centro de Estudos de História Local de Abrantes - A. 4, n°7 (Jun. 2006), p. 48-54

“Terras do Tejo. Mação, 1935-1939”; revista mensal ilustrada / propr. e dir. João Calado Rodrigues- A. 1, n°1 (Abr. 1935)- a 3 n°17 (Jan. 1939); Lisboa: Sociedade Astória, 1935-1939

“O Distrito de Santarém”; Edição e publicação do Jornal ilustrado Português “A Hora” sob a direção de Bandeira de Tóro; Lisboa; 1943

7. ANEXOS



Fig. I 18- Ponte Romana

7.ANEXOS

ANEXO I

7.1. Conceitos

Património | Conservação | Restauro | Reabilitação | Reabilitação Urbana | Requalificação urbana | Reabilitação de um edifício | Identidade de Núcleos Históricos | Identidade | Memória | Lugar

“Património: é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a seleção de valores.” (ICOMOS, 2000)

“5.º O património arquitetónico tem um valor educativo determinante. Ele oferece um manancial privilegiado de explicações e de comparações do sentido das formas e uma fonte de exemplos das suas utilizações. Ora, a imagem e o contacto direto adquirem de novo uma importância decisiva na formação dos homens. Importa por isso conservar vivos os testemunhos de todas as épocas e de todas as experiências. A sobrevivência destes testemunhos não estará assegurada se a necessidade da sua proteção não for compreendida pela grande maioria das pessoas e especialmente pelas gerações mais jovens que terão amanhã responsabilidade sobre eles.” (ICOMOS, 1995)

“Conservação: é o conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados.” (ICOMOS, 2000)

“Restauro: é uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objetivo é a conservação, da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade.” (ICOMOS, 2000)

Reabilitação - é um tema que motiva o arquiteto na medida em que põe em confronto diversos tempos gerando resultados diferentes, na medida em que conseguimos transportar a história para o momento presente, e assim percorrer um espaço reabilitado acaba por ser uma viagem no tempo.

A reabilitação pode ser feita através do confronto direto segundo técnicas e desenhos inovadores e modernos de acordo com as normas legais presentes ou por outro lado e em caso mais simples em que o que se pretende do restauro ou conservação, dada a sua qualidade, é fazer apenas pequenas alterações. Existem evidentemente outros casos em que o processo de reabilitação pode implicar alteração de usos ou ampliações, remodelações do interior do edifício, ou até mesmo demolições totais ou parciais que impliquem reconstruções.

Qualquer um dos processos de reabilitação implica tomada de decisões bem fundamentadas tecnicamente para o objetivo seja atingido de forma a respeitar o valor arquitetónico do edifício.

“Reabilitação urbana: É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, económicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.” (ICOMOS, 1995)

Requalificação urbana: Aplica-se sobretudo a locais funcionais da “habitação”; tratam-se de operações destinadas a tornar a dar uma atividade adaptada a esse local e no contexto atual. (ICOMOS, 1995)

Segundo o Diário da República, no Decreto de Lei 307 de 2009 o conceito de requalificação urbana designa: a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios. (Decreto de Lei 307; 2009)

“Reabilitação de um edifício: Obras que têm por fim a recuperação e beneficiação de uma construção, resolvendo as anomalias construtivas, funcionais, higiénicas e de segurança acumuladas ao longo dos anos, procedendo a uma modernização que melhore o seu desempenho até próximo dos atuais níveis de exigência.” (ICOMOS, 1995)

Segundo o Diário da República, no Decreto de Lei 307 de 2009 o conceito de Reabilitação de edifícios designa: a forma de intervenção destinada a conferir adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva a um ou a vários edifícios, às construções funcionalmente adjacentes incorporadas no seu logradouro, bem como às frações eventualmente integradas nesse edifício, ou a conceder -lhes novas aptidões funcionais, determinadas em função das opções de reabilitação urbana prosseguidas, com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados, podendo compreender uma ou mais operações urbanísticas. (Decreto de Lei 307; 2009)

“Identidade dos Núcleos Históricos: Artigo 2º Sendo a preservação da identidade dos Núcleos Históricos, expressa pelo seu património edificado, cultural e social, é indispensável que as operações de reabilitação urbana sejam apoiadas pelas pesquisas histórica e sociológica, perspectivadas numa dialética de integração.” (ICOMOS, 1995)

“Identidade: entende-se como a referência coletiva englobando, quer os valores atuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado.” (ICOMOS, 2000)

Memória - 1. É a capacidade de adquirir, reter e utilizar uma experiência. Quanto à utilização desta faculdade psíquica em ordem ao seu reaparecimento na consciência, há diversos tipos que variam com as pessoas, sendo eles de tipo visual, auditivo e motor. 2. lembrança, reminiscência. 3. Recordação. 4. Monumento comemorativo. 5. S. Fem. Pl. Relato de acontecimentos passados, escrito por testemunha ou protagonista. Em princípios do século XIX começaram a predominar as memórias de carácter autobiográfico. Em meados do mesmo século, este processo de escrita tornou-se género literário autónomo. Em que o relato dos acontecimentos decorridos durante a vida do seu autor é intermediado com certas formas de revelação de factos pessoais íntimos.

Lugar - 1. Espaço ocupado por um corpo. 2. Sítio. 3. Localidade. 4. Pequena povoação. 5. Posição.

É um determinado espaço no qual o indivíduo desenvolve para com ele relação de identidade, afetividade, do bem-estar.

ANEXO 2

7.2. Fotografias- Largo dos Combatentes



Fig.A1- Escola Primária, Laboratórios do Museu



Fig.A2- Escola Primária, Laboratórios do Museu, vista traseira



Fig.A3- Escola Primária, Laboratórios do Museu, vista lateral



Fig.A4- Largo dos Combatentes - Rua Padre António Pereira Figueiredo



Fig.A5- Museu da Arte e da Pré-História de Mação



Fig.A6- Largo das Piscinas



Fig.A7- Largo dos Combatentes



Fig.A8- Praça Gago Coutinho

7.3. Fotografias- Centro Histórico



Fig.A9- Igreja Matriz



Fig.A10- Casa Rebelo



Fig.A11- Rua de S. Pedro



Fig.A12- Capela do Espírito Santo



Fig.A13- Vila de Mação



Fig.A14- Miradouro do Caracol



Fig.A15- Rua de S. Pedro

7.3 Fotografias- Parceiros do Projeto de Revitalização



Fig.A16- Entrada Principal da Antiga Escola Secundária



Fig.A17- Antiga Escola Secundária



Fig.A18- Rua de S. Pedro



Fig.A19- Antiga Fábrica Mirrado (desativada)



Fig.A20- Zona Industrial



Fig.A21- Câmara Múnci



Fig.A22- Antiga Escola Secundária



Fig.A23- Museu da Arte e da Pré-história, Piscinas Municipais e GNR



Fig.A24- Museu da Arte e da Pré-história de Mação



Fig.A25- Escola Básica 2º e 3º Ciclos e Secundária de Mação



Fig.A26- Novo Centro de Negócios de Mação



Fig. A27- Distrityres, Zona Industrial



Fig. A28- Centro de Formação de Mação



Fig. A29- Antigo Quartel de Bombeiros, futuras instalações de um P

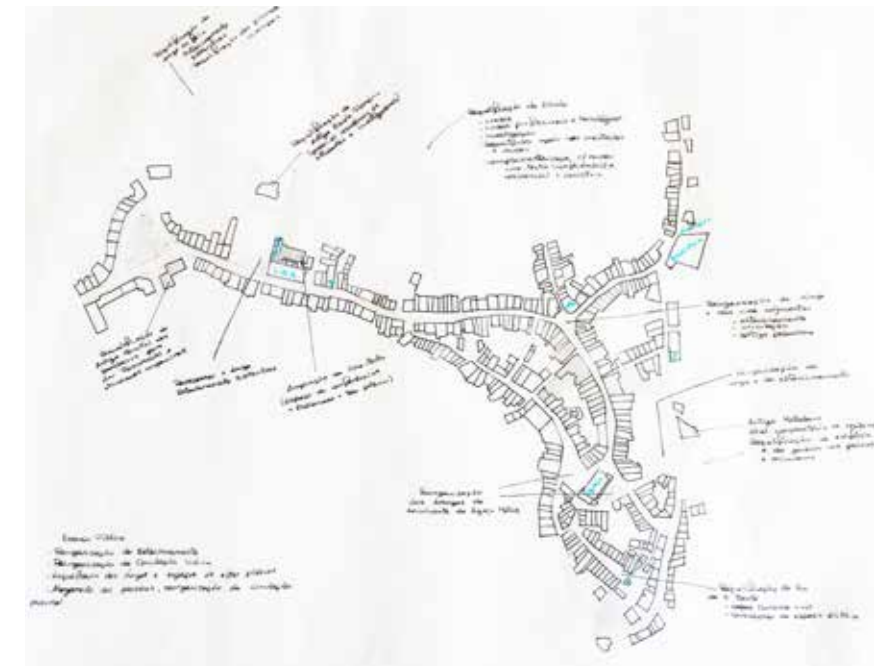


Fig.A30- Esquema de análise das necessidades do Centro Histórico



Fig.A3 I - Análise do Edificado

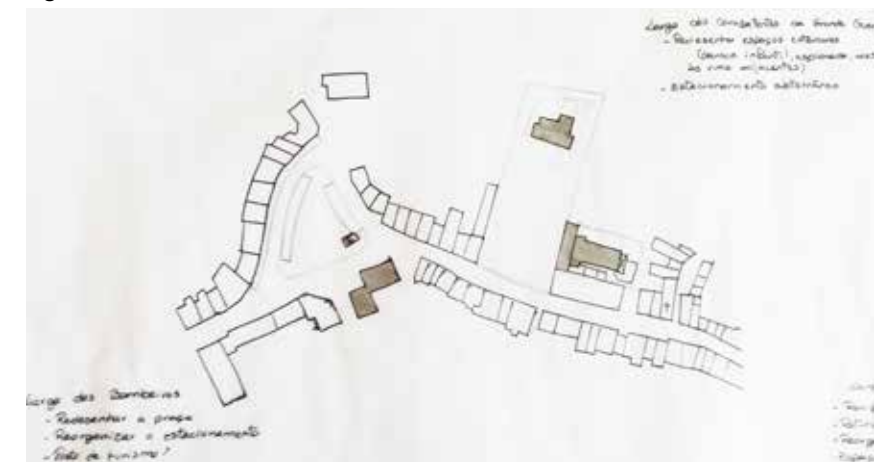


Fig.A32- Análise dos Largos

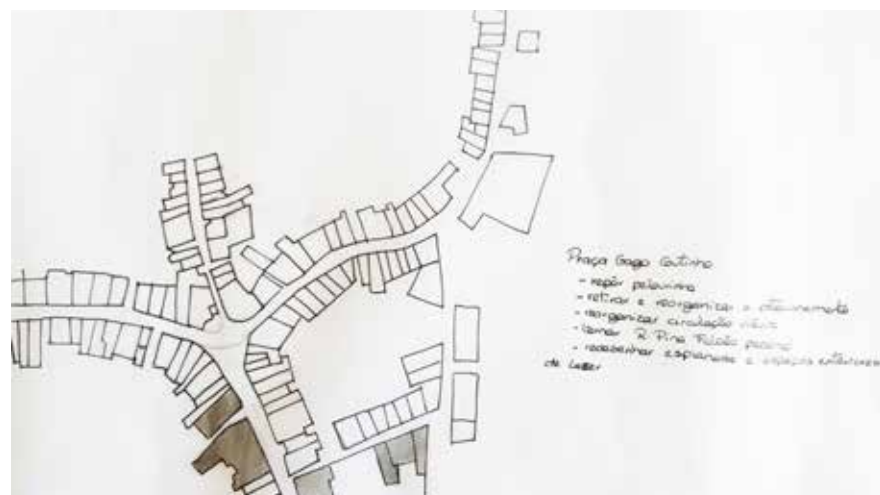


Fig.A34- Análise Praça Gago Coutinho

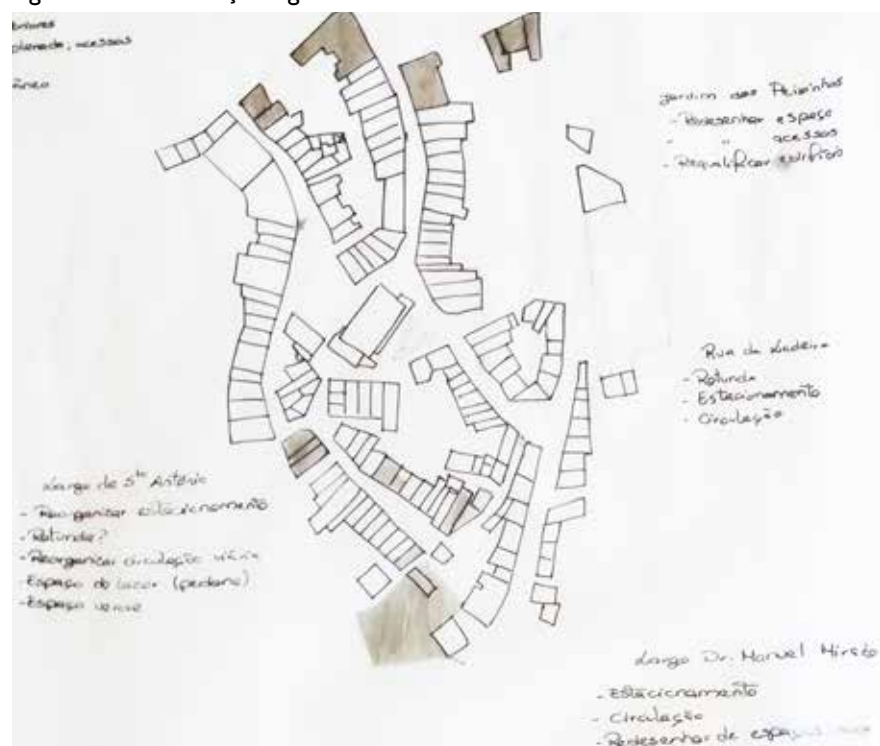


Fig.A35- Análise Largos 2



Fig.A36- Esquema de Revitalização

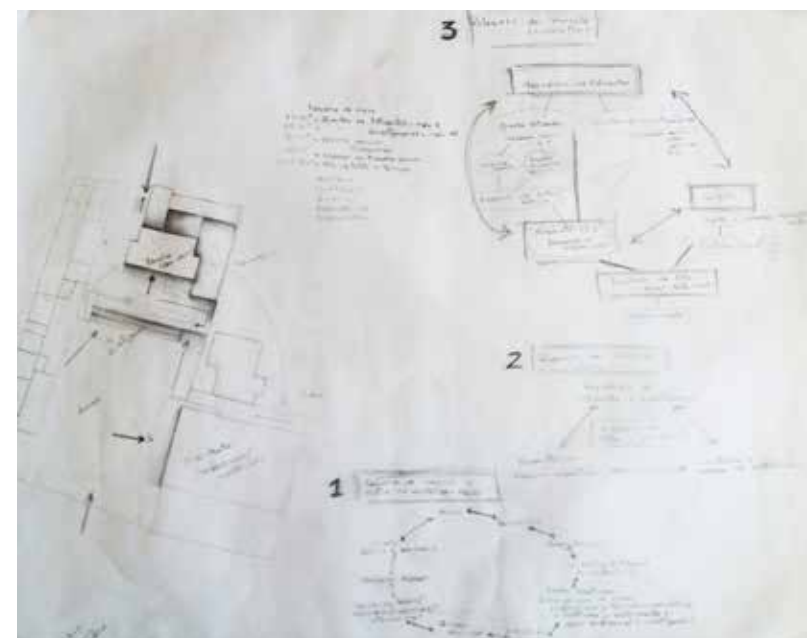


Fig.A37- Esquema de Revitalização 2

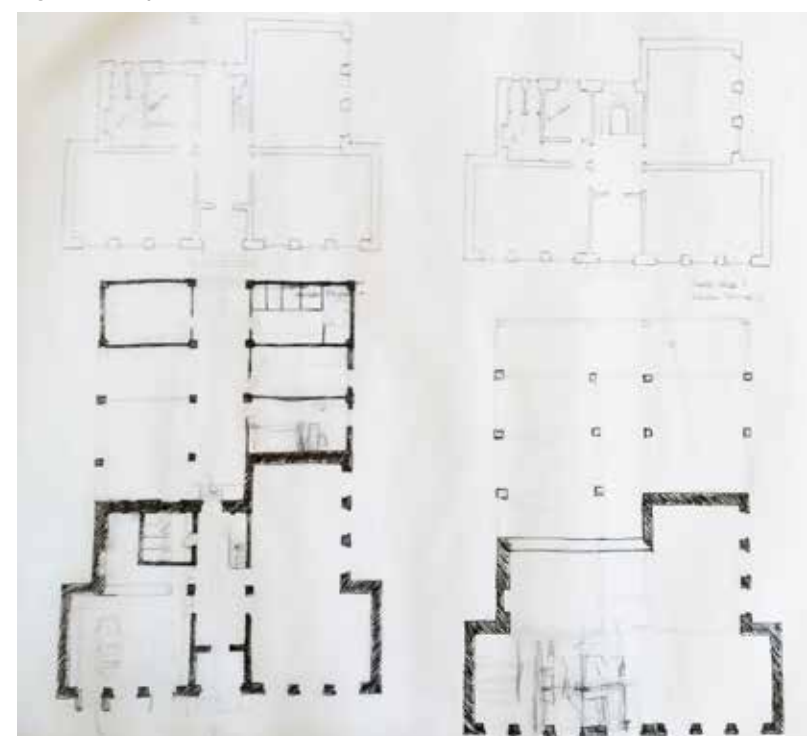


Fig.A38- Estudos da Planta da Residência

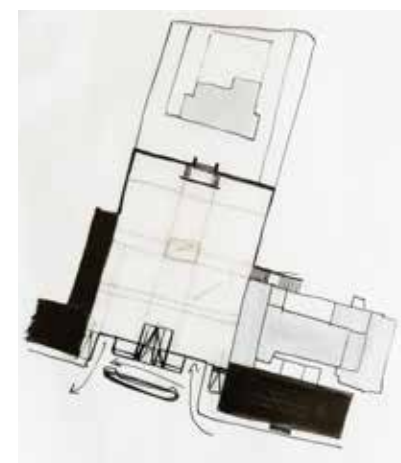


Fig.A39- Estudos do Largo

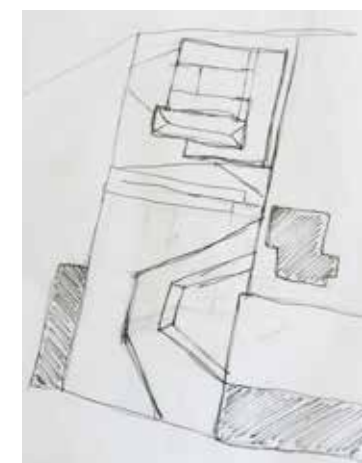


Fig.A40- Estudos do Largo



Fig.A41- Estudos da Residência

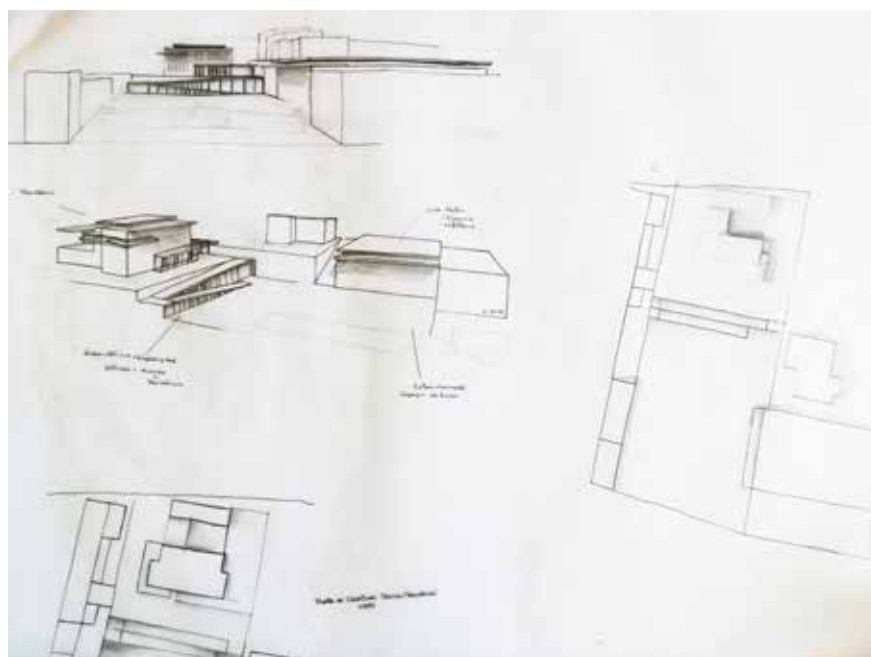


Fig.A42- Estudos do Largo



Fig.A43- Estudos do Largo

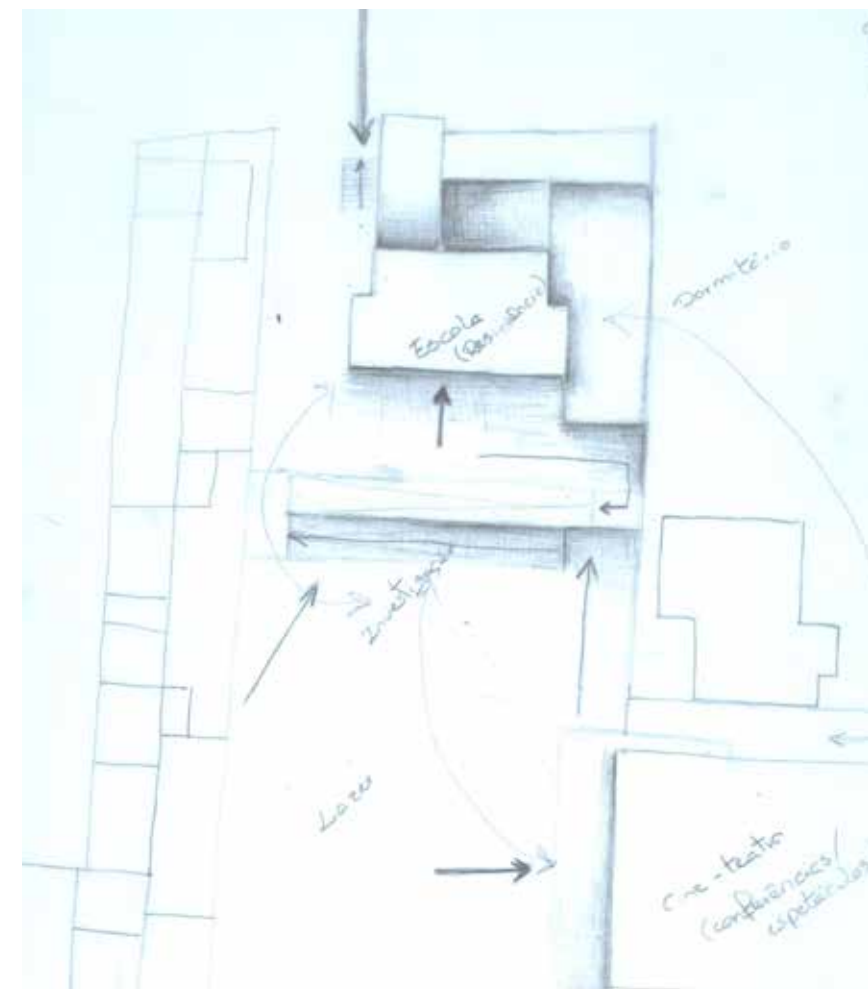


Fig.A44- Planta de volumetrias

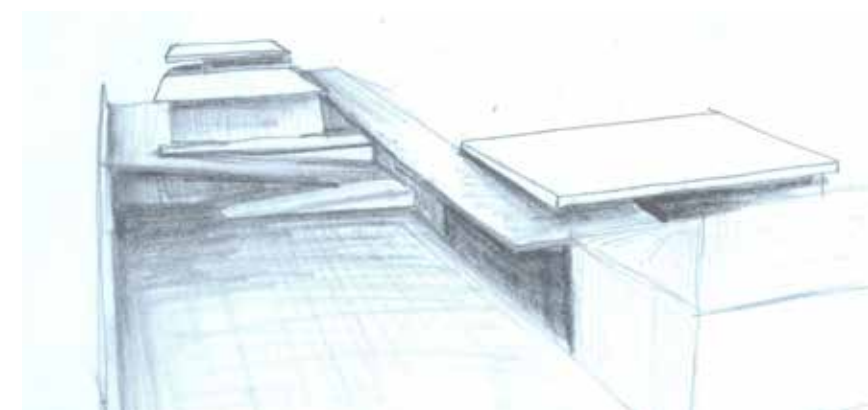


Fig.A45- Perspetiva de volumetrias

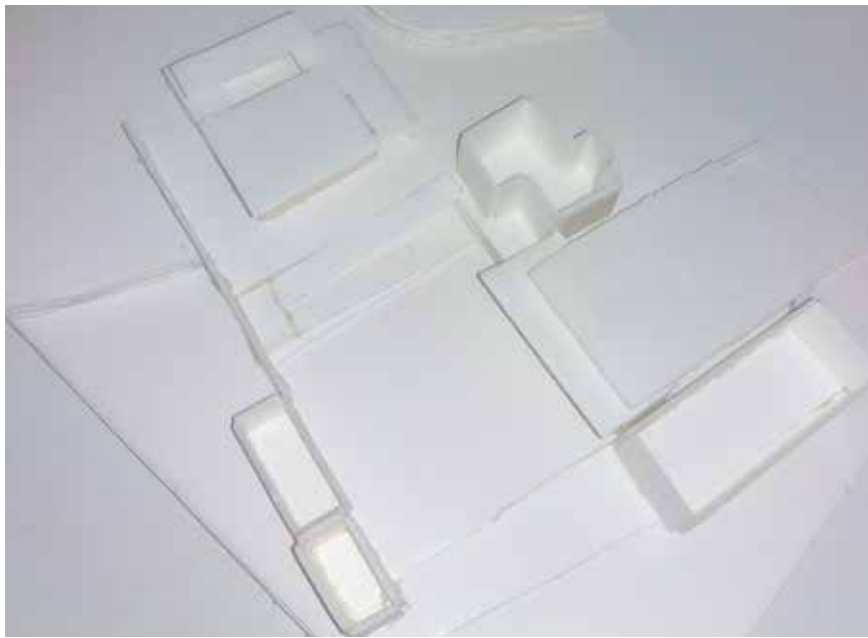


Fig.A46- Fotografia da Maquete 1:500

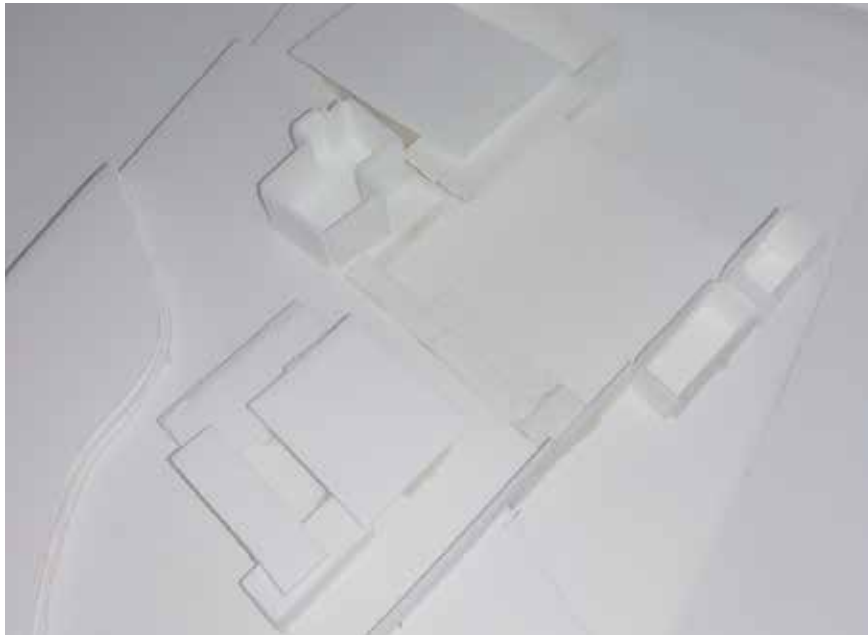


Fig.A47- Fotografia da Maquete 1:500

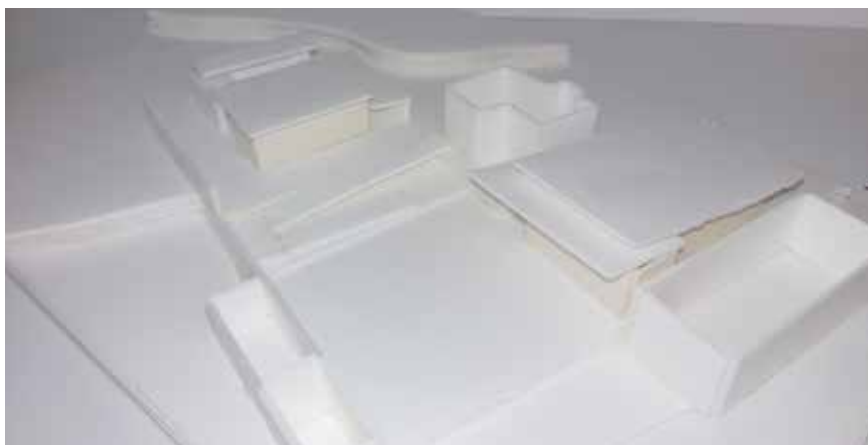


Fig.A48- Fotografia da Maquete 1:500

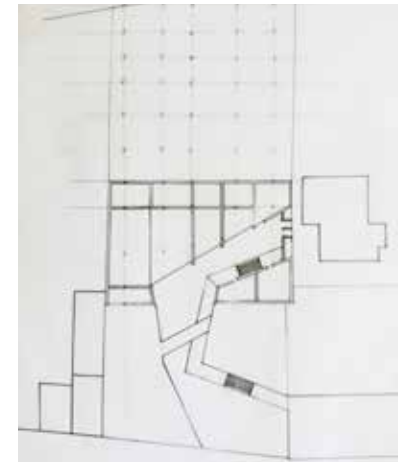


Fig.A49- Estudos em Planta

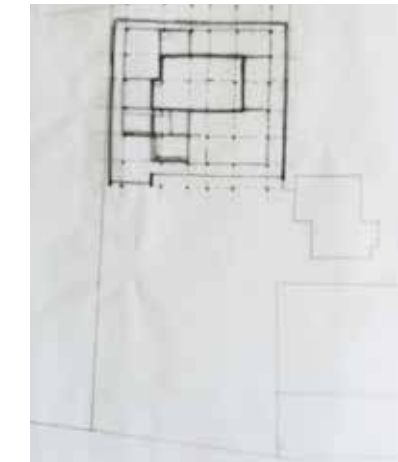


Fig.A50- Estudos em Planta

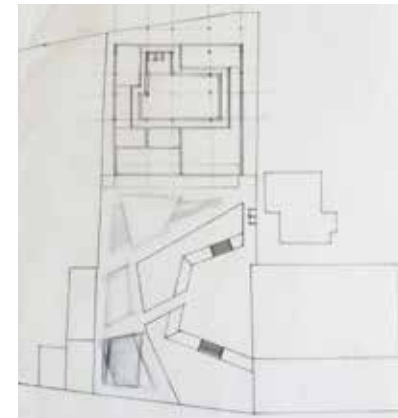


Fig.A51- Estudos em Planta

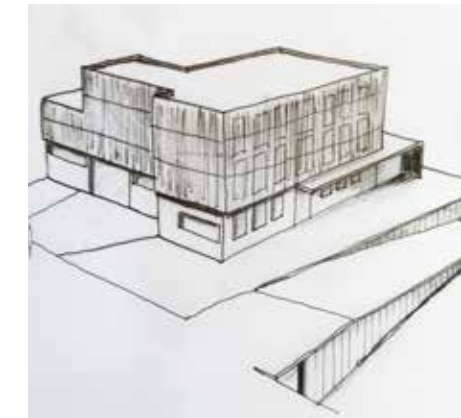


Fig.A52- Estudos em Perspetiva

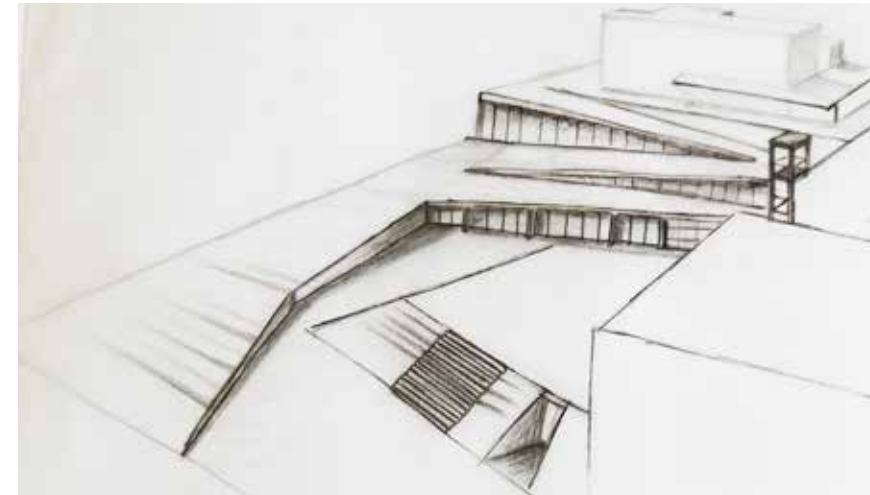


Fig.A53- Estudos em Perspetiva

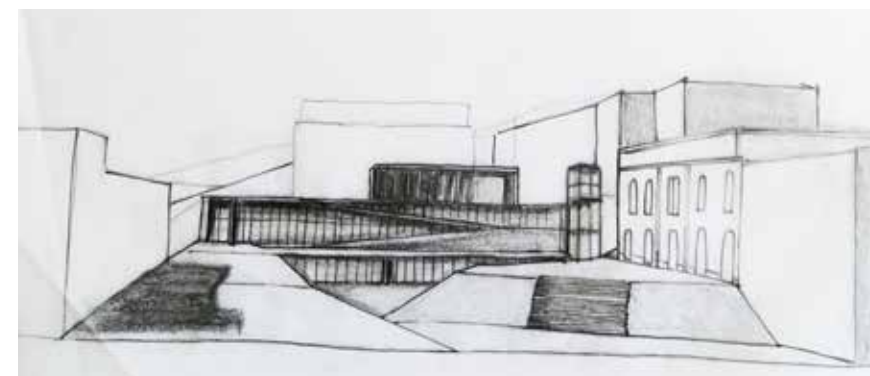


Fig.A54- Estudos em Perspetiva

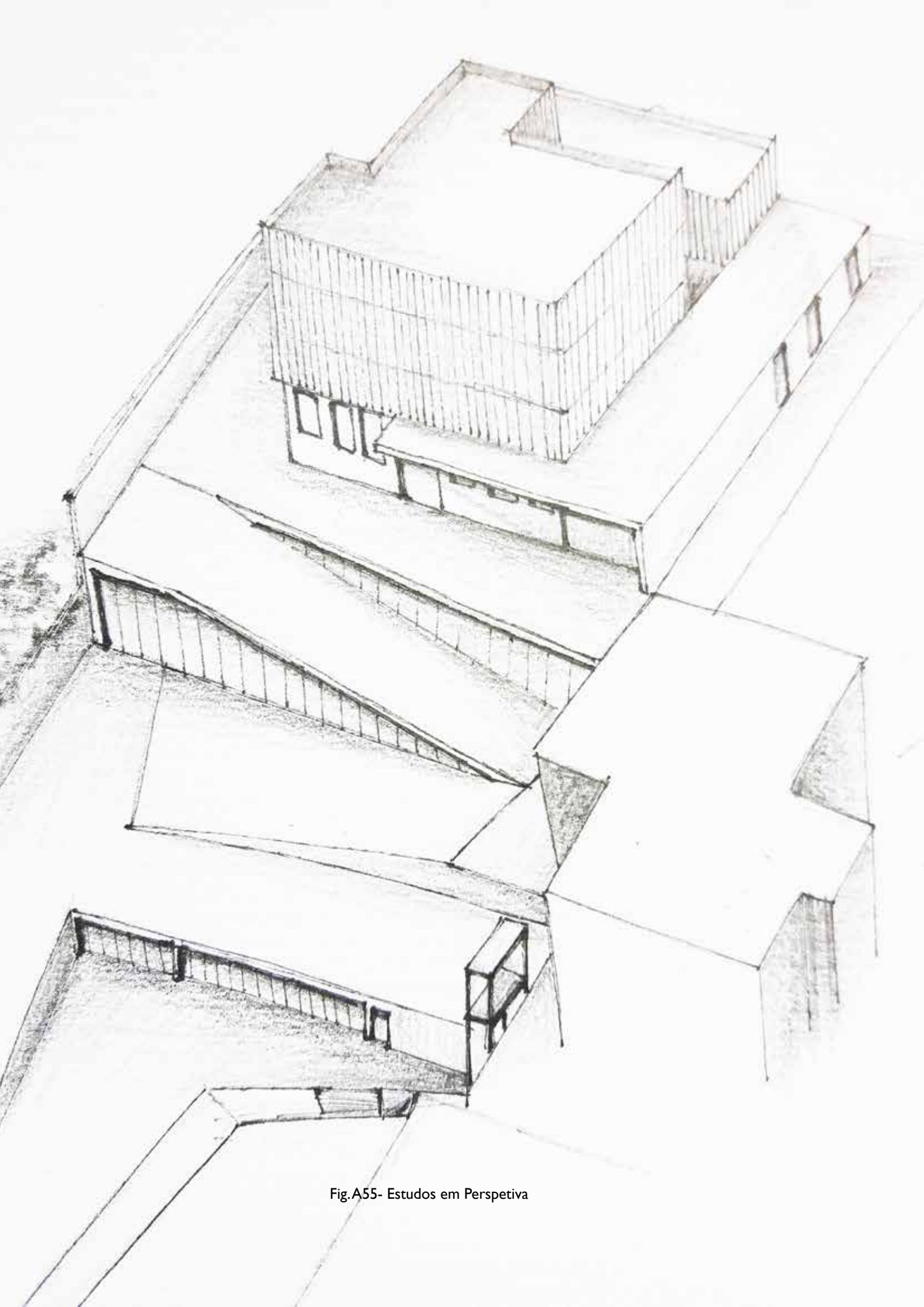


Fig.A55- Estudos em Perspetiva

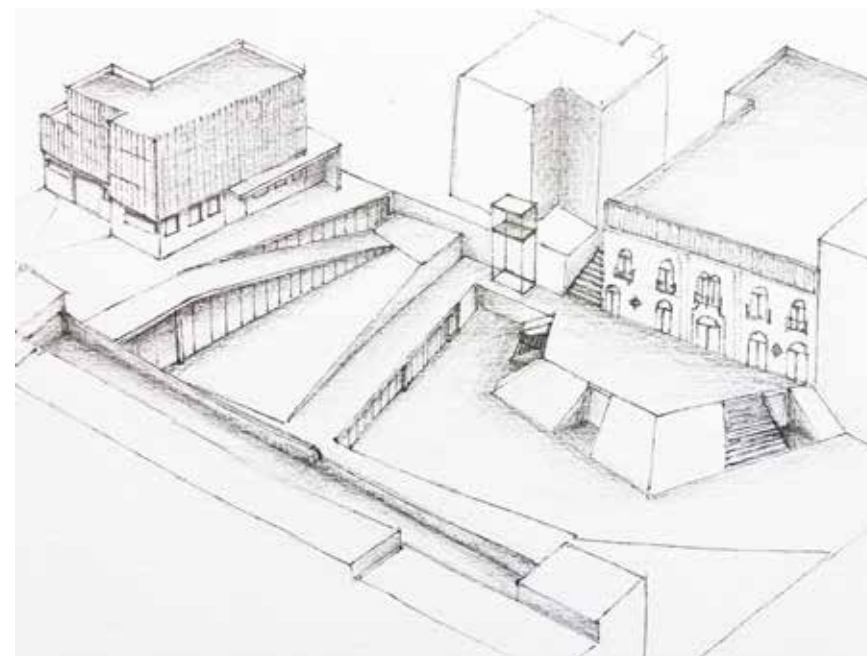


Fig.A57- Estudos em Perspetiva

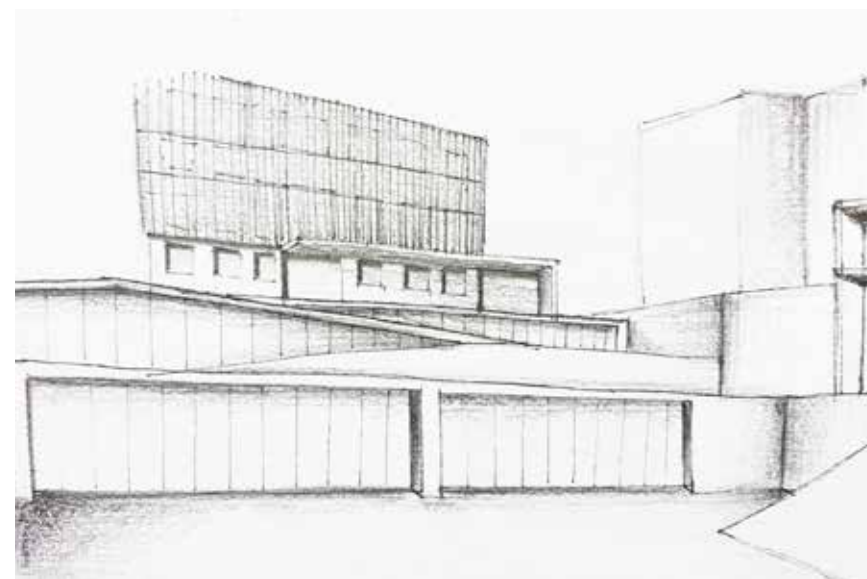


Fig.A58- Estudos em Perspetiva

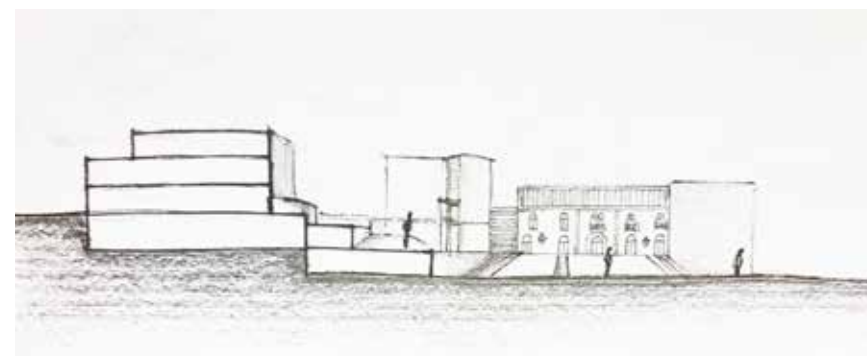


Fig.A59- Estudos em Perspetiva

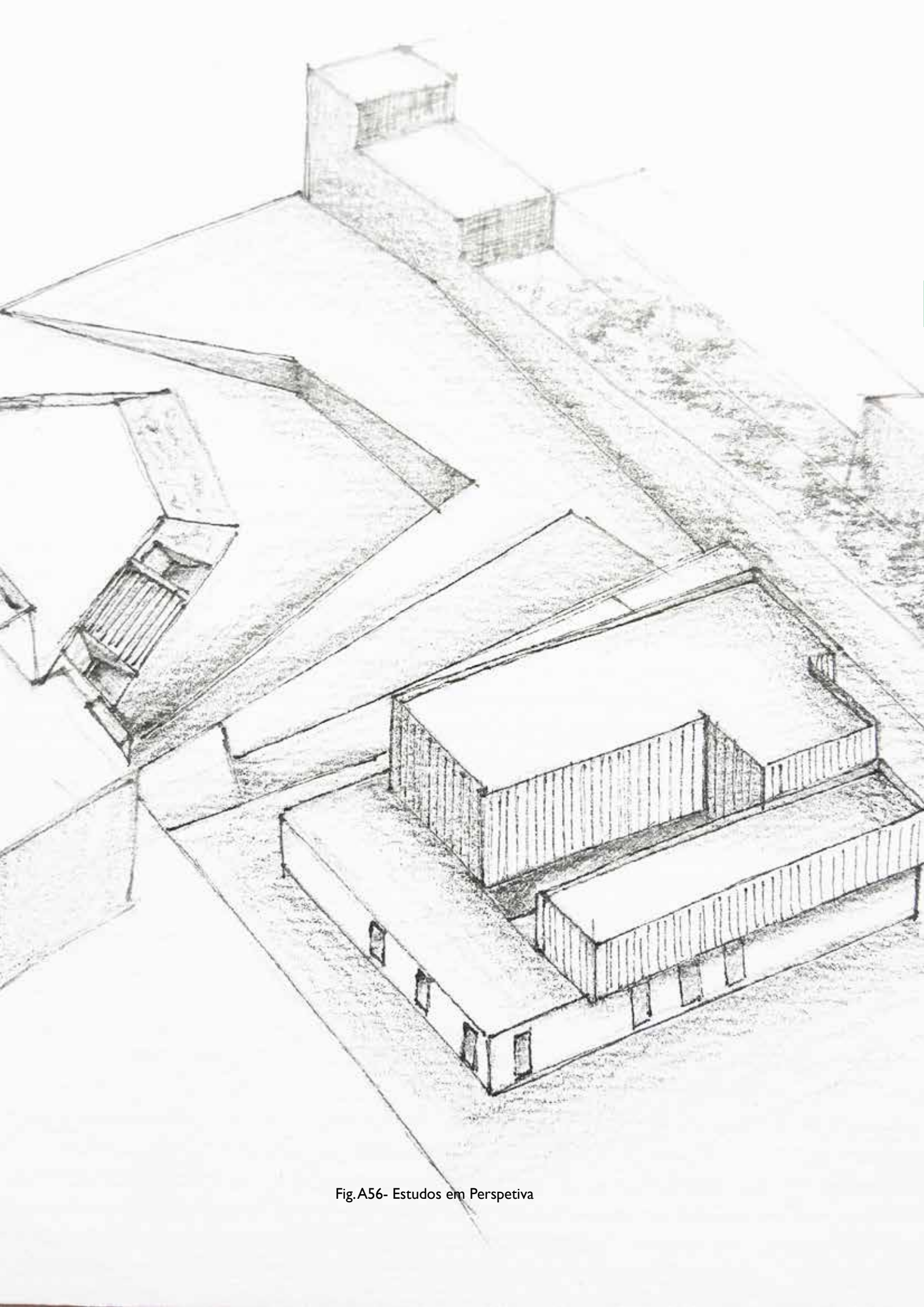


Fig.A56- Estudos em Perspetiva



Fig.A57- Maquete da Proposta 1:1000



Fig.A58- Maquete da Proposta 1:1000

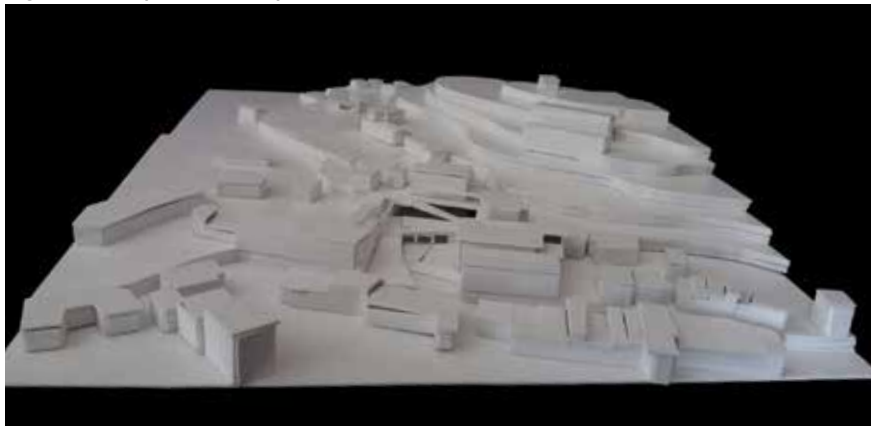


Fig.A59- Maquete da Proposta 1:1000



Fig.A60- Maquete da Proposta 1:1000

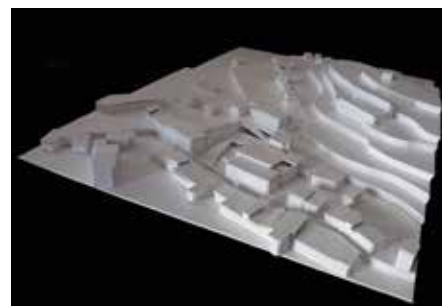


Fig.A61- Maquete da Proposta 1:1000



Fig.A62- Maquete da Proposta 1:500



Fig.A63- Maquete da Proposta 1:500

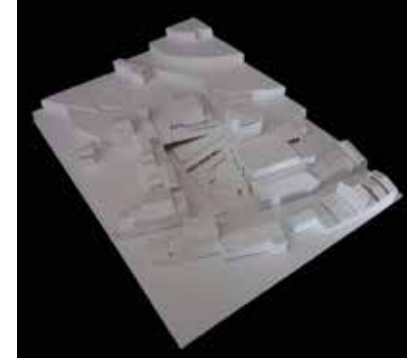


Fig.A64- Maquete da Proposta 1:500



Fig.A65- Maquete da Proposta 1:500

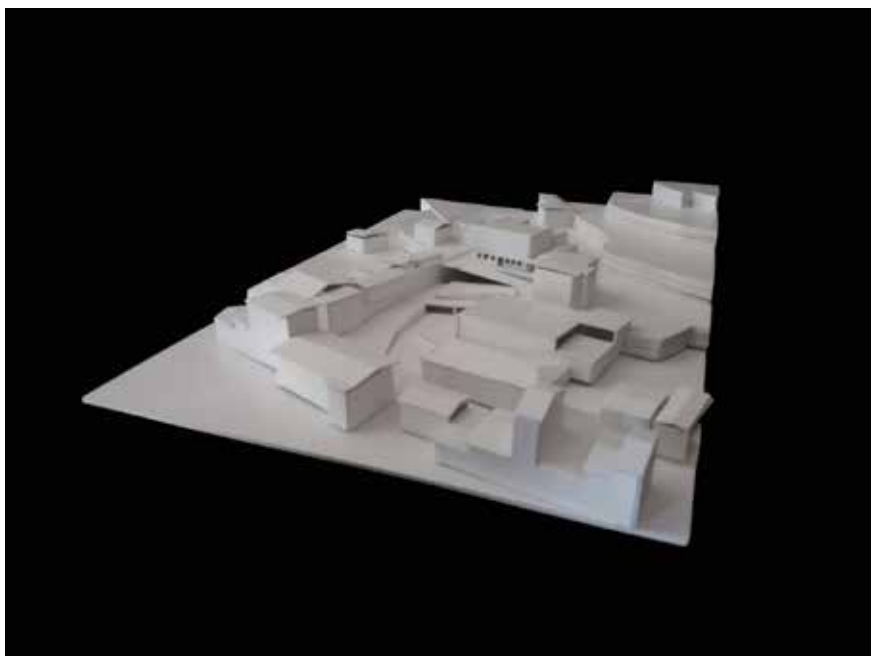


Fig.A66- Maquete da Proposta 1:500

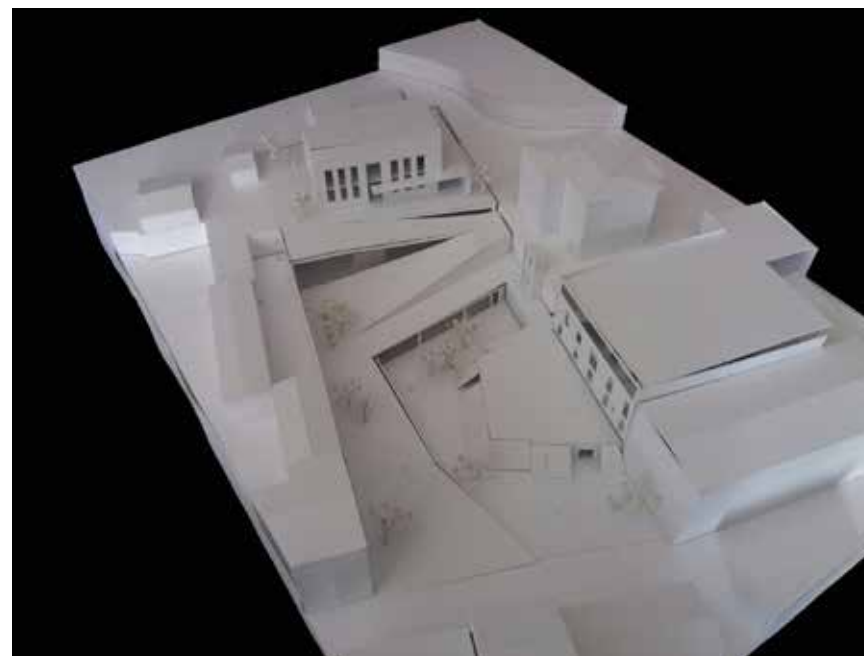


Fig.A68- Maquete da Proposta 1:200

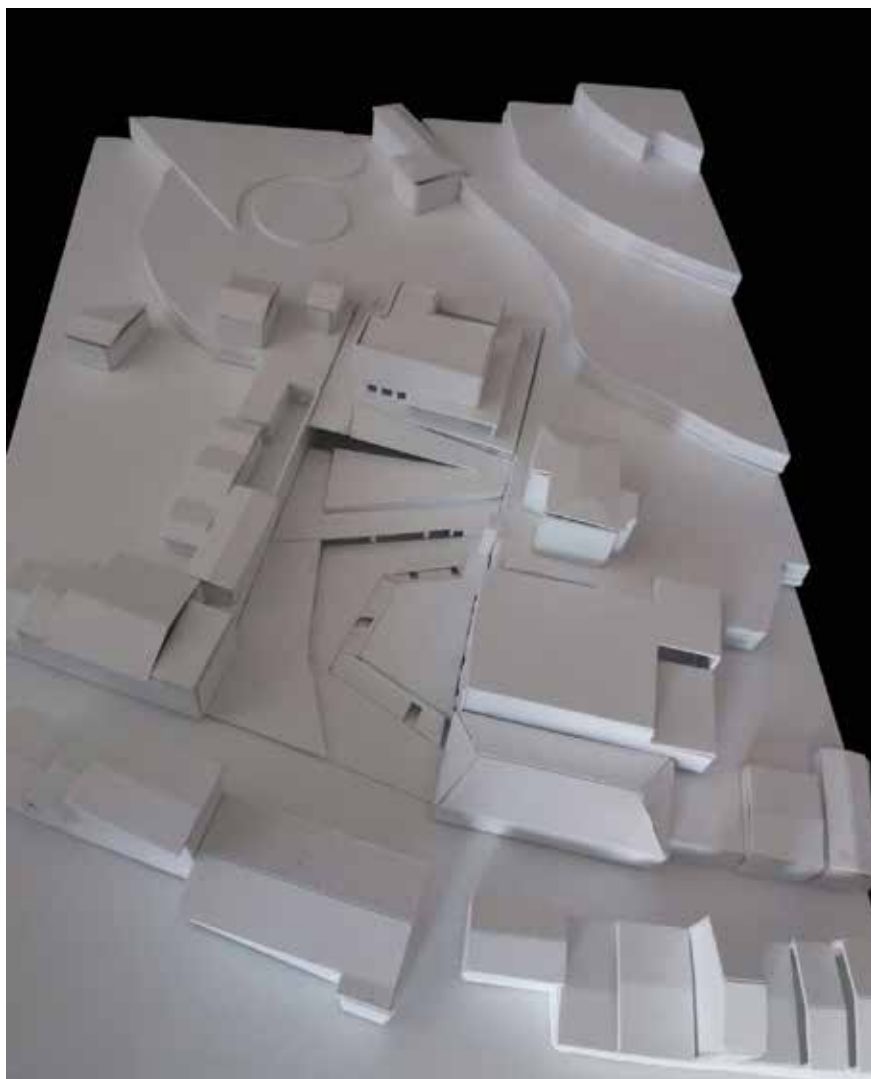


Fig.A67- Maquete da Proposta 1:500



Fig.A69- Maquete da Proposta 1:200



Fig.A70- Maquete da Proposta 1:200



Fig.A71- Maquete da Proposta 1:200



Fig.A72- Maquete da Proposta 1:200



Fig.A73- Maquete da Proposta 1:200



Fig.A74- Maquete da Proposta 1:200



Fig.A75- Maquete da Proposta 1:200



Fig.A76- Maquete da Proposta 1:200



Fig.A77- Maquete da Proposta 1:200

ANEXO 5

**Á R E A D E
REABILITAÇÃO
U R B A N A D E
M A Ç ã O
PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO**

CÂMARA MUNICIPAL DE MAÇÃO

REVISÃO 02_ABRIL DE 2015

Revisão 01 – janeiro de 2015

Alterações:

- Capítulo 7 – Quadro de Apoios e Benefícios Fiscais: alteração da numeração no quadro de avaliação do estado de conservação dos edifícios, de acordo com os critérios presentes na Portaria 1192-B/2006, de 3 de novembro.

Revisão 02 –abril de 2015

Alterações:

- Capítulo 3 – Enquadramento: enquadramento da evolução urbana de Mação mais completo.
- Capítulo 4 – Critérios Subjacentes à Delimitação da ARU: alteração dos critérios subjacentes à delimitação da ARU, de acordo com a nova proposta de delimitação.
- Capítulo 5 – Planta de Proposta de Delimitação da ARU: alteração do perímetro de delimitação da ARU.



Figura 1 – Fotografia aérea da vila de Mação. Fonte: Google Earth

DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE MAÇÃO

MEMÓRIA DESCRITIVA E J U S T I F I C A T I V A

ÍNDICE

PREÂMBULO	6
INTRODUÇÃO	7
ENQUADRAMENTO	9
CRITÉRIOS SUBJACENTES À DELIMITAÇÃO DA ARU	12
PLANTA DE PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU	16
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	20
QUADRO DE APOIOS E INCENTIVOS FISCAIS	22
DADOS TÉCNICOS	26

P R E Â M B U L O

O panorama de planeamento e gestão urbanística actual coloca em forte ênfase a reabilitação e requalificação dos núcleos urbanos como prioridade de atuação. Neste sentido, o presente documento consubstancia a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Mação. Esta proposta foi elaborada pela Câmara Municipal de Mação (CMM)., com o apoio da Modo Arquitectos Associados, Lda. Visa estabelecer uma estratégia com o objetivo de melhorar a qualidade urbana da vila e impulsionar a regeneração demográfica e económica.

O presente documento foi elaborado de acordo com o Artigo 13º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU). O procedimento passará pela apresentação do mesmo junto da CMM, para apresentação e aprovação posterior pela Assembleia Municipal de Mação, órgão competente para deliberar sobre a sua aprovação.

Na sequência da apresentação da delimitação da ARU de Mação e conforme o disposto no Artigo 15º do diploma supra referido, a CMM dispõe de 3 (três) anos para apresentar a respectiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU).

O ato de aprovação da delimitação da ARU é publicado por meio de aviso, na 2ª série do Diário da República e divulgado na página de internet do município. Simultaneamente, o ato de aprovação da delimitação da ARU é remetido pela CMM para o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU).

INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo apresentar a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Mação. Deste modo, esclarece-se a sua pertinência, o enquadramento na legislação vigente e os benefícios e incentivos fiscais associados ao plano e enquadrados legalmente.

A reabilitação urbana tem sido um tema recorrente em todos os setores que estejam relacionados com o meio urbano. Os governantes, sensibilizados pela atual situação de desadaptação, obsolescência e degradação do edificado, iniciaram em 2009, com o Decreto-Lei nº 307/2009 de 23 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), a publicação de legislação no sentido de desenvolver um enquadramento regulamentar para impulsionar a reabilitação urbana.

A alteração e republicação do RJRU, através da Lei nº 32/2012 de 14 de agosto, clarificou o Regime das Áreas de Reabilitação Urbana (Capítulo II), estratégia operativa de reabilitação urbana. Esta alteração veio também possibilitar que os municípios estabeleçam e implementem os programas de reabilitação urbana de forma faseada. Numa primeira fase, procede-se à aprovação da delimitação da ARU e numa fase subsequente que pode ir até um período de 3 (três) anos, a aprovação da ORU a desenvolver nestas áreas.

Ao abrigo do Artigo 12º, alínea 1 do RJRU, define-se como objeto das ARUs os “espaços urbanos que, em virtude da insuficiência ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas urbanas, dos equipamentos ou dos espaços urbanos e verdes, justifiquem uma intervenção integrada”.

De acordo com o Artigo 13º, alínea 2, os elementos compositórios da proposta de delimitação da ARU, para sua fundamentação, são os seguintes:

- *“A memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir;”*
- *“A planta com a delimitação da área abrangida;”*
- *“O quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14º”.*

Deste modo, a memória descritiva e justificativa surge nos capítulos 3, 4 e 6 do presente documento, as plantas da proposta de delimitação no capítulo 5 e por último, o quadro de benefícios fiscais no capítulo 7.

Para além dos benefícios fiscais associados à ARU, esta contempla também uma agilização dos procedimentos de controlo prévio decorrentes do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), ao abrigo do Decreto-Lei nº 53/2014, de 8 de abril que estabelece o regime excecional e temporário aplicável à reabilitação urbana de edifícios ou frações localizados em ARU ou cuja construção tenha sido concluída há pelos menos 30 anos, desde que pelo menos 50% da sua área seja destinada ao uso habitacional.

A simplificação introduzida pelo regime excecional e temporário passa pela possibilidade de dispensa, em operações urbanísticas, de normas legais ou regulamentares supervenientes à construção originária, tais como o Regulamento Geral de Edificações Urbanas (RGEU), normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios, requisitos de eficiência energética e qualidade térmica, instalação de gás e instalação de infraestruturas de telecomunicações em edifícios, ou contribua para a melhoria das condições de segurança e salubridade do imóvel.

Em conjunto com o regime excecional, a delimitação da ARU permite otimizar e promover a reabilitação e regeneração urbana devido à possibilidade de beneficiar de uma estratégia integrada e global de melhoramento e inclusão de todo o edificado da área delimitada, ao invés de fomentar projetos isolados e descontextualizados.

ENQUADRAMENTO

Iniciou-se o presente capítulo por efetuar uma breve caracterização geral de enquadramento demográfico e histórico.

A vila de Mação é sede do concelho com o mesmo nome, localizada na zona sul. Em termos de enquadramento territorial, o município localiza-se na região de Lisboa e Vale do Tejo (NUTS II), no Médio Tejo (NUTS III). Administrativamente pertence ao distrito de Santarém e em termos de província pertence à Beira Baixa. Encontra-se na convergência da respectiva província com as de Alentejo e Ribatejo. Os municípios fronteiriços são, a norte Vila de Rei, Sertão e Proença-a-Nova, a nascente Vila Velha de Rodão e Nisa, a poente Sardoal e Vila de Rei e a sul Abrantes, Gavião e o rio Tejo.



Figura 2 –Planta da área de jurisdição da CCDR LVT com as NUTS III e os Municípios. Fonte: <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/a-regiao/7279.htm>

Até à publicação da Lei nº 21/2010 de 23 de agosto, o município de Mação enquadrava-se na zona Centro (NUTS II), Pinhal Interior Sul (NUTS III). Apesar de desatualizados, os dados do Instituto Nacional de Estatística e do Pordata continuam à data presente organizados segundo esta integração. Como tal, os dados apresentados seguidamente encontram-se de acordo com este mesmo enquadramento.

Segundo as mesmas fontes, o concelho tinha em 2011 uma superfície de 399,98 km² e uma população residente de 7338 indivíduos. Destes, 2228 residiam na freguesia de Mação, totalizando 30,36% da população total do concelho.

Dos dados acima apresentados, verificou-se que em 2011 a densidade populacional no concelho de Mação era de 18,1 residentes por km², abaixo dos 21,2 residentes por km² no Pinhal Interior Sul, dos 82,1 residentes por km² na zona Centro e dos 112,6 residentes por km² em Portugal Continental.

No período compreendido entre 2001 e 2011, o concelho de Mação perdeu 13,08% da população residente.

O enquadramento histórico da vila foi elaborado tendo como principal base o estudo desenvolvido pelo Gabinete Técnico Local (GTL) da CMM no sentido de definir o Plano de Urbanização e Salvaguarda da vila de Mação e que tinha como objetivo valorizar e salvaguardar as zonas históricas.

O plano foi desenvolvido entre 1996 e 1999, aquando do funcionamento do GTL mas devido à extinção do mesmo, não chegou a ser aprovado. No entanto, ficou elaborado um valioso trabalho de levantamento e caracterização do edificado.

Reconhece-se que a vila de Mação tem uma história pouco documentada e portanto crê-se que tenha sido um ermo relativamente despovoado até ao início da primeira dinastia, quando foi alvo de disputa entre a Coroa e a Ordem de Malta. D. Dinis, ao reconquistar a região, reconheceu pela primeira vez a importância da “aldeia de Mação”.

O primeiro foral de Mação foi outorgado pela Rainha Santa Isabel, renovado em 1355 pelo futuro rei D. Pedro I. Nesta altura Mação dependia de Belver. Em 1527 Mação era já uma vila, sede de concelho, com uma população de 800 habitantes.

A posição militar estratégica fez com que tenha sido em 1761 o quartel das tropas inglesas de Lippe. Em 1808 a região registou grande violência devido às invasões francesas.

A reforma administrativa de 1834 fez com que se extinguissem os concelhos de Envendos e Carvoeiro, que passaram a integrar o concelho de Mação. Mais tarde, o concelho de Amêndoa passou pelo mesmo processo.

Todo o concelho de Mação é detentor de um vasto património cultural, arquitetónico e arqueológico, no entanto este estudo incidiu principalmente sobre a vila de Mação.

Desta vila destaca-se a Igreja de Nossa Senhora da Conceição ou Igreja Matriz que é uma construção de estilo Renascentista do final do século XVI, classificada como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto-Lei nº. 95/78 de 12 de setembro.

Em termos de locais de culto existe ainda a Capela da Misericórdia que data de 1550. Tem no seu interior um altar em talha dourada e na frontaria um nicho envidraçado com uma escultura em pedra ança do século XV, que representa a imagem de Santa Maria de Mação. A Capela de São Bento, antiga Capela de Santo Idelfonso crê-se que seja uma das mais antigas da vila e a Igreja do Espírito Santo foi a primeira Igreja Matriz da vila.

Identificaram-se outros imóveis de particular interesse arquitetónico, apesar de estarem classificados apenas ao nível municipal. Exemplo destes é a casa Pina Falcão datada do século XVI que outrora acolheu tropas francesas e também a casa Pequito Rebelo do século XIX com traços de arquitectura brasileira e elementos decorativos de gosto neo-medieval e clássico. Ambos os casos necessitam de obras de conservação, sendo que a última se encontra em muito mau estado.

O Tribunal da Comarca de Mação (cuja Comarca foi recentemente extinta) foi um edifício notável inaugurado em 1994, projecto do Atelier Parda Monteiro.

Ao nível da evolução urbana de Mação, segundo o plano do GTL que procedeu à análise do traçado e do desenho, concluiu-se que a vila deve ter evoluído em quatro fases cronologicamente distintas. Numa primeira fase, que se estende até ao século XII, o crescimento deve ter acontecido em torno do Largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Na segunda fase, entre os séculos XVI e XVIII o núcleo urbano passou para a actual Praça Gago Coutinho. Entre os séculos XVIII e XIX estendeu-se até ao edifício dos Paços dos Concelho e, numa última fase, culminou no Largo Infante Dom Henrique.

Devido aos indícios prováveis de crescimento faseado da vila e às características do edificado dentro do perímetro identificado pelo GTL, a ARU considerou duas zonas prioritárias de intervenção onde uma engloba todo o Centro Histórico da vila de Mação e a outra as áreas de crescimento urbano mais atual.

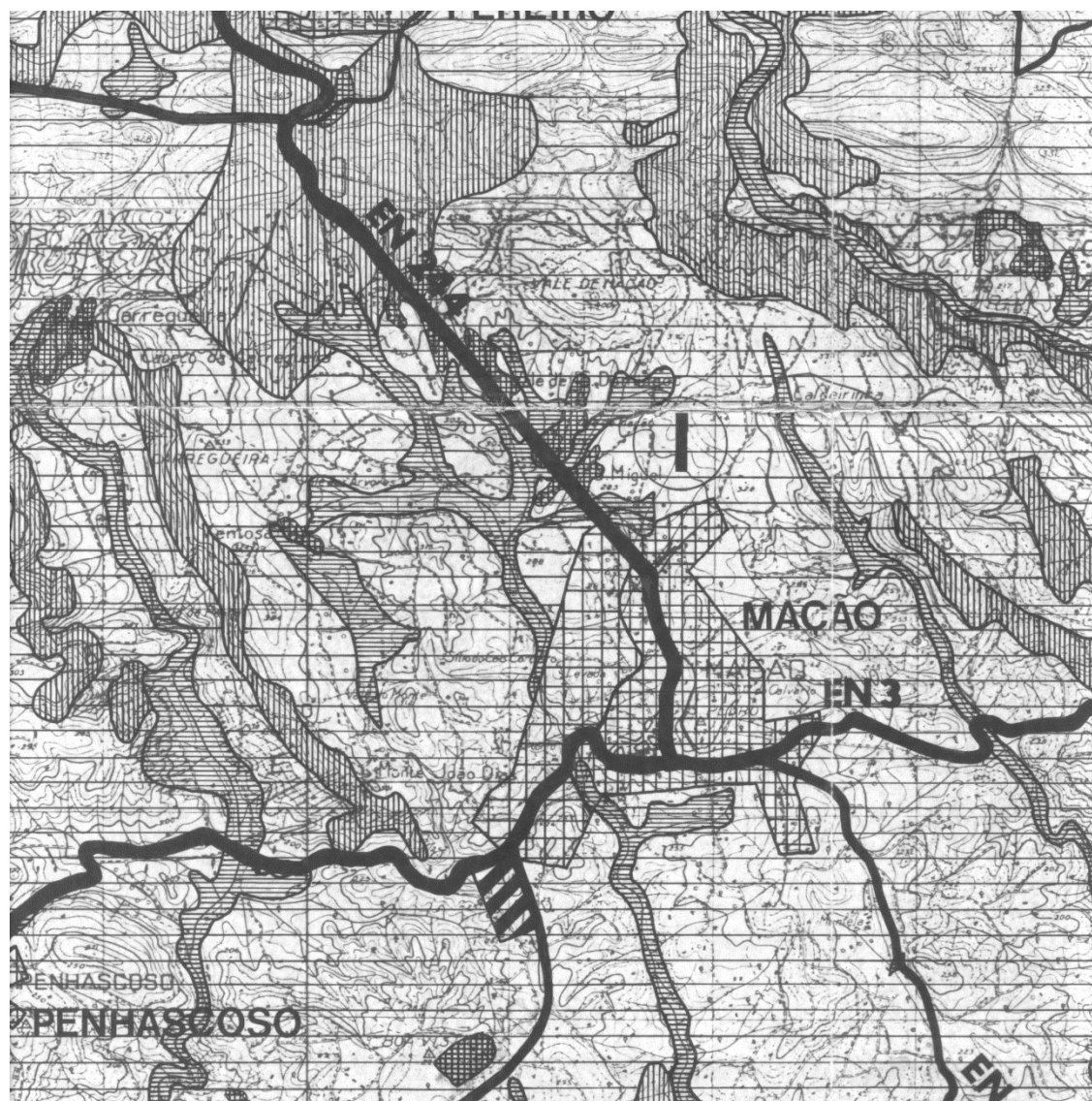
CRITÉRIOS SUBJACENTES À DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA

O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), na redação conferida no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, estabelece no Artigo 2º, alínea j), o conceito de Reabilitação Urbana. Por este entende-se que é *“a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no seu todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infra-estruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização colectiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios”*.

O primeiro esforço pela valorização e salvaguarda do núcleo antigo da vila de Mação traduziu-se na constituição de um GTL em 1996, que foi extinto em 1999, antes da aprovação do Plano de Urbanização no qual se focou no período de funcionamento. Segundo a Filosofia do Plano de Urbanização e Salvaguarda de Mação, o plano teve como objectivo (de) valorizar e salvaguardar as zonas históricas de cada local. Na base de elaboração do mesmo esteve também a consciencialização da população em geral, dos técnicos e das entidades em particular, para as questões da salvaguarda e valorização do património.

O plano reconhecia que os equipamentos disponíveis no concelho ao nível da rede escolar, dos serviços de saúde e de apoio a idosos eram suficientes para satisfazer as necessidades dos 10060 habitantes do concelho à data. A proposta passava por canalizar para o núcleo histórico as atividades socioculturais e implementar equipamentos que poderiam contribuir para a sua valorização e “obrigar” a população que tende a “fugir” para zonas mais recentes e consequentemente a fixarem-se nas mesmas.

Para além deste estudo, foram considerados outros elementos, nomeadamente do Plano Diretor Municipal de Mação (PDM) para a delimitação da ARU. Segundo o regulamento do PDM, Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/94 de 23 de agosto de 1994, artigo 36º, *“Consideram-se espaços urbanos ou urbanizáveis as áreas*



ESPAÇOS

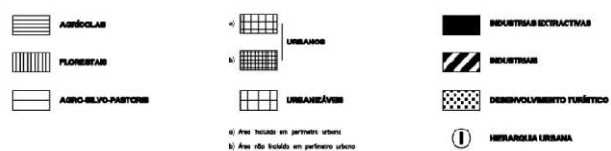


Figura 4 – Planta de Ordenamento do PDM de Mação. Fonte: C.M.Mação

delimitadas como tal na planta de ordenamento, na escala 1:25 000, os quais incluem os perímetros urbanos e as áreas sociais.”

Após cuidada análise da situação atual do tecido urbano da vila de Mação e de ponderação acerca das estratégias urbanas e políticas em que a ARU será enquadrada, decidiu-se incluir na sua delimitação todos os espaços urbanos e urbanizáveis incluídos dentro do perímetro urbano de Mação.

A englobação no perímetro da ARU de todos estes espaços, permite abranger toda a área urbana consolidada e de interesse histórico, cultural, identitário e preservável. Assim, pretende-se gerar uma maior aderência e possibilidade de usufruto em termos de volume de proprietários e/ou espaços afetos pelos benefícios e incentivos da ARU. Para além disso, a ARU de Mação promove uma maior facilidade, rapidez e agilidade dos processos para obter resultados visíveis no tempo de vigência da ARU.

Adicionalmente, a regeneração urbana de Mação, ao estar englobada numa estratégia completa e integrada de articulação e agilização dos procedimentos entre os vários atores, irá projetar-se no enriquecimento do tecido urbano e da qualidade a vários níveis.

Numa localidade com a dimensão e as características de Mação, o principal objetivo será canalizar os investimentos para o melhoramento do edificado e incentivar a fixação dos cidadãos dentro da área consolidada da vila. Neste sentido, encontram-se subjacentes à proposta de delimitação os seguintes critérios:

- 1) Promover a unificação e a coesão territorial de Mação;
- 2) Preservar a identidade da vila e garantir a coerência tipológica do edificado;
- 3) Dinamizar e revitalizar a área urbana consolidada;
- 4) Conciliar a preservação dos valores patrimoniais com a recuperação e a requalificação do edificado corrente;
- 5) Melhorar a relação e articulação entre os diferentes usos – habitação, atividades económicas, cultura e lazer;
- 6) Fomentar critérios de interligação e atratividade para intensificar as atividades económicas e funções do presente;
- 7) Criar condições atrativas e vantajosas para a fixação de novas atividades;
- 8) Contemplar a inclusão de equipamentos, espaços públicos e serviços de maior relevância, que apresentem necessidades de intervenção.

**PLANTA DE
PROPOSTA DE
DELIMITAÇÃO DA
ÁREA DE
REABILITAÇÃO
URBANA**

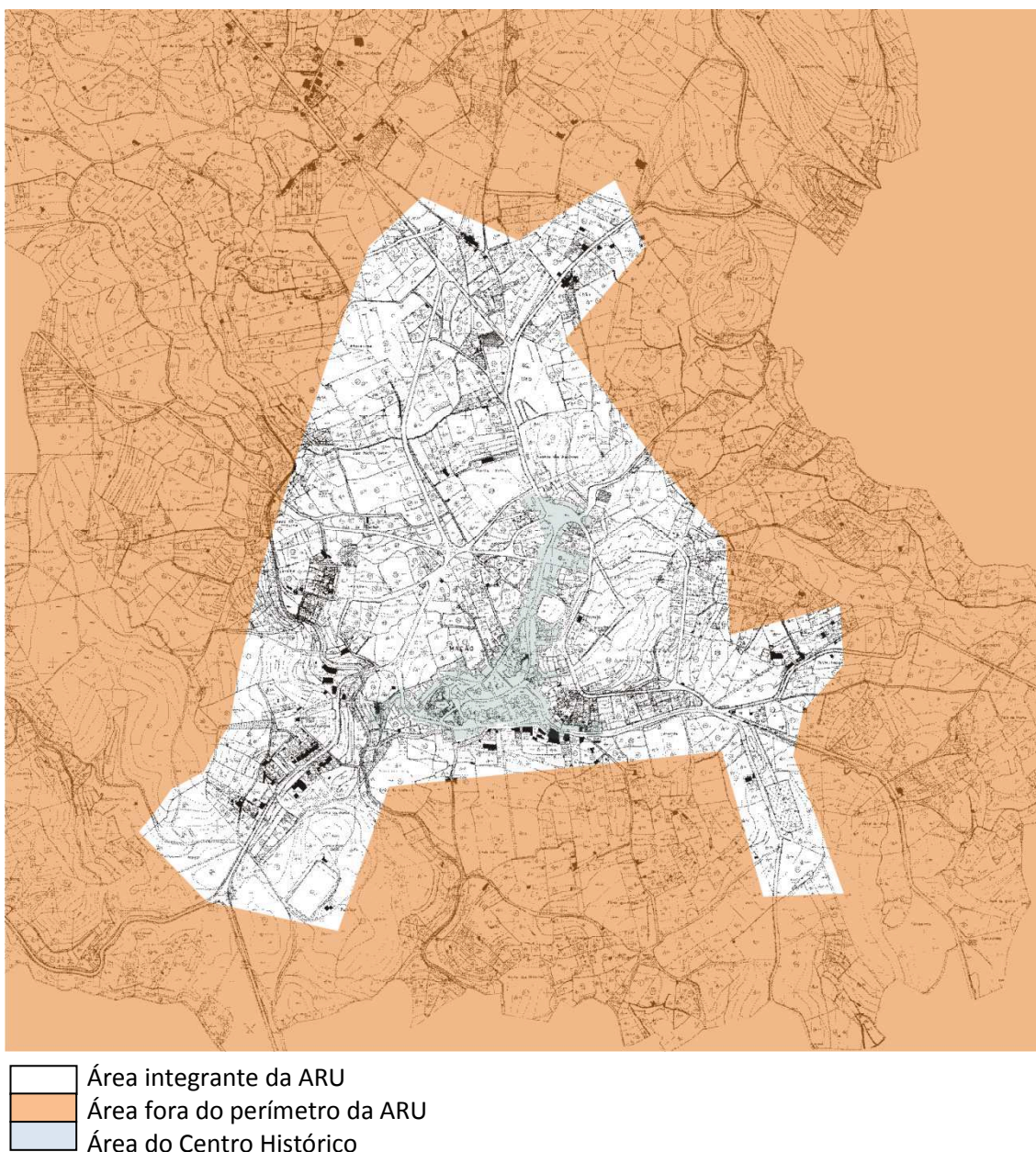
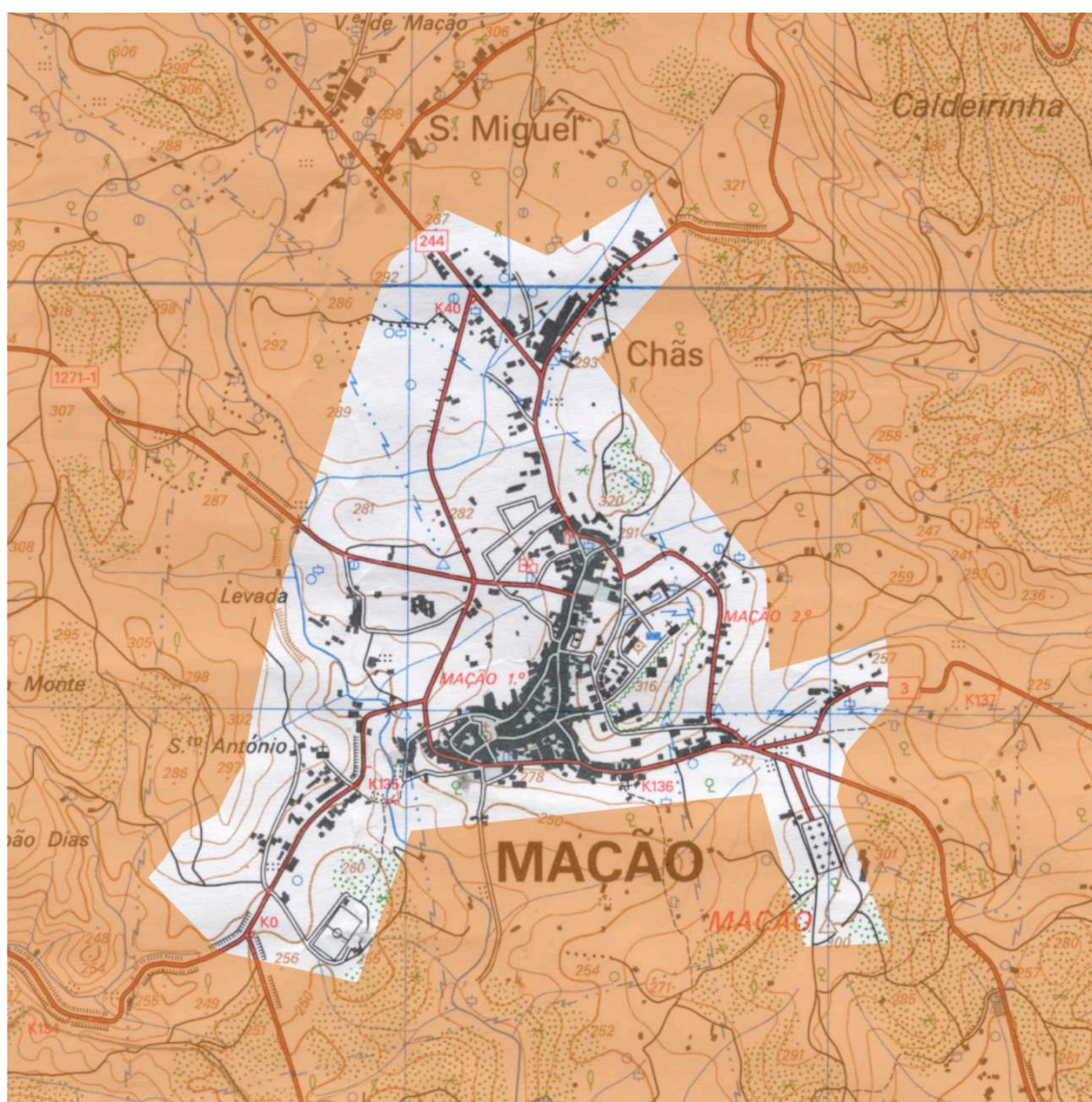


Figura 5 – Planta de proposta de delimitação da ARU sobre o cadastro



- Área integrante da ARU
- Área fora do perímetro da ARU
- Área do Centro Histórico

Figura 6 – Planta de proposta de delimitação da ARU sobre a cartografia militar

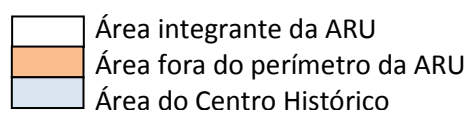
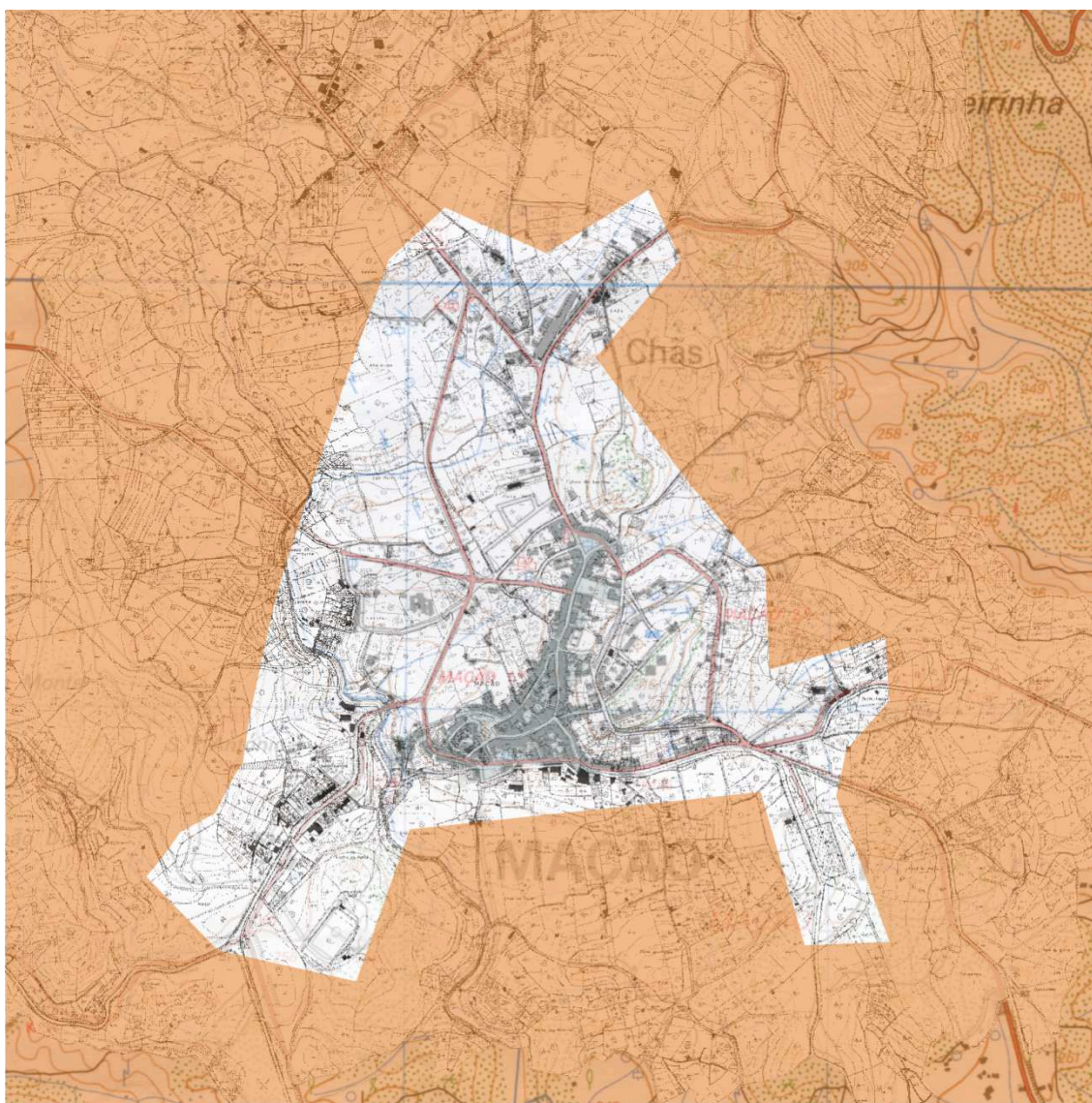


Figura 7 – Planta de proposta de delimitação da ARU sobre o cadastro e a cartografia militar

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A CMM, tem-se assumido, ao longo dos anos, como um município consciente do papel central do seu património, do seu centro histórico, dos seus espaços urbanos e espaços verdes, das suas infraestruturas e dos seus equipamentos de utilização coletiva.

Neste sentido, a CMM reconheceu necessidade um programa estratégico que coloque em evidência e despolete a reabilitação urbana da vila de Mação. Esta estratégia, que passa pela implementação de uma ARU, visa contrariar a tendência de despovoamento, generalizada na maioria dos municípios do interior do país, e a degradação do edificado, dos espaços públicos e do património de Mação através de uma intervenção integrada exequível a curto ou médio prazo.

A atual conjuntura económica, pela insuficiência de meios atribuídos aos municípios e pela fragilidade do tecido económico privado, faz prever sérios riscos de uma progressiva e acentuada degradação ou obsolescência destes elementos centrais da vida do concelho, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética e salubridade.

O novo RJRU e as futuras ações a ele associadas fazem prever um forte investimento do Estado na reabilitação urbana como uma das melhores apostas para, simultaneamente, apoiar economicamente os municípios, os seus cidadãos e as suas empresas.

O Município de Mação está em condições de, através de um conjunto de ações integradas, responder atempadamente aos desafios lançados pela administração central, por forma, a maximizar a captação de fundos e meios que permitirão lutar contra estes constrangimentos e contribuir para uma assumida revitalização do tecido urbano histórico e económico do Concelho.

Deste modo e no âmbito do novo RJRU, são cinco os grandes desafios que competem à CMM vencer e que a delimitação da ARU é um dos passos para que se façam cumprir os objetivos e ultrapassar os desafios:

- 1) *Articular o dever de reabilitação dos edifícios que incumbe aos privados com a responsabilidade pública de qualificar e modernizar o espaço, os equipamentos e as infraestruturas das áreas a reabilitar;*
- 2) *Garantir a complementaridade e coordenação entre os diversos atores, concentrando recursos em operações integradas de reabilitação nas “áreas de reabilitação urbana”, cuja delimitação incumbe aos municípios e nas quais se intensificam os apoios fiscais e financeiros;*

- 3) *Diversificar os modelos de gestão das intervenções de reabilitação urbana, abrindo novas possibilidades de intervenção dos proprietários e outros parceiros privados;*
- 4) *Criar mecanismos que permitam agilizar os procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas de reabilitação;*
- 5) *Desenvolver novos instrumentos que permitam equilibrar os direitos dos proprietários com a necessidade de remover os obstáculos à reabilitação associados à estrutura de propriedade nestas áreas.*

A ARU tem um carácter versátil e heterogéneo. É uma forma sustentável de apoiar os cidadãos e as empresas do município porque se centra, essencialmente, num quadro fiscal e legal favorável ao investimento dos privados e na agilização e enquadramento dos procedimentos públicos de licenciamento e acompanhamento.

É também um instrumento que visa dinamizar, regenerar e revitalizar os centros urbanos, porque permite discriminar positivamente as zonas urbanas já existentes tornando-as mais atrativas e competitivas em relação às novas áreas de expansão.

É ainda uma forma de atrair e canalizar investimento, porque implementa um contexto de investimento favorável em termos de impostos e taxas conducente a boas rentabilidades dos investimentos realizados nestas zonas.

QUADRO DE APOIOS E INCENTIVOS FISCAIS

Nos termos da Lei nº 32/2012 de 14 de agosto, artigo 13º, ponto 2, alínea c), deve ser parte integrante do projecto de definição da ARU “o quadro com os benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14º”.

A definição dos benefícios tem como objetivo sistematizar e propor instrumentos e mecanismos estimulantes e mobilizadores da reabilitação urbana que incentivem as entidades privadas, empresariais e individuais a aderir ao programa.

Ao aprovar a ARU, a CMM está ainda a habilitar os proprietários de prédios urbanos ou frações a usufruir de uma discriminação positiva acerca dos impostos sobre o património e a simplificar o acesso a outros benefícios e programas de apoio à reabilitação urbana.

Com base no Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 215/89 de 1 de julho, cuja ultima actualização é a Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro, definiu-se os benefícios fiscais associados à ARU de Mação. Não obstante, o EBF apresenta também benefícios extensíveis a situações fora das áreas delimitadas pela ARU. No entanto, o presente documento limita-se a enquadrar os benefícios relacionados com a área delimitada pela ARU.

Para além do EBF, consideram-se também outras situações previstas no Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA), consagrado no Decreto-Lei nº 394-B/84 e alterado pela Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro e no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) ao qual corresponde o Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de novembro, alterado pela Lei nº 60-A/2011 e posteriormente alterado pela Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro.

Deste modo, passa-se a sintetizar no quadro seguinte os incentivos e benefícios à reabilitação urbana para imóveis abrangidos pela ARU de Mação:

Medida	Fonte	Artigo	Descrição
Isenção de IMI	EBF	nº 7, artigo 71º	<i>“Os prédios urbanos objecto de acções de reabilitação são passíveis de isenção de imposto municipal sobre imóveis por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos.”</i>
Isenção de IMT	EBF	nº 8, artigo 71º	<i>“São isentas do IMT as aquisições de prédio urbano ou de fracção autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado na ‘área de reabilitação urbana’.”</i>
IRS	EBF	nº 4, artigo 71º	<i>“São dedutíveis à colecta, em sede de IRS, até ao limite de (euro) 500, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com a reabilitação (...)”</i>
Mais-valias	EBF	nº 5, artigo 71º	<i>“As mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributadas à taxa autónoma de 5%, sem prejuízo da opção pelo englobamento, quando sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis situados em ‘área de reabilitação urbana’, recuperados nos termos das respectivas estratégias de reabilitação.”</i>
Rendimentos prediais	EBF	nº 6, artigo 71º	<i>“Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributados à taxa de 5%, sem prejuízo da opção pelo englobamento, quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento (...)”.</i>
Redução da taxa de IVA	CIVA	al. a), nº 1, artigo 18º	<i>“Para as importações, transmissões de bens e prestações de serviços constantes da lista I anexa a este diploma, a taxa de 6%”.</i>
	CIVA	ponto 2.23 da Lista I	<i>“Empreitadas de reabilitação urbana, tal como definida em diploma específico, realizadas em imóveis ou em espaços públicos localizados em áreas de reabilitação urbana (áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, zonas de intervenção das sociedades de reabilitação urbana e outras) delimitadas nos termos legais, ou no âmbito de operações de requalificação e reabilitação de reconhecido interesse público nacional”.</i>

Para efeitos da aplicação do incentivo fiscal de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), importa definir que, de acordo com o Artigo 71º, número 22 do EBF, as

Acções de Reabilitação são “as intervenções destinadas a conferir adequadas características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva a um ou vários edifícios, ou às construções funcionalmente adjacentes incorporadas no seu logradouro, bem como às fracções, ou a conceder-lhes novas aptidões funcionais, com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados, das quais resulte um estado de conservação do imóvel, pelo menos, dois níveis acima do atribuído antes da intervenção”.

Os níveis acima referidos escalonar-se-ão do seguinte modo:

Nível	Estado de Conservação
5	Excelente
4	Bom
3	Médio
2	Mau
1	Péssimo

De modo a perceber o nível atingido após a intervenção, são utilizados dois métodos:

APLICAÇÃO PRIMÁRIA (de avaliação física)

Consiste na realização de uma análise centrada exclusivamente nos parâmetros físicos da intervenção, tendo em conta a melhoria em pelo menos 2 níveis acima do atribuído antes da intervenção, conforme o Artigo 71º do EBF.

Para esta análise será utilizada a “Ficha de Avaliação do Nível de Conservação de Edifícios” do Novo Regime do Arrendamento Urbano, publicado pela Portaria 1192-B/2006, de 3 de novembro e segue as instruções de aplicação do “Método de Avaliação do Estado de Conservação de Imóveis” (MAEC).

APLICAÇÃO SECUNDÁRIA (de Avaliação Funcional e de Desempenho)

A aplicação desta segunda análise, só ocorrerá, se não for possível obter 2 níveis pela avaliação física da intervenção.

Dado que a avaliação anterior não tem em conta todos os aspectos da obra realizada, criou-se um conjunto de critérios para analisar a intervenção na sua globalidade; este método de avaliação será repartido entre uma análise física e uma análise dos parâmetros funcionais e de desempenho, nomeadamente pela atribuição de:

- 1) Um nível pela avaliação física, ficando obrigatoriamente o nível “médio” como limite mínimo de isenção;
- 2) Um nível pelas novas aptidões funcionais e padrões de desempenho mais elevados.

CRITÉRIOS FUNCIONAIS E DE DESEMPENHO

Na avaliação destes critérios será obrigatória a obtenção de 1 crédito por tema, acrescido de mais 2 critérios, totalizando um mínimo de 5 critérios dos seguintes:

- Tema I – Valorização Territorial
 - Valorização de edifícios notáveis e acompanhamento;
 - Permeabilização no mínimo de 25% do logradouro existente;
 - Manutenção de materiais e técnicas tradicionais;
 - Alteração (usos e/ou tipologia) que permitem ocupar um imóvel/fração antes desocupada/devoluta.
- Tema II – Valorização Energética e Ambiental
 - Certificação energética (mínimo de classe “B-” para edifícios reabilitados);
 - Adição de energias renováveis (painéis solares, painéis fotovoltaicos, outros);
 - Sistema de recolha e armazenamento de águas pluviais (mínimo de 1 m³);
 - Executar a separação de rede predial de águas pluviais, de águas residuais, de águas domésticas, com ligação à rede pública.
- Tema III – Melhoria das Condições de Habitabilidade e Conforto
 - Cumprimento das normas técnicas (acessibilidades), de acordo com o DL 163/2006, de 8 de agosto;
 - Melhoria das condições de habitabilidade, de acordo com as normas técnicas do RGEU;
 - Criação de estacionamento no interior da propriedade, 1 por fogo/unidade de ocupação;
 - Relatório acústico, com cumprimento do Regulamento de Acústica dos Edifícios.

DADOS TÉCNICOS

BIBLIOGRAFIA

IHRU, *Manual de Apoio - Processos de delimitação e de aprovação de Áreas de Reabilitação Urbana e de Operações de Reabilitação Urbana*, Abril de 2013

OLIVEIRA, Fernanda Paula; LOPES, Dulce; ALVES, Cláudia, *Regime Jurídico da Reabilitação Urbana comentado*, Almedina, Coimbra 2011

GTL, *Regulamento do Plano de Urbanização e Salvaguarda da Vila de Mação*, Câmara Municipal de Mação, 1999

GTL, *Enquadramento da Vila/ Concelho de Mação*, Câmara Municipal de Mação, 1999

EQUIPA TÉCNICA

arquitectos associados, lda
modo



ANEXO 6

Ficha técnica

Título

Plano de desenvolvimento estratégico de Mação - 2025

Promotor

Câmara Municipal de Mação

Autoria

Sociedade de Consultores
Augusto Mateus & Associados (AM&A)

Coordenação global

Paulo Madruga

Coordenação executiva

Vânia Rosa

Consultores

Ana Caetano
António Marques
Márcio Negreiro

Ilustração final

Mundo AM&A
por Alain Gonçalves



Ficha técnica	2
1. O processo de construção do plano de desenvolvimento estratégico do concelho de Mação	4
2. Diagnóstico prospetivo	7
2.1 Mação em números	8
Dinâmicas socioeconómicas das freguesias de Mação	9
2.2 Mação terra de boas águas, ares e azeites	10
Recursos naturais e infraestruturas ambientais	10
Património e recursos turísticos	16
2.3 Mação território de baixa densidade	21
População e emprego	21
Equipamentos e respostas sociais	24
2.4 Mação um território no Médio Tejo	25
2.5 Análise das forças, condicionantes e oportunidades	26
3. Visão e estratégia de desenvolvimento	27
3.1 A visão para o concelho de Mação	28
3.2 Referencial estratégico de intervenção	30
Valorização económica do espaço rural e florestal	32
Otimização das respostas sociais	40
Gestão do património histórico e cultural	48
A estratégia de desenvolvimento de Mação no contexto do Médio Tejo	50
4. Plano de ação	53
Projetos estruturantes	54
Melhoria das condições de base e redução dos custos de contexto	69
5. Anexos	71

1. O processo de construção do Plano de Desenvolvimento Estratégico de Mação

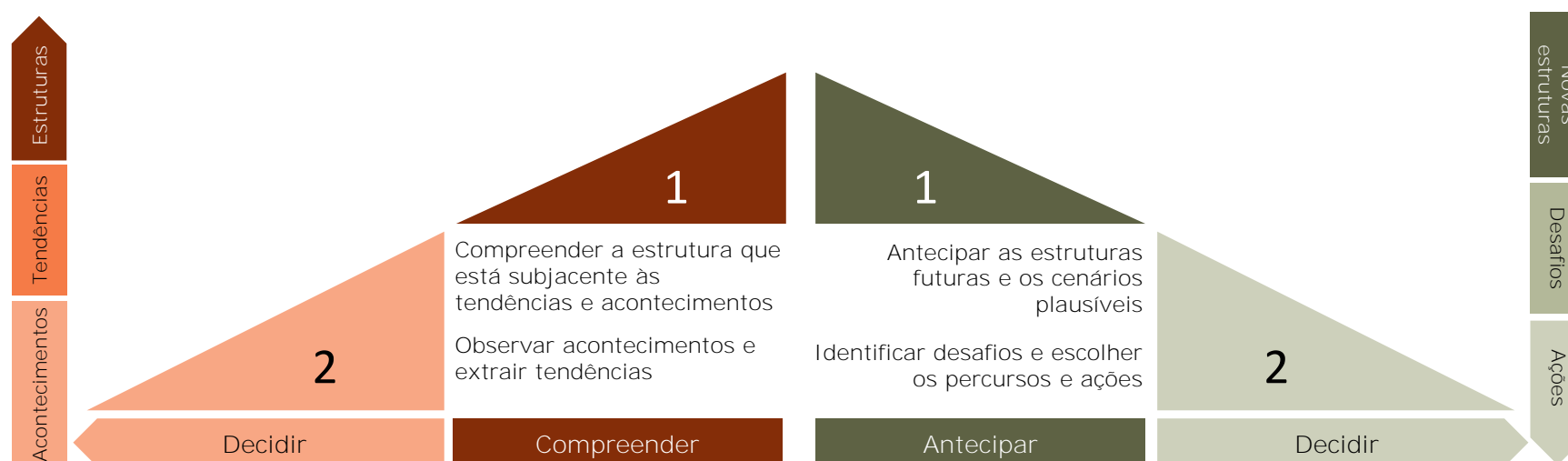
A Câmara Municipal de Mação reconheceu a necessidade de construção de uma estratégia de ação coletiva, com base numa abordagem ampla, transdisciplinar e integradora de ideias e projetos, afirmando-se como instrumento orientador da ação pública, privada e associativa. A definição da estratégia de desenvolvimento e das recomendações obedece a um conjunto de princípios que integram os avanços recentes em matéria de planeamento e gestão estratégica de base territorial.

A estratégia de crescimento e desenvolvimento para um território deve considerar várias dimensões: desde logo deve valorizar as interdependências que se estabelecem entre a “**utilização e fruição**” do território com os respetivos “**públicos e utentes**”, considerando que na construção de um quadro prospetivo, as diversas óticas de observação

– mais centrada no território, nas empresas ou nas pessoas – deverão ser lidas procurando o equilíbrio entre uma “**economia competitiva**” e uma “**sociedade coesa**”.

A adequada articulação entre o “**espaço para viver**”, “**espaço para visitar**” e “**espaço para trabalhar e investir**” exige, desta forma, um equilíbrio pragmático entre diferentes modos de pensar e de combinar fins e meios, nomeadamente os que permitem situar as fronteiras entre as ambições e resultados possíveis, ancoradas numa identificação rigorosa das condicionantes relevantes.

Figura 1.1 A prospetiva no processo de planeamento estratégico territorial



1. O processo de construção do Plano de Desenvolvimento Estratégico de Mação

O planeamento estratégico não é um documento no sentido convencional do termo mas antes um processo de condução da mudança. Neste sentido a metodologia adotada na elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico de Mação não contempla uma definição rígida e sequencial das etapas de trabalho, pelo contrário, apoia-se num processo dinâmico e flexível como garantia da disponibilidade para, durante o tempo de elaboração do estudo, aperfeiçoar, corrigir e integrar elementos de diagnóstico, estratégia e projetos estruturantes, envolvendo:

- Um diagnóstico prospetivo, onde se recolhe, trata e interpreta as realidades a partir, por um lado, dos elementos estatísticos reunidos e organizados e do conhecimento do território e, por outro, da auscultação dos atores mais relevantes, com responsabilidades no tecido empresarial e associativo, no terceiro setor, na produção e difusão do conhecimento, no desenvolvimento local e no ordenamento e planeamento do território, procurando identificar as principais necessidades, constrangimentos e oportunidades de desenvolvimento económica e social. Neste ponto, optou-se por comparar o concelho com as regiões do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, dada a recente reorganização das NUTS III e das Comunidades Intermunicipais.
- Uma visão e estratégia de intervenção, onde se projetam os constrangimentos e desafios deste território, os objetivos e os fatores críticos de sucesso de uma intervenção orientada para a melhoria da qualidade de vida dos maçaenses.
- Um plano de ação, onde se identificam as ações e projetos que, por

um lado, refletem a concertação alargada dos atores e, por outro, respondem às necessidades e objetivos identificados.

A participação e envolvimento dos atores locais na fase de conceção da estratégia é, portanto, assumida como condição para a concertação e a convergência das decisões, interesses e projetos de investimento em torno de uma estratégia partilhada e para a geração de sinergias e complementaridades essenciais ao sucesso da estratégia.

Neste sentido foi realizado um programa de trabalho que incluiu várias entrevistas individuais e workshops com empresários, instituições públicas, associações e outras organizações sem fins lucrativos que reconheceram a necessidade de cooperação entre os atores-chave do território e apontaram objetivos, novas soluções e ações que foram tidas em consideração em todas as fases do desenvolvimento dos trabalhos.

- Workshop “O social – presente e **futuro**”, realizado no dia 8 de Outubro com a presença de atores nos domínios de saúde, ação, proteção e segurança social, educação e formação
- Workshop “**Tecido** empresarial e recursos **endógenos**”, realizado no dia 13 de Outubro, com a presença de empresários e representantes de associações locais

2.1 Mação, os grandes números



7.338 habitantes

menos 1.104 em relação a 2001



400 km²

é a área do concelho,
divida em 6 freguesias



39% da população

tem mais de 65 anos
e 647 idosos vivem sozinhos



18 pessoas por km²

configura um território
de baixa densidade



24% da população

não completou qualquer
nível de escolaridade



80% do território

é ocupado por floresta



2.250 empregos

3% no setor primário



4% da área de Mação

corresponde a superfície agrícola utilizada,
73% em culturas permanentes

2.1 Mação, os grandes números

Dinâmicas socioeconómicas das freguesias de Mação

O concelho de Mação está organizado em seis freguesias, resultado da união das freguesias da Aboboreira, Mação e Penhascoso ao abrigo da Lei n.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro. Esta união de freguesias corresponde a um terço do território e concentra mais de metade da população residente num território de baixa densidade, com um modelo de povoamento disperso em que as dinâmicas sociais e funcionais ocorrem, muitas vezes, com os concelhos vizinhos, dada a distância à sede do concelho.

A identidade e as dinâmicas socioeconómicas do concelho de Mação são, inevitavelmente, uma amálgama das características das suas freguesias. As freguesias de Envendos, Amêndoa e Cardigos, onde a população com 65 ou mais anos já representa mais de 40% da população residente, refletem um fenómeno de envelhecimento que,

associado, à perda populacional coloca sérios desafios à coesão territorial do concelho.

O emprego gerado pelas atividades ligadas ao setor primário marcam a identidade das freguesias e promoveram a fixação de pessoas, ainda que a tendência atual mostre que o terceiro setor tem vindo a gerar postos de trabalho e em muitos casos já é o principal empregador.

As dificuldades vividas pelas freguesias mais afastadas da sede do concelho sentem-se também na vila de Mação. A perda, ainda que ligeira, de população residente no último período intercensitário e o envelhecimento da população são fenómenos que exigem o envolvimento dos diferentes agentes do território para que possam ser mitigados.

Quadro 2.1 As freguesias de Mação

Freguesias	Área (km ²)	Densidade populacional 2011	População residente 2011	Variação da população 2001-2011	Índice de Envelhecimento 2011	População residente empregada	% da população que reside e trabalha na freguesia
Aboboreira ⁽¹⁾	27	19	513	-17%	887	149	34%
Amêndoa	38	14	515	-22%	1.715	155	43%
Cardigos	71	15	1.086	-12%	1.171	270	71%
Carvoeiro	49	13	620	-22%	638	178	39%
Envendos	92	11	984	-23%	1.796	263	58%
Mação ⁽¹⁾	67	33	2.228	-2%	356	833	75%
Ortiga	16	36	590	-6%	703	164	48%
Penhascoso ⁽¹⁾	40	20	802	-16%	793	239	36%

Notas: (1) Deram origem à União de Freguesias da Aboboreira, Mação e Penhascoso
Fonte: INE, Censos 2011

2.2 Mação terra de boas águas, ares e azeites

Recursos naturais e infraestruturas ambientais

Ocupando mais de 80% da área do concelho, o espaço florestal constitui uma das grandes riquezas e marca a identidade de Mação. Inserido num território com uma densa área de pinhal e oliveiras, Mação surge, naturalmente, como terra de bons ares e bons azeites.

A ligação histórica das suas gentes à exploração da resina e da madeira de pinho foi uma das grandes âncoras de desenvolvimento do território, permitindo também que muitos “filhos da terra” pudessem prosseguir o seu percurso académico em Lisboa, numa época em que o acesso ao ensino superior não estava generalizado.

Com o êxodo das gerações mais novas, motivado pela procura de melhores condições de vida nas cidades, o concelho de Mação assistiu, como aconteceu na generalidade dos concelhos do interior, ao abandono progressivo das atividades que outrora geravam emprego e criavam riqueza no território.

Ao esvaziamento territorial e ao envelhecimento da população residente alia-se uma estrutura de propriedade onde predomina o minifúndio – 41 mil ha divididos em cerca de 80 mil prédios rústicos com cerca de 20 mil proprietários – que coloca sérios desafios à valorização económica de um recurso com inegável importância para o progresso do concelho.

Causa e consequência das dinâmicas demográficas que precipitaram o abandono das atividades florestais e a ausência de intervenções que garantissem a proteção desse espaço – muitas vezes relacionada com a fragmentação da propriedade, com prémios de risco demasiado elevados para sustentar a produção e com a expectativa de que os

terrenos transitem para solo urbanizável - o concelho de Mação tem sido fustigado por diversos incêndios que, em 2003, atingiu proporções catastróficas ao consumir uma área equivalente a metade do concelho.

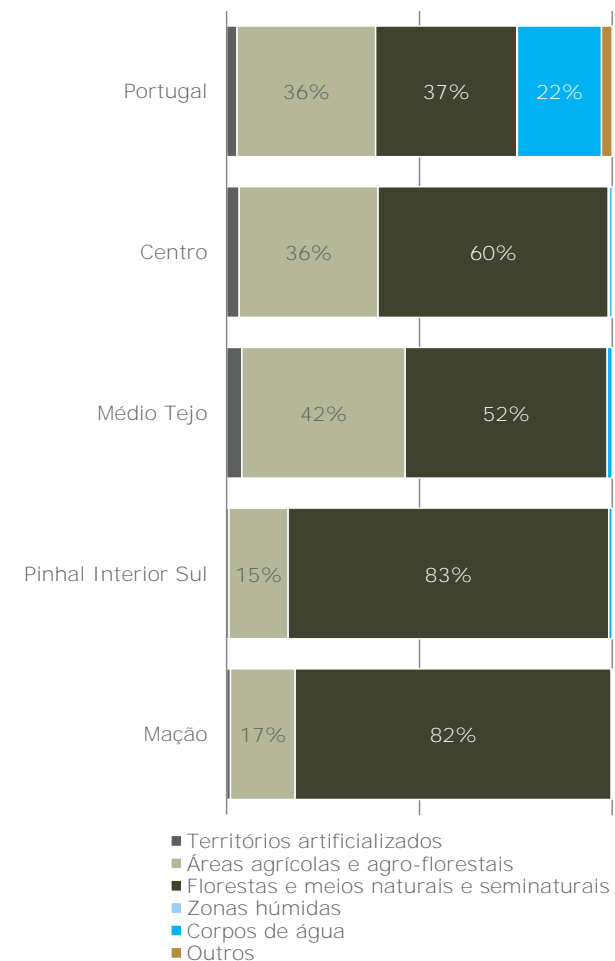
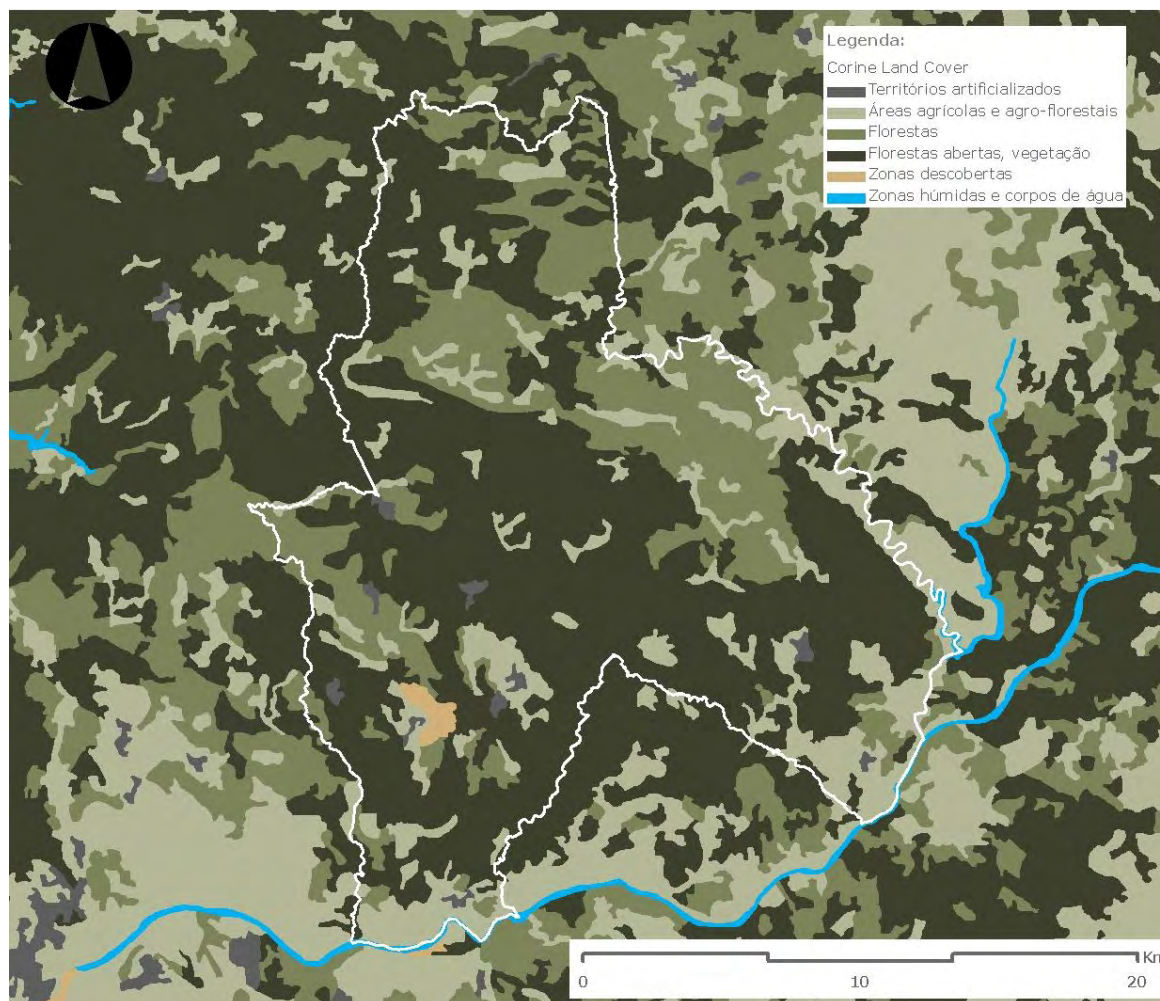
Não obstante os investimentos realizados pelo município na defesa da floresta, da constituição da Aflomação – Associação Florestal do Concelho de Mação - e da criação de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), o atual ordenamento florestal de Mação é caracterizado por uma elevada carga combustível que, associada à ausência de intervenção dos proprietários, eleva o risco de ocorrência de incêndios com uma escala semelhante ao de 2003.

Mação possui um dos mais eficazes sistemas do País de vigilância e Primeira Intervenção:

- Desenvolvimento e manutenção do projeto MacFire, que permite a visualização da progressão e elaboração de relatórios contendo informação sobre incêndios, e permite articular a atuação dos organismos de Coordenação e Comando com competência em matéria de incêndios florestais.
- Contratação de 20 elementos para operacionalizar o Sistema Municipal de Vigilância e Primeira Intervenção; rede de rádios própria que permite a comunicação, na mesma frequência de rádio, entre diversos agentes em caso de incêndio; desde 2003 foram beneficiados mais de 1600 km de caminhos e estradões florestais; primeiro concelho do país a implementar as Brigadas Auto – Proteção nas Povoações e pioneiro na construção de circulares de proteção às povoações; um dos poucos concelhos do país em que está implementada sinalética na rede viária florestal.

2.2 Mação terra de boas águas, ares e azeites

Figura 2.1 Ocupação do solo | 2006



Fonte: Corine Land Cover

2.2 Mação terra de boas águas, ares e azeites

Neste contexto que fez emergir um ciclo vicioso na floresta e que os sucessivos investimentos têm vindo a mitigar mas não a eliminar por completo, assume um carácter urgente a delineação de uma estratégia que seja capaz de subverter a trajetória de definhamento de um recurso endógeno que serviu de motor de desenvolvimento num passado recente e se constitui como a principal âncora de um futuro sustentável de Mação.

Assim, é vital garantir as condições de base para potenciar a floresta, num quadro caracterizado pela incapacidade de atração de mão de obra qualificada, por uma visão “antiga” das atividades relacionadas com a floresta, pelas dificuldades notórias de aglomeração para a obtenção de massa crítica e escala adequadas para a criação de riqueza e pelas limitações do quadro regulamentar das Zonas de Intervenção Florestal.

Figura 2.2 Ciclo vicioso da floresta



O potencial latente do complexo florestal do concelho de Mação será tanto mais determinante quanto maior for a capacidade de envolvimento dos proprietários – com naturais diferenças de perceção dos seus interesses – dos organismos públicos e do poder central numa estratégia de valorização económica do espaço florestal.

O envolvimento dos maçaenses na travagem deste ciclo vicioso passará pela dinamização de um conjunto alargado de atividades, desde a produção madeireira, à caça, ao turismo e às energias renováveis, incorporando novas tendências, promovendo novas iniciativas baseadas numa articulação saudável entre recursos endógenos e conhecimento, sem desvirtuar a identidade e sem pôr em causa os bons ares de Mação e o seu desenvolvimento sustentável.

- No início as ZIF foram criadas como áreas de condomínio, evoluindo mais tarde para um modelo em que as entidades gestoras podem intervir diretamente nos espaços florestais, ainda assim existe um hiato entre as intervenções possibilitadas pelos regulamentos e a ambição de uma ZIF de gestão total, em que a entidade gestora proceda à gestão integrada do sistema agrosilvopastoril.
- Entre as principais críticas às ZIF destaca-se as limitações dos instrumentos públicos de financiamento, nomeadamente o PRODER, na medida em que não oferecem uma linha de apoio que integre as diferentes necessidades das ZIF;

2.2 Mação terra de boas águas, ares e azeites

As características climáticas singulares do concelho de Mação propiciaram, desde cedo, o desenvolvimento de atividades agrícolas cujos produtos abasteciam a cidade de Lisboa.

No século XVIII Mação aprovisionava a capital com vinho (chave dourada, ainda hoje produzido), azeite, azeitonas, mel, castanhas, presunto e outras carnes verdes e secas, curtumes, queijos, cortiça, bolotas, resinas, frutas, batatas e hortícolas que se aliavam à caça e os peixes provenientes do rio. Do Tejo chegavam sal, peixe salgado (as essenciais sardinhas), mercearias, combustíveis, remédios, artefactos e utensílios, panos e adereços.

A especificidade dos produtos agrícolas contribuíram para a fundação da identidade maçaense através de um acervo gastronómico que é uma multiplicidade de sabores que se aprimoraram com a arte de saber fazer secular.

O presunto, os enchidos e ensacados, o azeite, as azeitonas e o mel constituem os produtos com maior tradição e aqueles que obtêm maior projeção. Estas atividades criam postos de trabalho e ajudam a sustentar o êxodo de alguma população nos lugares do concelho. Importa, também, notar o aparecimento de algumas iniciativas, ainda dispersas, de produção de citrinos, nomeadamente o limão e a laranja.

Contudo, o quadro das atividades agrícolas em Mação mimetiza o comportamento das atividades ligadas à floresta – o esvaziamento populacional levou ao abandono da terra e à consequente extinção da produção de alguns produtos com forte tradição no território.

No concelho são limitados os circuitos de comercialização dos produtos

locais e não existe um mercado de produtores que possa abastecer o concelho e gerar retorno para os produtores.

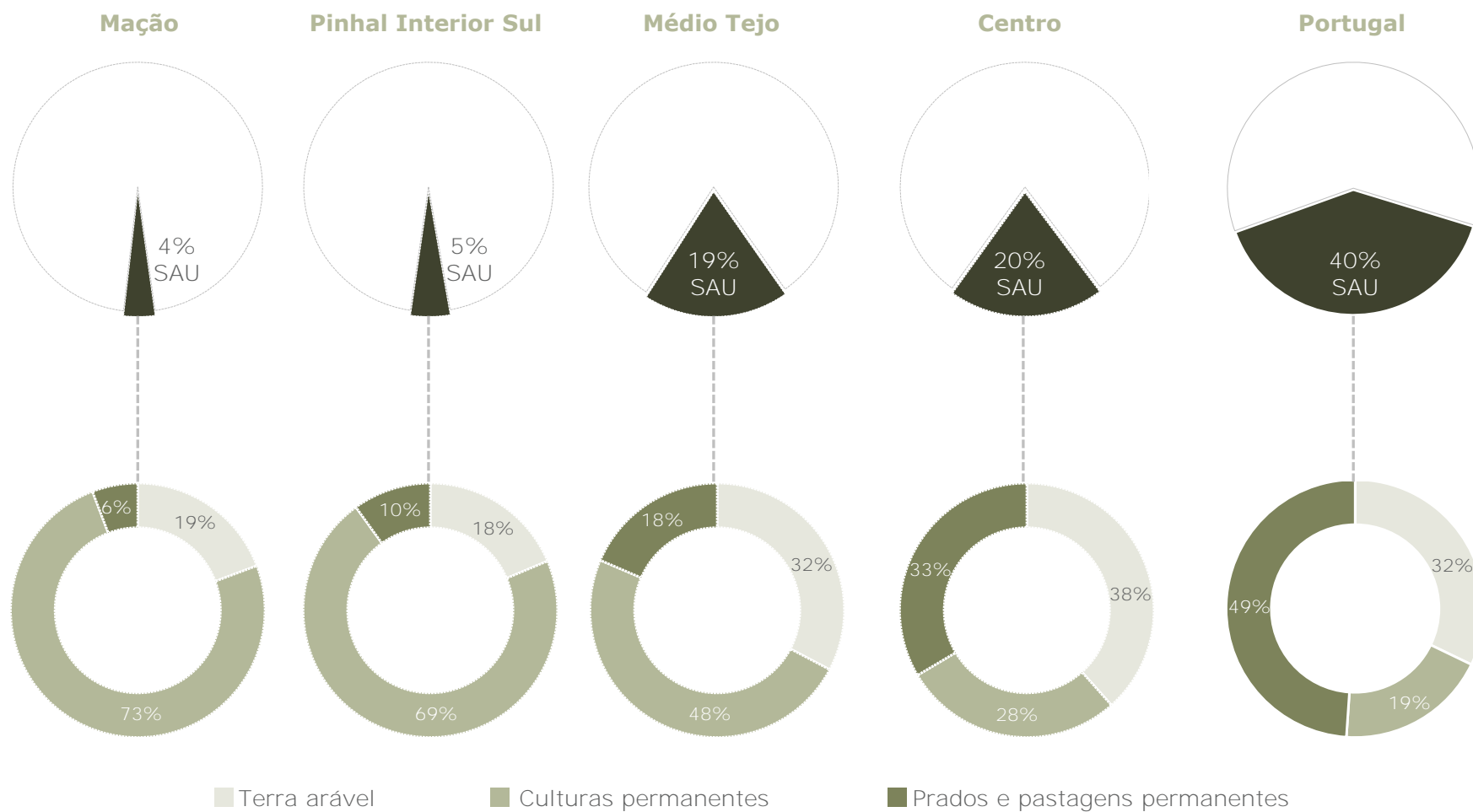
Na atualidade, apenas 4% da área do concelho corresponde a superfície agrícola utilizada (SAU), em linha com a proporção do Pinhal Interior Sul, mas claramente abaixo do referencial do Médio Tejo, da região Centro e do País. Não obstante, cerca de três quartos da SAU estão afetos a culturas permanentes, a grande maioria dedicada à olivicultura que constitui a principal atividade agrícola do concelho.

O perfil dos produtores agrícolas do concelho evidencia os desafios que se colocam à sustentabilidade da própria identidade agrícola e das atividades agroflorestais. Os produtores agrícolas de Mação, com uma idade média de 68 anos, são mais envelhecidos face à região e ao país e apenas uma ínfima parte (menos de 1%) faz da produção agrícola a sua principal atividade. Não obstante, apresentam níveis de qualificação profissional (no âmbito agrícola) e escolaridade superiores ao do Pinhal Interior Sul e mais alinhados com o Médio Tejo.

Nos últimos anos o município tem dirigido esforços para a preservação da identidade do concelho com a elaboração da carta gastronómica, que conta a história e preserva as receitas tradicionais, e com a constituição da AmarMação – Associação de Desenvolvimento do concelho de Mação, uma associação que visa potenciar várias dinâmicas de valorização dos produtos endógenos, com a criação da “**Marca Mação**” em que os produtos são sujeitos a certificação da autenticidade do modo de produção e validação da sua origem.

2.2 Mação terra de boas águas, ares e azeites

Gráfico 2.1 Proporção da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) na área total do território



Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

2.2 Mação terra de boas águas, ares e azeites

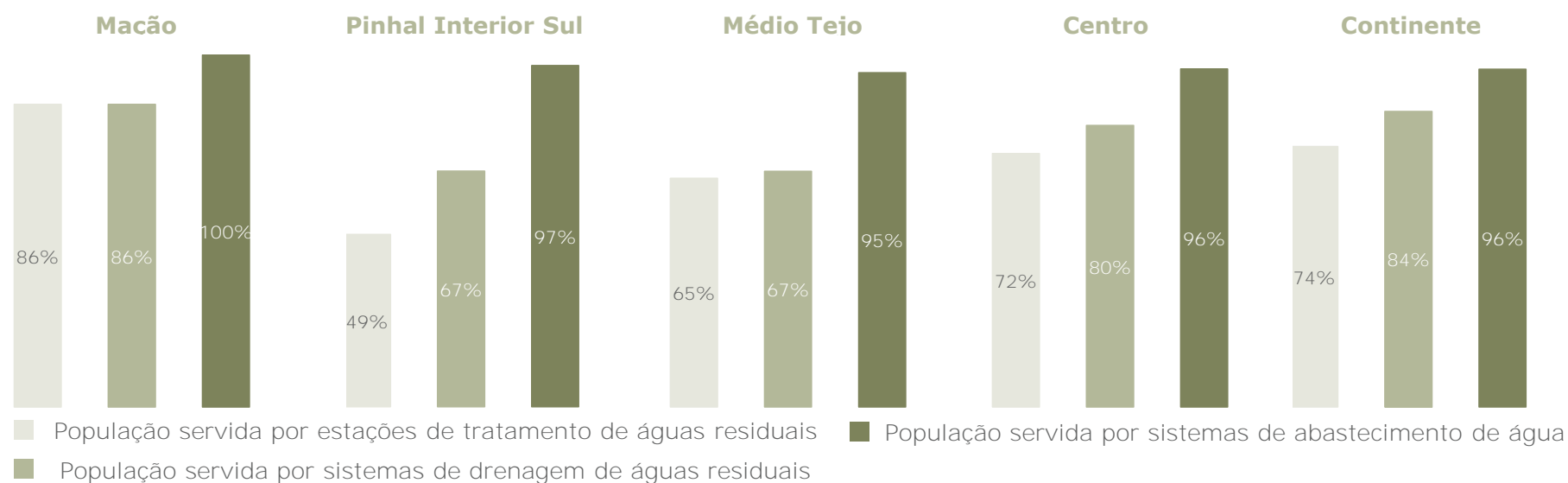
Os investimentos realizados pelo município nos últimos anos na rede de rede de abastecimento de água e nas estações de tratamento e drenagem de águas residuais garantiram níveis de cobertura significativos - claramente superiores aos registados nas regiões do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, na região Centro e no continente. A cobertura do território por este tipo de infraestruturas foi desde cedo uma aposta do Município, com impactos positivos na qualidade de vida das populações, mas implicando também custos de manutenção das que não são negligenciáveis.

Mação constitui-se como um dos concelhos do país com uma maior proporção de resíduos recolhidos seletivamente (22%), que o colocam

entre os 30 concelhos com melhor desempenho no país e o primeiro da região do Médio Tejo. Não obstante, o concelho e a região ainda revelam valores reduzidos de recolha de resíduos sólidos urbanos por habitante no contexto nacional.

A região do Pinhal Interior Sul tem diversificado a sua capacidade de produção de eletricidade e, desde 2004, aumentou em 252% a capacidade produtiva, ainda que continue a representar apenas 2% da produção do país. O concelho de Mação tem contribuído de forma assinalável para este desempenho com os investimentos que foram potenciados pelas características naturais do território nas energias renováveis, com destaque para a energia eólica.

Gráfico 2.2 Grau de abastecimento de águas e águas residuais | 2009



Fonte: INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais

2.2 Mação terra de boas águas, ares e azeites

Património e recursos turísticos

O património natural de Mação assume-se como parte da identidade do concelho. A paisagem de Mação é o resultado de uma ação humana continuada que aproveitou a riqueza singular dos recursos endógenos.

As serras dispersas por todo o território - Bando dos Santos, Bando de Codes, Santo António, Amêndoa, Galega, Águas Quentes, Alfeijoeira, Casal e Moledo – fazem sobressair um mosaico verde com um elevado interesse paisagístico e que oferece os **“bons ares”** de Mação.

A este mosaico verde associa-se uma extensa e rica rede hidrográfica onde correm as boas águas de Mação. As dezenas de nascentes e ribeiras (Eiras, Coadouro, Boas Eiras, Pracana, Ocreza e Bostelim), às quais se juntam as barragens da Ortiga, da Pracana e do Espelho de Água e o rio Tejo, proporcionam um conjunto de praias fluviais e zonas de banhos que constituem espaços de lazer para residentes e turistas. A qualidade e pureza das águas de Mação é também consubstanciada pelas termas da Ladeira de Envendos e pela água que é engarrafada na Ladeira.

Mação detém, também, um património histórico que representa um importante acervo que **“começa”** na pré-história e na arte rupestre – o concelho tem diversos achados arqueológicos, com destaque para as gravuras rupestres junto à ribeira da Ocreza e para a representação de um equídeo que constitui o primeiro achado de arte paleolítica ao ar livre no sul de Portugal. A importância deste acervo patrimonial motivou o investimento da autarquia no Museu de Arte Pré-histórica e do Sagrado no Vale do Tejo (classificado na rede do património Herity) que alberga um importante espólio sendo, no entanto, necessário uma intervenção orientada para a captação de mais visitantes de forma a

aproveitar aquilo que pode constituir um elemento importante para a projeção do concelho. Também o ITM – Instituto da Terra e da Memória – contribui para a projeção e defesa da identidade de Mação, através da preservação e divulgação dos saberes e tradições do território.

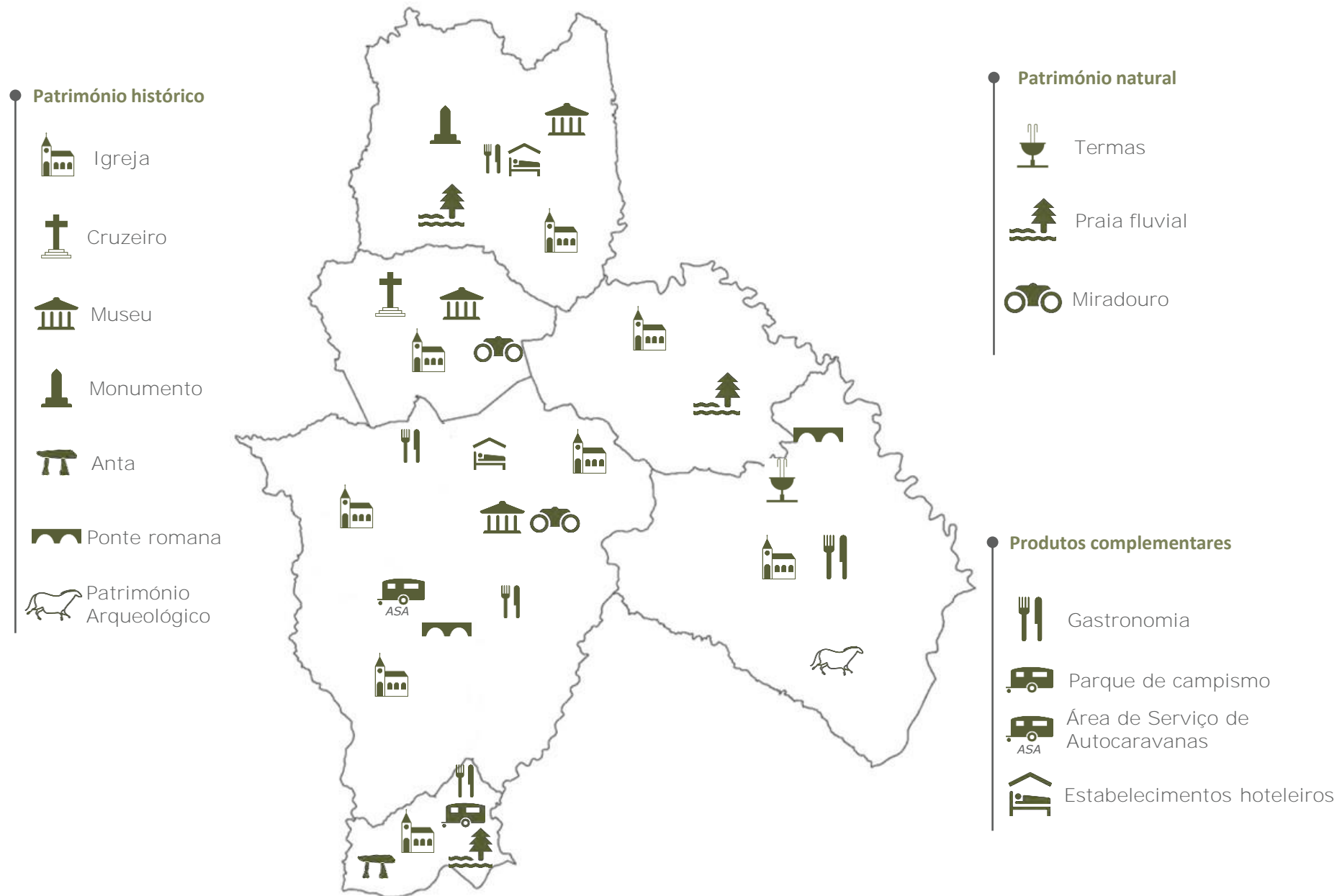
Dispersas pelas diferentes freguesias do concelho podem encontrar-se algumas igrejas – a Igreja de Nossa Senhora da Conceição está classificada como património Herity – com interesse no âmbito do turismo religioso. Neste contexto, são também importantes, porque trazem à terra turistas e maçaenses que moram fora do concelho, as diversas festas que ocorrem por todas as freguesias e que constituem um elemento de animação das aldeias e de defesa da sua identidade.

A análise dos recursos turísticos do concelho de Mação permite identificar alguns desafios que se colocam à organização coerente e atrativa dos diferentes produtos em que o concelho se distingue: turismo natureza, com forte preponderância da floresta e das linhas de água; turismo cultural, com especial enfoque na arte rupestre e nas tradições e saberes do concelho; e turismo gastronómico, alavancando os produtos e as receitas características do concelho. Entre estes desafios destaca-se, desde logo, o desenvolvimento da oferta de alojamento e restauração.

O potencial de valorização destes recursos terá de ser impulsionado por uma lógica de dinamização e integração em redes regionais e nacionais que aglomerem os diferentes agentes do concelho, devidamente alinhados com uma estratégia comum de promoção do território.

2.2 Mação terra de boas águas, ares e azeites

Figura 2.3 Principais recursos turísticos



2.2 Mação terra de boas águas, ares e azeites

O ITM e o Museu de Mação



- O ITM definiu em 2012 a sua missão: desenvolver respostas culturais para problemas e dilemas sociais, culturais e ambientais, através da valorização da memória e das ciências, numa lógica sistémica. Esta missão apoia-se na compreensão de que as ciências humanas devem, na atualidade, contribuir diretamente para a gestão territorial. Trata-se de uma missão que o ITM já cumpre, com diversas parcerias, em projetos na Europa em África na Ásia e na América do Sul.
- O ITM articula-se com três entidades fundamentais: o Centro de Geociências da Universidade de Coimbra (que tem uma sede em Mação e outra em Coimbra), o projeto de Ano Internacional do Entendimento Global (em fase final de aprovação nas Nações Unidas, que terá em Mação o centro de ações de referência na Europa ocidental) e o Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (associado da Unesco).
- Na relação com o IPT iniciou-se um Mestrado de Gestão de Paisagens Culturais, que se junta ao de Arqueologia.
- A articulação com o Município de Mação deu origem à instalação do museu municipal - Museu de Arte Pré-histórica e do Sagrado no Vale do Tejo - referência nacional no domínio da gestão patrimonial. O binómio Museu-ITM possui como recursos fundamentais um edifício que acolhe a exposição permanente e exposições temporárias, a biblioteca e os serviços administrativos. Um segundo edifício acolhe os serviços educativos, diferentes laboratórios e parte da reserva de coleções. Para além dos visitantes utilizam o edifício estudantes e investigadores.

2.2 Mação terra de boas águas, arees e azeites

As praia fluviais de Mação e a plataforma Viver o Tejo

A extensa rede hidrográfica de Mação está presente na história, nas tradições e nas vivências dos maçaenses e dos que visitam o concelho, mas na atualidade os pratos de peixe de rio e as praias fluviais são provavelmente os principais elementos de projeção externa deste património.



Praia Fluvial do Carvoeiro: galardoada com a bandeira azul e classificada como praia acessível, localiza-se na localidade que lhe dá o nome, a cerca de 25 minutos de Mação. Dispõe de parque de estacionamento, bar de apoio, balneários, parque de merendas com churrasqueiras.



Praia Fluvial da Ortiga: classificada como praia acessível, localiza-se na freguesia da Ortiga e está equipada com infraestruturas de excelente qualidade entre as quais, bar de apoio, cais de embarque, balneários, parque de merendas com churrasqueiras, posto médico e estacionamento. A 100 metros da Praia Fluvial o Parque de Campismo de Ortiga-Mação proporciona facilidades para o desenvolvimento de atividades em grupo ou individuais, em contacto direto com a natureza, tais como, canoagem, gaivotas a pedais, slide, rappel, escalada, e pesca desportiva.



Praia Fluvial de Cardigos: Eleita "Estrela do Médio Tejo" na categoria Património Natural - Praias Fluviais logo no ano de abertura, localizada a jusante da Barragem do Vergancinho, em Cardigos. Classificada como praia acessível, dispõe de parque de estacionamento, balneários, parque de merendas com churrasqueiras e bar de apoio.

2.2 Mação terra de boas águas, ares e azeites

As praia fluviais de Mação e a plataforma Viver o Tejo

O património ribeirinho tem sido uma das apostas da região do Médio Tejo, assente na valorização da marca “rio Tejo”, e na qual o concelho de Mação tem participado, nomeadamente através da plataforma Viver o Tejo. O rio Tejo é reconhecido pelas autarquias da região do Médio Tejo como um vetor da estratégia de desenvolvimento económico regional, enquanto recurso chave na implementação de uma estratégia de turismo que aposta no desenvolvimento de produtos turísticos de excelência, diferenciados, que “fogem” da tipicidade do turismo de praia e mar e devidamente apoiados nos recursos endógenos.

Com o objetivo de estruturar e dar a conhecer a oferta da região foi criado o portal www.viverotejo.pt, onde a informação sobre as rotas e roteiros e sítios e visitar é complementada com a informação sobre alojamento, restauração e animação turística, afirmando-se assim como um instrumento agregador e estruturador da oferta turística regional. Onde comer? Onde ficar? O que fazer? O que visitar? são algumas das questões que têm resposta no portal Viver o Tejo e que o utilizador, de forma autónoma, poderá consultar. Sugerem-se também 6 pacotes temáticos predefinidos para esta região - Ribatejo Ativo, Ribatejo Natural, Ribatejo Tranquilo, Ribatejo Histórico, Ribatejo Jovem e Ribatejo em Férias – e 14 rotas. Por outro lado, se o visitante pretender criar a sua própria rota, dependendo do seu gosto e disponibilidade, poderá selecionar, dentro de cada rota temática, os locais que pretende visitar, o que fazer, onde comer e onde descansar. A oferta de alojamento e de restauração de Mação e os principais pontos de interesse turístico estão representados na plataforma e fazem parte da rota dos “Sabores”, das “Praias fluviais do Ribatejo” e dos “Museus, Artes e Ofícios”, entre outras. O visitante pode fazer a sua reserva imediata online, mediante apenas um registo prévio e breve, que dá também acesso à receção da newsletter Viver o Tejo, bem como às diversas promoções e vouchers oferecidas pelo site.

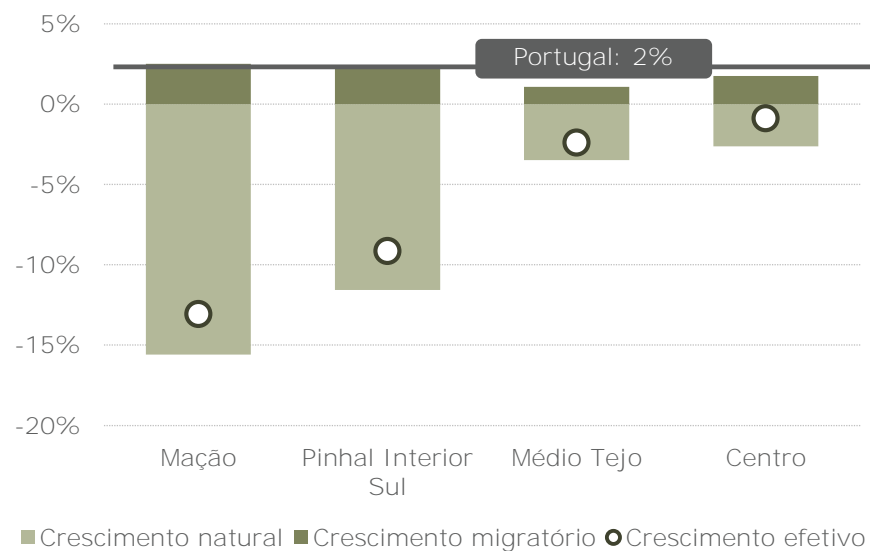


População e emprego

O concelho de Mação caracteriza-se como um território de baixa densidade, partilhando com uma parcela significativa do território nacional um conjunto de condicionantes ao seu desenvolvimento, mas também uma identidade assente na matriz rural das comunidades e na relevância dos recursos naturais nos processos de desenvolvimento.

As problemáticas da sustentabilidade demográfica – com a tendência de êxodo da população em idade ativa a refletir-se no envelhecimento e em perdas elevadas de população residente – e da dispersão do modelo de ocupação territorial – identificam-se em Mação 98 lugares, na sua totalidade com menos de 2000 residentes - influenciam decisivamente a atratividade do território e articulam-se com outras

Gráfico 2.3 Taxas de crescimento populacional, 2001-2011



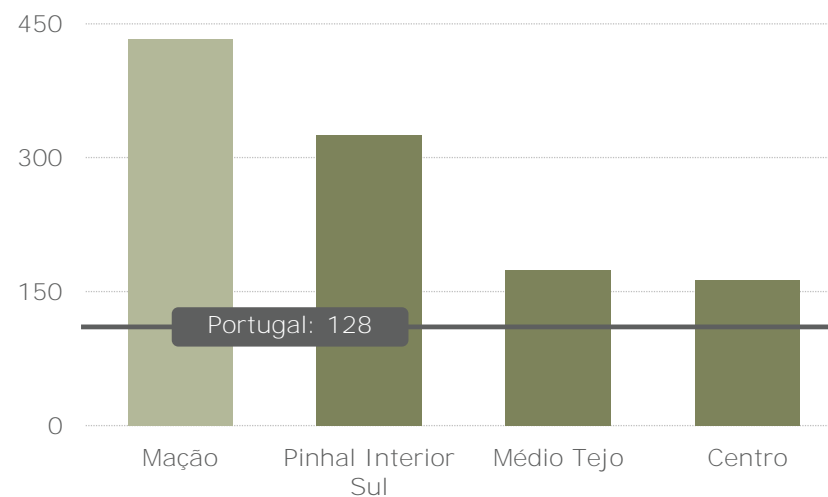
Fonte: INE, Censos 2011

2.3 Mação território de baixa densidade

dimensões de baixa densidade económica e institucional.

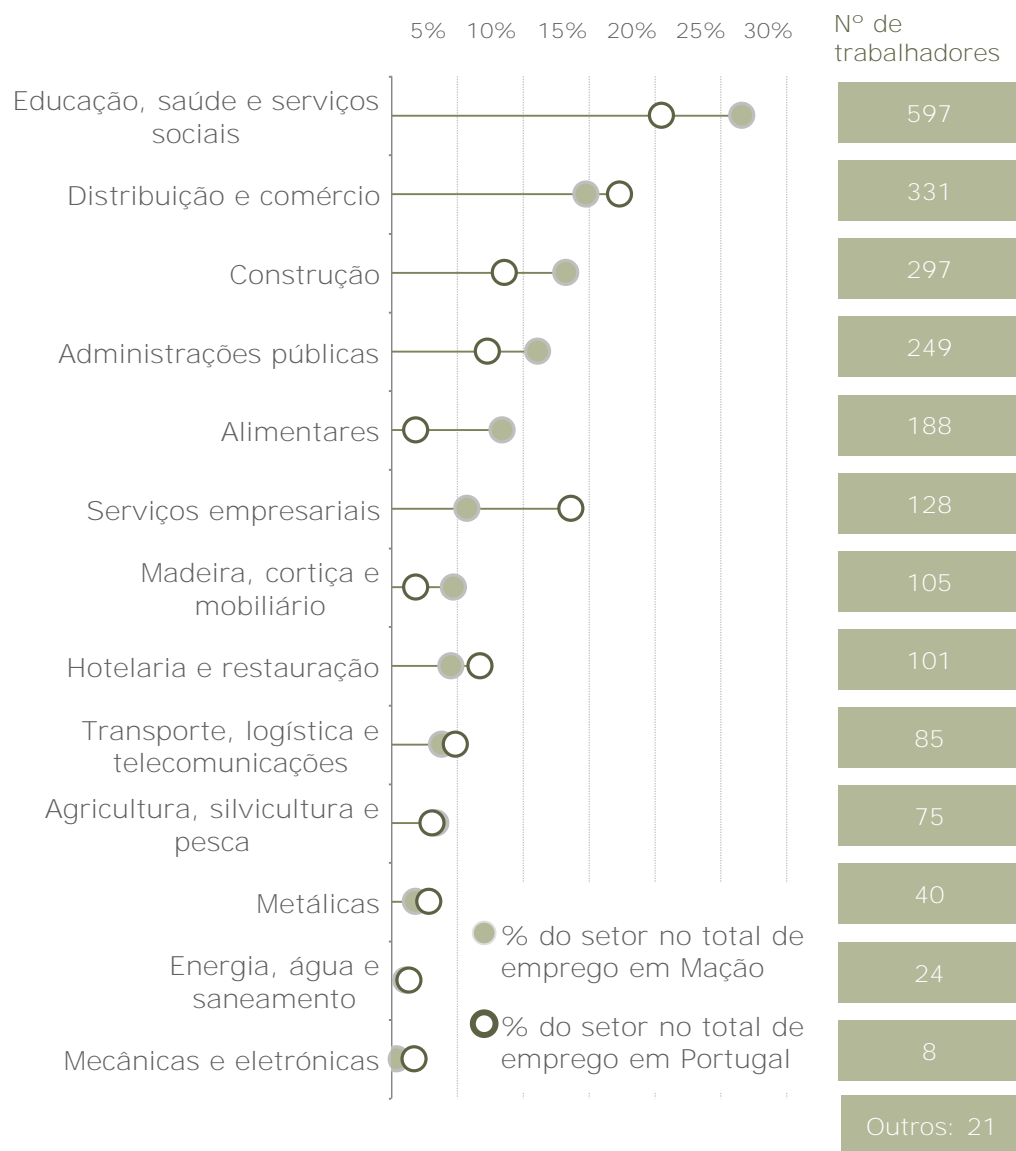
O modelo económico tradicional de Mação assentou na exploração dos recursos florestais e agrícolas, complementado pela transformação industrial de produtos alimentares, com destaque para as carnes e enchidos. A retração da atividade agrícola e florestal e as dificuldades de inserção da produção industrial em mercados globais mais concorrenciais refletem-se na reduzida dimensão da bolsa de emprego concelhia e na crescente preponderância do emprego na esfera da administração local e serviços públicos e sociais e em ofertas relativamente massificadas e/ou desqualificadas nos setores da construção, distribuição e comércio.

Gráfico 2.4 Índice de envelhecimento, 2011



2.3 Mação território de baixa densidade

Gráfico 2.5 Perfil setorial do emprego, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

- O tecido empresarial de Mação gera 2250 postos de trabalho, dos quais cerca de 80% são ocupados por residentes no concelho. Saem diariamente cerca de 446 residentes para trabalhar fora do concelho, destacando-se em particular o peso de Abrantes e Lisboa enquanto territórios de receção de trabalhadores maçaenses (seguindo-se Vila de Rei, Castelo Branco, Sertã, Proença-a-Nova e Gavião).
- O setor da educação, saúde, cultura e serviços sociais representa 27% do emprego, seguido pelo setor da distribuição e comércio (15%), construção (13%), administração pública (11%) e indústria alimentar (8%). A agricultura e silvicultura, atividades que eram tradicionalmente uma importante fonte de rendimento das famílias maçaenses, representam apenas 3% do emprego, em linha com a média nacional. Na comparação entre o perfil setorial do emprego no concelho de Mação e o padrão nacional, para além da maior dependência do setor público e serviços sociais (tendência comum aos territórios de baixa densidade, em que a administração local, as escolas e os equipamentos de apoio à terceira idade estão entre os principais empregadores) ressalta a especialização na indústria alimentar (em particular da indústria da transformação das carnes) e na indústria da madeira, cortiça e mobiliário, ambas com fortes ligações às tradições e aos recursos endógenos do concelho.
- O concelho dispõe de 3 zonas industriais e do Gabinete Empreendedor de Mação (GEMA) habilitado a prestar informações acerca da oportunidade de investimentos, apoios e incentivos.

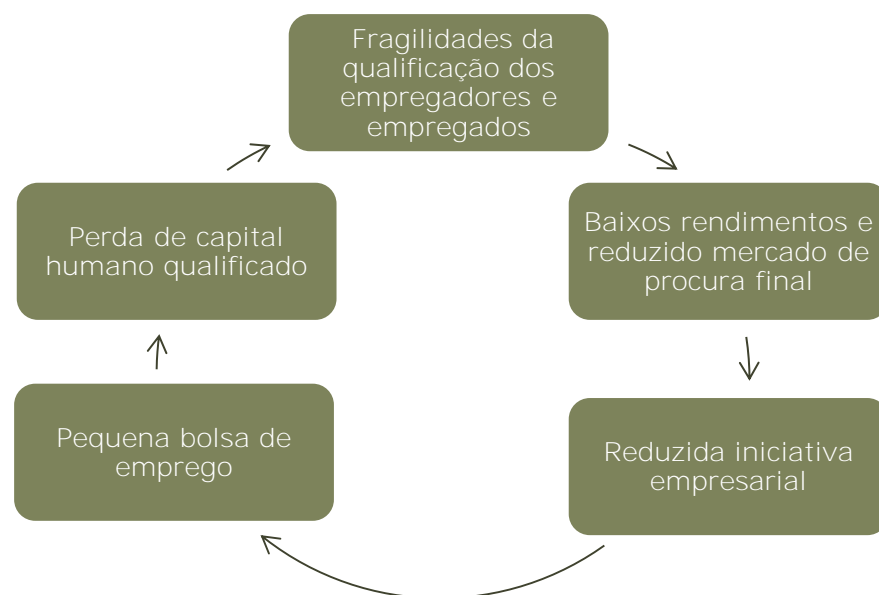
2.3 Mação território de baixa densidade

Não obstante o investimento na melhoria das acessibilidades, os esforços da autarquia na criação de condições mais favoráveis ao investimento (nomeadamente com a criação de espaços de acolhimento empresarial e do gabinete de apoio ao empresário) e as sucessivas vagas de apoio ao investimento empresarial cofinanciado por fundos estruturais, a dificuldade de revitalização e diversificação da atividade produtividade emergiu no processo de auscultação dos atores locais como uma das principais fraquezas do concelho.

Num contexto de esgotamento do modelo de competitividade baseada em mão-de-obra e processos produtivos não qualificados, esta dificuldade não pode ser dissociada das vulnerabilidades do perfil habilitacional da população residente, em que são preponderantes as

habilitações de nível básico, apesar dos investimentos públicos na melhoria da rede de escolas e na oferta de ensino profissional e da notável melhoria, à semelhança do resto do país, dos indicadores de educação, como a taxa de abandono e insucesso escolar. De fato, os impactos locais dos investimentos públicos na oferta educativa em Mação e dos investimentos das famílias maçaenses na formação dos jovens são fortemente limitados pela tendência de perda de recursos humanos qualificados para outros territórios com bolsas de emprego mais atrativas, criando-se assim um ciclo vicioso de baixas qualificações e rendimentos familiares, fraco nível de empreendedorismo e reduzida bolsa de emprego, retratado na figura seguinte.

Figura 2.3 Ciclo vicioso da baixa densidade



- 24% da população residente em Mação não completou qualquer nível de escolaridade e 34% tem apenas o 1º ciclo do ensino básico completo (a média do Centro é de 20% e 28% respetivamente).
- Apenas 5% da população residente completou o ensino superior (face a 10% em média no Centro).
- Taxa de abandono escolar em Mação passou de 8,3% em 1991 para 1,3% em 2011.
- 65% da população residente auferem remunerações que se encontram abaixo do salário mediano praticado no país.

Equipamentos e respostas sociais

Neste quadro, os atores locais identificam como fator crítico de sucesso de qualquer estratégia de desenvolvimento de Mação a orientação da oferta de modalidades profissionalizantes de dupla certificação para as necessidades do tecido empresarial local e para a exploração dos recursos endógenos, evitando duplicações de ofertas e outras ineficiências.

Para além dos equipamentos e serviços no domínio da educação, a gestão de outras ofertas sociais, em particular as de apoio à terceira idade, assumem em territórios com as características de Mação uma natureza estratégica. A tendência de envelhecimento populacional de comunidades fortemente dependentes de prestações da segurança social e de rendimentos do mercado de trabalho informal, num contexto de retratação das atividades tradicionais e de crise de setores intensivos em mão-de-obra, é apontada pelos atores locais como uma das principais fontes de focos de carência económica e exclusão social, que exigem respostas de proteção social com uma muito forte participação dos recursos públicos.

O aumento da cobertura do território por equipamentos e serviços de apoio à terceira idade é evidente, ainda mais quando a opção estratégica nos últimos anos foi de criação da oferta junto das comunidades rurais (em oposição a uma estratégia mais centralizadora, de instalação dos equipamentos nos principais pólo urbanos), sendo também reconhecida a relevância do terceiro setor

2.3 Mação território de baixa densidade

como um dos principais em empregadores, muito em particular da população feminina.

Ainda assim, registam-se necessidades de articulação entre serviços e de comunicação entre instituições, de construção de ofertas dirigidas a grupos específicos (toxicodependentes, idosos isolados, utentes com dificuldades de mobilidade) e de aplicação continuada das metodologias de deteção precoce de riscos sociais.

- Dez IPSS, todas com resposta social de centro de dia e das quais nove com resposta social de lar, num total de 589 utentes
- Uma creche (Santa Casa da Misericórdia de Mação): 26 crianças
- Três jardins de infância: Cardigos, 9 alunos; Carvoeiro, 2 alunos; Mação, 93 alunos
- Três escolas básicas do primeiro ciclo: Cardigos, 14 alunos; Carvoeiro, 15 alunos; e Mação com 119 alunos
- Uma EB 2/3 e secundária em Mação: 86 alunos no 2º ciclo; 144 alunos no 3º ciclo e 195 alunos no ensino secundário
- Um centro de saúde, com extensões na Amêndoa, Cardigos, Carvoeiro, Envendos, Ortiga, Penhascoso.

2.4 Mação um território no Médio Tejo

O concelho de Mação integra-se na Região do Médio Tejo, cuja diversidade de recursos agrega um potencial de valorização que importa explorar, dando continuidade aos investimentos realizados nos últimos anos. As Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial são significativamente valorizadas no período de programação 2014-2020, em áreas como a valorização dos recursos estratégicos do território, a sustentabilidade energética, a promoção de uma sociedade mais inclusiva, a eficiência e racionalização dos serviços coletivos intermunicipais, que tornam indispensável reforçar quer a escala de intervenção territorial (para além da lógica estritamente municipal), quer o grau de parceria entre o poder local, o associativismo empresarial e o sistema científico e tecnológico.

A construção de um plano de ação regional e/ou intermunicipal assume para Mação uma natureza estratégica, por três grandes ordens de razões:

- Por um lado, uma das realidades identificadas durante a auscultação dos atores locais é a tendência para uma significativa parte da procura dos maçaenses - nomeadamente a procura de bens de consumo final, de serviços recreativos, sociais, educativos - ser satisfeita nos territórios vizinhos, fato que não pode ser dissociado do modelo de ocupação disperso do concelho e da presença em concelhos vizinhos de equipamentos e organizações com uma área de influência claramente supramunicipal.
- Por outro, é unânime que o potencial de exploração económica (nomeadamente turística) dos recursos naturais e culturais de

Mação depende da sua articulação, numa lógica de rede, com o património regional - os rios Tejo e Zêzere, a Albufeira do Castelo do Bode, a extensa mancha florestal da Serra de Aire e Candeeiros, as do Paúl do Boquilobo e do Sítio de Sicó-Alvaiázere, o Convento de Cristo, os 22 bens culturais pela Rede Herity, os Castelos do Almourol, Abrantes, Ourém e Torres Novas, os vestígios arqueológicos, o património religioso de Fátima, são apenas alguns exemplos - contribuindo para o aumento da estadia média e para construção de uma marca com capacidade de projeção nacional e internacional. Em paralelo com a afirmação de verdadeiros produtos turísticos, também no setor agroalimentar e da restauração encontram-se elementos identitários da região, com forte capacidade de concretização das ambições de aumento da capacidade de gerar emprego e criar riqueza em Mação.

- Por fim o potencial de aprofundamento da articulação entre a base produtiva empresarial do concelho e o sistema científico e tecnológico depende da construção de parcerias com instituições situadas em territórios vizinhos, como é o caso do Instituto Politécnico de Tomar, da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes e do Tagusvalley.

2.5 Análise das forças, condicionantes e oportunidades



FORÇAS

- Forte matriz identitária
- Extensão e qualidade dos sistemas florestais e agroflorestais
- Experiência na gestão e proteção da floresta
- Extensa rede hidrográfica e excelente cobertura por infraestruturas ambientais
- Acervo gastronómico e património histórico e cultural
- Organização de produtores e outros stakeholders em defesa da identidade de Mação



CONDICIONANTES

- Envelhecimento e diminuição da população em idade ativa
- Diminuição das margens dos produtos agrícolas e aumento da concorrência nos mercados globais
- Fragmentação da propriedade e limitações do quadro regulamentar e fontes de financiamento das ZIF
- Expansão de áreas florestais e com potencial agrícola não geridos/explorados
- Frequência e extensão dos incêndios
- Baixa densidade empresarial



OPORTUNIDADES

- Aposta, no período de programação de 2014-2020, no crescimento da economia verde: prevê-se um forte apoio ao investimento em produtos e processos que possam ser mais eficientes do ponto de vista da utilização dos recursos naturais e dos recursos energéticos e em projetos-piloto e de demonstração
- Procura externa forte e sustentada de bens transformados de origem florestal e procura crescente de produtos biológicos, de época, e produtos tradicionais regionais (incluindo produtos turísticos em espaço rural) com caráter genuíno e emblemático
- Investimentos e projetos desenvolvidos pelo ITM no âmbito do Ano Internacional do Entendimento Global, procurando afirmar em Mação um modelo alternativo de museologia e museografia e de gestão territorial e uma abordagem exemplar de conexão entre a economia e cultura

3.1 A visão para o concelho de Mação

A visão para o concelho de Mação parte do diagnóstico onde se identificaram as forças, as condicionantes e as oportunidades que podem influenciar decisivamente o desenvolvimento do território, no sentido de estabelecer os contornos do futuro desejado, com ambições partilhadas pelos maçaenses.

É uma visão elaborada a partir das tendências socioeconómicas à escala global e das condicionantes conjunturais, nomeadamente os efeitos da crise económica internacional que acentuaram as debilidades estruturais da economia nacional e que produziram impactos diretos sobre os territórios de baixa densidade, incluindo o concelho de Mação: as tendências demográficas regressivas acentuaram-se – envelhecimento da população, quebra da natalidade e redução do número de residentes - as oportunidades de emprego diminuíram e o património natural foi perdendo importância.

A visão e a estratégia de desenvolvimento de Mação partem, inevitavelmente, do reconhecimento que a economia e a demografia interagem, reforçando-se mutuamente num ciclo de causalidade cumulativa, e que a sustentabilidade demográfica do concelho apenas será garantida se existir um processo gradual de substituição de atividades económicas obsoletas por outras geradoras de mais emprego e valor acrescentado. A travagem da tendência de declínio demográfico exige soluções complexas e integradas: exemplos de medidas mais simples, como incentivos financeiros para o incremento da natalidade, são naturalmente louváveis e terão alguns resultados pontuais e localizados, mas o ciclo vicioso que se desenha nos territórios de baixa densidade populacional, económica e institucional requer, sobretudo, que sejam oferecidas adequadas condições de vida

aos futuros pais – antes mais acesso a emprego, com segurança e perspetiva de carreira, associado a acesso à habitação, amenidades urbanas e serviços de apoio à criança. Mesmo que venha a existir uma subida das taxas de fecundidade, o efetivo de mulheres em idade fértil residentes em Mação é já de tal forma reduzido que a reposição de gerações só será concretizada através da atração de população jovem. A resposta a este desafio reside, portanto, na economia e na capacidade do concelho criar emprego.

A visão para Mação formula o conjunto de desígnios que traduzem uma ambição coerente que visa inverter o definhamento do território através de dinâmicas sustentadas, a longo prazo, geradoras de oportunidades emprego, de qualidade de vida e valorização do património natural e cultural do concelho. A visão está alicerçada em três elementos cruciais – território, pessoas e identidade – que parte dos resultados positivos obtidos em diferentes esferas para elevar os níveis de ambição do território no horizonte 2020.

O território

A visão para Mação assume o território, e em particular o espaço florestal, como elemento crucial para (re)ativar um tecido produtivo que foi perdendo força com as dinâmicas concorrenciais globais e com o esvaziamento populacional dos últimos anos. Dinamizar as atividades ligadas à valorização económica da floresta ou outras com tradição no concelho, em moldes suficientemente inovadores e diferenciadores, permitirá gerar as dinâmicas socioeconómicas que podem melhorar a atratividade do concelho para os residentes atuais, para os potenciais residentes e para os investidores, sem prejuízo da defesa do património natural e da sustentabilidade dos recursos.

3.1 A visão para o concelho de Mação

Os maçaenses

A visão preconizada para o território coloca as pessoas no centro do desenvolvimento de Mação. **“Cuidar”** de uma população envelhecida, promovendo a otimização e melhoria das respostas sociais, e estabelecer as condições de base que permitam fixar pessoas, acolher os maçaenses que pretendam regressar e integrar aqueles que queiram fazer de Mação a sua nova residência são determinantes para o progresso do território. Educação, saúde e cultura emergem, neste sentido, como vetores estruturantes para a ambição da qualidade de vida que se ambiciona para o concelho.

A identidade

A visão para Mação atribui uma importância estruturante à defesa, preservação e divulgação do património histórico e cultural do concelho. Promover uma gestão equilibrada mas ambiciosa do património identitário do concelho, que permita defender e projetar as tradições, os usos e os costumes das suas gentes, é fundamental para um território que quer abraçar a sua história. Por outro lado, esta visão promove a afirmação de Mação no domínio das ciências humanas , onde o concelho se pode constituir como um pólo com relevância nacional e internacional.



3.2 O referencial estratégico de intervenção

A estratégia que se defende para Mação representa o caminho que o território deve seguir, com as necessárias correções ditadas pelas alterações conjunturais ou pelas mutações estruturais que podem ocorrer no horizonte 2025, para concretizar a visão assumida para o território. O referencial estratégico de intervenção foi desenhado tendo em consideração as diferentes esferas em que o concelho apresenta resultados positivos – educação, apoio social e cultura – e nos valores patrimoniais, com destaque para o espaço florestal, que podem ser alavancados no sentido de contribuírem de forma mais significativa para o desenvolvimento de Mação.

A trajetória que aqui se desenha, ancorada nas sensibilidades, preocupações e esperanças demonstradas nos diferentes momentos de auscultação dos maçaenses durante a elaboração do plano de desenvolvimento estratégico, assume uma ambição de promover as iniciativas que constituem modelos exemplares de gestão e valorização do território e das pessoas, suportados pela eficiência no uso dos recursos disponíveis, e que podem ser replicadas à escala do país.

O caminho percorrido pelo concelho em matéria do apoio prestado à franja da população mais idosa – com constrangimentos em termos de recursos e de um modelo de povoamento disperso – e o trabalho desenvolvido pela comunidade escolar constituem boas práticas que a estratégia pretende reforçar e alargar a outras esferas que potenciem o desenvolvimento humano do território.

O trabalho desenvolvido em matéria de prevenção e gestão do espaço florestal, nomeadamente para combater os graves incêndios que fustigaram território nas últimas décadas, representa, também, um exemplo à escala nacional, no qual se devem inspirar algumas das

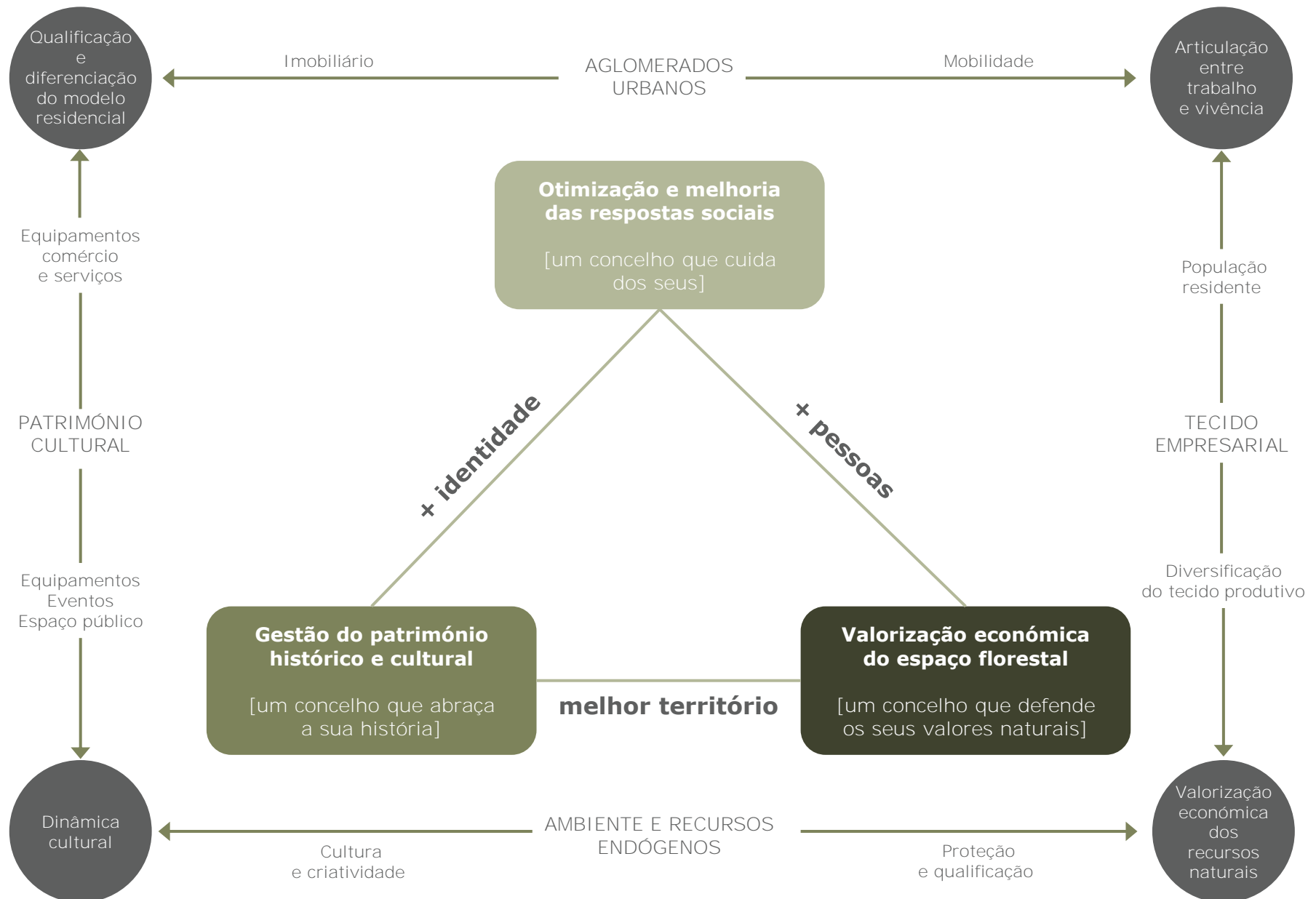
iniciativas fundamentais para a valorização da floresta.

Também as dinâmicas culturais e de formação criadas pela parceria entre a autarquia e o ITM em Mação constituem um ativo relevante para a projeção externa do território. A importância do museu municipal e de todo o trabalho desenvolvido no ITM no âmbito da arqueologia e pré-história pode, nesta fase, ser reforçada pela componente das ciências humanas que, para além de ajudarem na defesa da identidade maçaense, podem colocar o concelho de Mação como dinamizador da agenda global destas ciências.

Ancorada nestas assunções, a estratégia de Mação estabelece três desígnios fundamentais que pretendem, apoiados nas boas práticas e nas iniciativas de sucesso desenvolvidas no concelho, contribuir para o progresso do território: o desígnio “**mais pessoas**” que estabelece os objetivos de melhoria da qualidade de vida pelo desenvolvimento de respostas sociais adequadas às necessidades e expectativas daqueles que vivem ou podem querer viver em Mação; o desígnio “**melhor território**” que estabelece os princípios de gestão territorial que contribuam para a valorização económica do espaço florestal; e o desígnio “**mais identidade**” orientado para a defesa e reforço dos valores imateriais e para uma melhor gestão do património histórico do concelho.

Estes desígnios são interdependentes e produzem efeitos sistémicos sobre o território. São materializados em três eixos de intervenção que, de seguida, se detalham.

3.2 O referencial estratégico de intervenção



3.2 O referencial estratégico de intervenção

Valorização económica do espaço rural e florestal

A extensa área florestal que marca a paisagem do concelho de Mação constitui um recurso endógeno de inegável importância para o progresso do território. Impulsionadora das dinâmicas económicas no século passado – cujos rendimentos proporcionados aos proprietários contribuíram para que muitos maçaenses pudessem explorar novas oportunidades nos principais polos urbanos do país – a floresta tem vindo, progressivamente, a perder a sua preponderância na criação de emprego e riqueza no concelho.

O modelo de desenvolvimento económico de Mação “**inclinou-se**”, como se observou na maioria dos territórios de baixa densidade, para um perfil mais terciário, onde os serviços públicos e as IPSS, nomeadamente aquelas que estão orientadas para responder às necessidades da população mais idosa, dominam a bolsa de emprego.

Causa e consequência destas dinâmicas, emergiu um ciclo vicioso em que o esvaziamento populacional se combina com uma população bastante envelhecida e com uma debilidade estrutural do modelo produtivo, diminuído pelo definhamento das atividades ligadas à floresta que conduziram ao abandono das propriedades e fizeram aumentar a carga combustível para níveis preocupantes.

A floresta ou espaço florestal – entendido enquanto sistema que conjuga património físico de produção ou preservação com património imaterial, consubstanciado num conjunto de vivências que marcam a identidade do concelho de Mação – constitui um elemento essencial da estratégia de desenvolvimento para o território no longo prazo. A

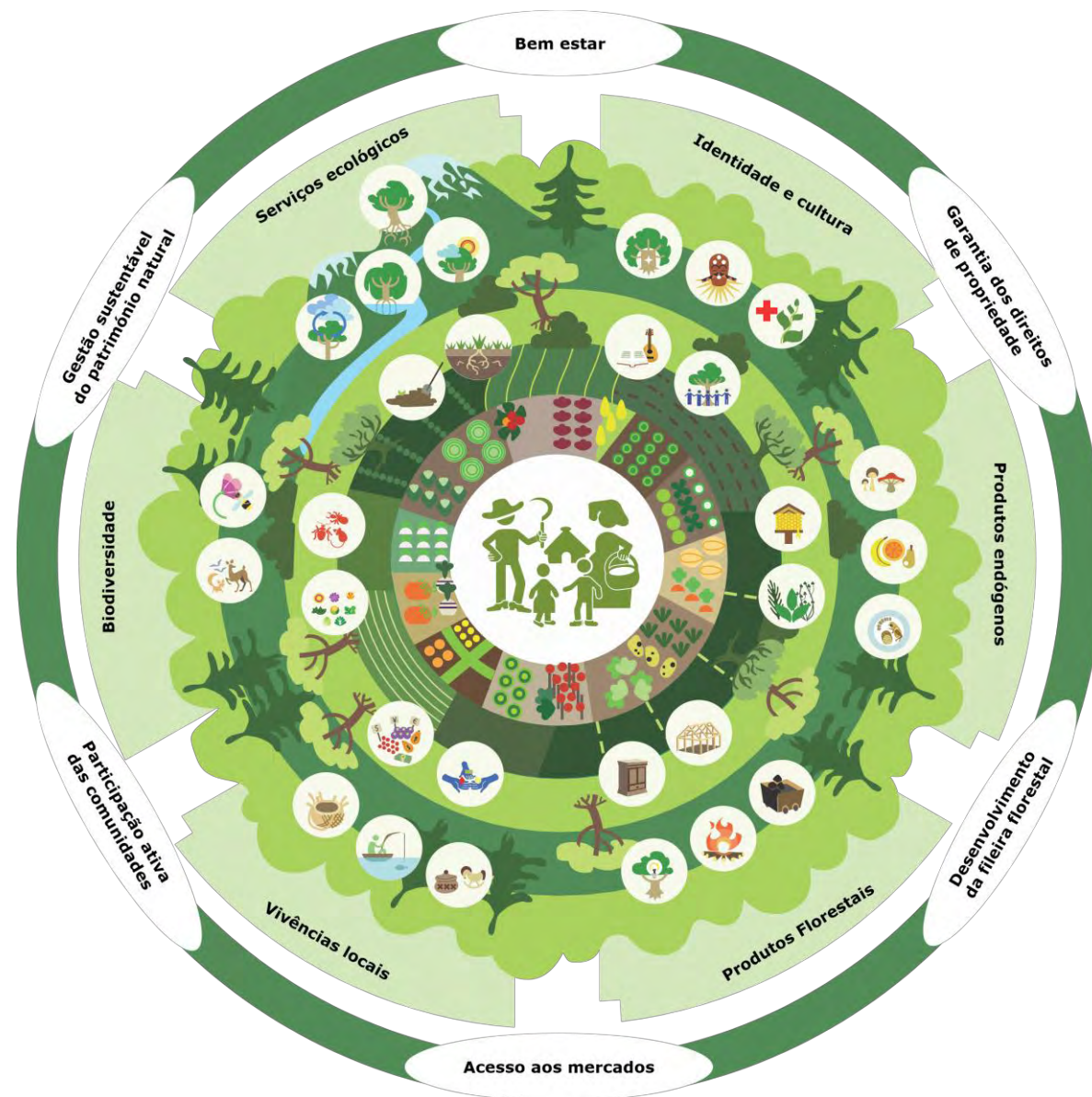
valorização do espaço florestal do concelho de Mação não deve, no entanto, ser encarada numa perspetiva de aposta na continuidade de um modelo produtivo que, no quadro concorrencial global, encontrará sérias dificuldades em competir nos mercados ou fixar ou atrair talento para o concelho. Emerge, deste modo, a necessidade de estruturar um novo modelo de desenvolvimento do espaço florestal, que seja capaz de articular de forma positiva os desafios colocados pelo crescimento sustentável com as ambições de criação de emprego e riqueza no concelho que, em última análise, podem determinar a inversão do ciclo vicioso que contribuiu para o definhamento socioeconómico de Mação.

A estratégia de desenvolvimento de Mação e, em particular, a valorização do espaço florestal, mais do que afirmar de forma isolada um conjunto de atividades tradicionais, pretende estruturar um ecossistema onde as comunidades locais se apropriam de uma estratégia partilhada e se constituem como agentes ativos de defesa da identidade maçaense e do desenvolvimento local. A valorização do espaço florestal numa lógica de uso múltiplo assume-se, assim, como um objetivo fundamental para o ressurgimento – em moldes ponderados mas inovadores – das atividades de produção florestal e agrícola, da silvopastorícia, apicultura e da caça, mas também para a adoção dos novos paradigmas de sustentabilidade ambiental, de adaptação às alterações climáticas e da prevenção de riscos.

A implementação desta estratégia pretende induzir um ciclo virtuoso em que as oportunidades criadas pela valorização económica do espaço florestal possam atrair novos residentes, melhorar a qualidade de vida das comunidades locais e defender as tradições, os usos e os costumes de Mação.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Figura 3.1 O papel da floresta no desenvolvimento das comunidades rurais



Fonte: Adaptado da FAO - Forests and family farms together sustaining livelihoods and landscapes

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Desenvolvimento integrado das comunidades locais

Mação é um território eminentemente rural, que concentra cerca de metade da população residente na união de freguesias de Mação, Aboboreira e Penhascoso; as restantes freguesias, com exceção de Cardigos, têm menos de mil habitantes.

Com um povoamento disperso, uma população envelhecida e uma extensa mancha florestal, o concelho tem pela frente um desafio colossal: implementar um modelo de desenvolvimento territorial que permita, de forma harmoniosa e coerente, criar um ciclo virtuoso em que as comunidades locais são profundamente envolvidas nas estratégias de valorização dos múltiplos usos da floresta - nas funções de produção, preservação, lazer ou recreio – e na articulação da floresta enquanto espaço onde se construíram os elementos imateriais (costumes, tradições e saberes) que traduzem um sentimento de pertença ao território e constituem a identidade de Mação.

A prossecução destes objetivos não pode ser orientada por uma visão antiga do mundo rural, que diminui a sua função e o envolvimento das comunidades rurais nas dinâmicas socioeconómicas nacionais. São prementes novos olhares sobre o território de Mação, ainda que devidamente enquadrados no referencial estratégico adotado pelo país e pelo espaço europeu, que criem um impulso que inverta as tendências regressivas que o território observou nas últimas décadas.

Esta inversão está alicerçada num projeto fundamental para o progresso de Mação: a **constituição de uma ZIF de gestão total**, com práticas e modelos de gestão inovadores, em que o nível de compensação seja equivalente ao esforço solicitado aos diferentes proprietários, que poderá posteriormente ser replicada no território.

Constitui uma iniciativa decisiva para valorizar de forma integrada o espaço florestal e o conjunto de atividades conexas que nele ocorrem, com efeitos sistémicos na melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais.

A importância deste projeto recomenda que o território eleve os níveis de ambição pois tem um trabalho já realizado, com resultados visíveis. Mação deve promover a ZIF de gestão total como um modelo de gestão do espaço florestal exemplar, exportável, e que tem todas as condições para assumir uma escala regional, desde logo em territórios semelhantes na região Centro, mas também no contexto nacional.

A própria configuração dos apoios nacionais e comunitários no horizonte 2020 pode acelerar a dinamização deste projeto. Os apoios direcionados para a criação do próprio emprego – que neste quadro de apoio são mais territorializados –, os apoios previstos pela estratégia de especialização inteligente da região Centro – que inclui a floresta como um dos domínios diferenciadores –, e os diferentes apoios, nacionais e comunitários, orientados para o desenvolvimento sustentável e a prevenção e gestão de riscos.

Por fim, a arquitetura do projeto deve contemplar alguns dos atores relevantes para a prossecução dos objetivos que sustentam a sua ambição. O ITM, com as valências na área das ciências humanas, pode constituir um aliado decisivo para estabelecer um diálogo profícuo com as comunidades locais. O envolvimento dos maçaenses espalhados pelo mundo e de investidores de referência, desde o início do projeto, é também fundamental para a estruturação de um projeto com a força, massa crítica e impacto necessários para aumentar o poder negocial junto da administração central.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

ZIF de Gestão Total

No concelho de Mação a estrutura minifundiária da propriedade – evidente, por exemplo na ZIF Aldeia de Eiras, que numa área co cerca de 1000 hectares possui 1500 propriedades e 150 proprietários, com uma dimensão média da propriedade de 0.7 ha - - a par com o absentismo dos proprietários é um dos principais obstáculos à viabilidade da exploração florestal. A Aflomação – Associação Florestal de Mação e a autarquia têm vindo a promover a associação voluntária entre proprietários em ZIF que permitam a integração de centenas de parcelas, para dar lugar a uma verdadeira unidade de exploração do espaço rural.

“ZIF de gestão **total**” é figura que surge na revisão legislativa de 2009 referente às ZIF e é definida como “o modelo multifuncional em que a entidade gestora procede à gestão integrada de todas as componentes do sistema agro-silvopastoril”. A autarquia e da Aflomação entendem uma “ZIF de gestão **total**” como uma sociedade entre os proprietários, em que cada um detém uma quota correspondente à área total das suas parcelas. As despesas e as receitas são repartidas proporcionalmente à área que os proprietários dispõem, independentemente da ocupação do solo ou localização das suas parcelas. Pretende-se assim uma gestão verdadeiramente integrada e multifuncional de todo este território, de forma a que um proprietário não fique prejudicado pelo facto da sua parcela dar lugar, por exemplo, a uma faixa de interrupção de combustível, ou por estar ocupada com uma produção menos lucrativa que a produção da parcela vizinha. Da mesma forma, caso uma parcela sofra um prejuízo (derivado de um incêndio, por exemplo), este é partilhado por todos.

Este modelo, para além de permitir aumentar a escala produtiva, facilita também a resolução de outras questões em que a escala é um fator crítico de sucesso, como sejam a cobertura dos riscos por seguros e a certificação da gestão florestal sustentável. O ordenamento do território e a diversificação das culturas e formas de exploração dos terrenos contribui também para uma redução da carga combustível e facilitação da prevenção e do combate aos incêndios. A Aflomação Mação sumariza os objetivos e vantagens da constituição das ZIF em zonas de minifúndio:

Objetivos

- Promover uma gestão florestal sustentável ativa e permanente dos espaços florestais;
- Coordenar, de forma planeada, a proteção dos espaços florestais e naturais;
- Proteger eficazmente as áreas florestais e os espaços rurais associados;
- Recuperação de espaços florestais afetados por incêndios;
- Reduzir as condições de ignição e de propagação de fogos.

Vantagens

- Gestão profissional e apoio técnico permanente, Planos de Gestão Florestal (PGF) comum (custos repartidos);
- Diminuição do risco de incêndio ;
- Maior poder de negociação dos produtos florestais;
- Acesso a apoios específicos e a prémios atribuídos à gestão;
- Direito de preferência na aquisição dos prédios rústicos;
- Processo de certificação florestal mais ágil.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

ZIF de Gestão Total

A Aflamação dividiu o Concelho de Mação em ZIF de acordo com o mapa abaixo:



ZIF criadas por portaria do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas: ZIF Aldeia de Eiras, Penhascoso Norte, Castelo, São José das Matas, Ortiga;

ZIF com processo oficial de constituição iniciado: ZIF Amêndoa Norte, Serra

A entidade gestora da ZIF poderá ser uma organização associativa, sem fins lucrativos, ou outra pessoa coletiva aprovada pelos proprietários e produtores florestais, desde que possua no seu quadro de pessoal efetivo uma equipa de técnicos com formação superior ou experiência na área florestal, com capacidade para elaborar os planos de defesa e gestão florestal.

Foi utilizado como critério de delimitação das ZIF o conceito de “comunidade humana”, isto é, os habitantes das aldeias que já em tempos juntaram esforços para a constituição de outros equipamentos, espaços e bens comuns e que mantém laços familiares e de vizinhança. Por esta razão as ZIF possuem áreas relativamente pequenas.

As despesas da ZIF prendem-se numa fase inicial com a elaboração dos planos de defesa e gestão florestal e com a sua futura execução (arborizações, operações de desbaste, construção e manutenção de infraestruturas).

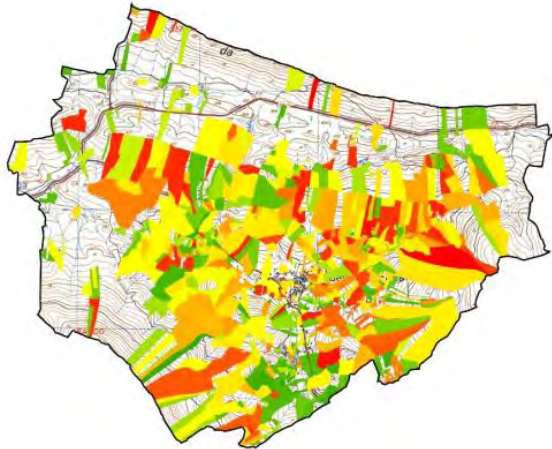
O financiamento dos investimentos iniciais de maior dimensão é um dos principais obstáculos ao efetivo funcionamento das ZIF: não obstante a disponibilização de financiamentos no âmbito do Fundo Florestal Permanente e do PRODER 2007-2014, a arquitetura dos apoios tem-se revelado pouco adequada a um esforço de investimento integrado, isto +e, incluindo diferentes tipologias, e de médio prazo.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

ZIF de Gestão Total

ZIF Aldeia de Eiras: 1047 ha

80 aderentes, 733 prédios, 880 ha



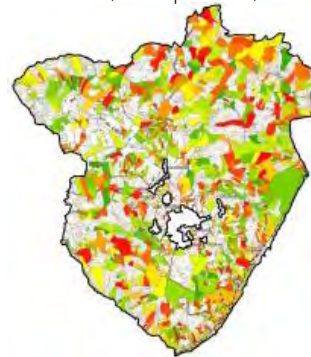
ZIF Ortiga: 1777 ha

235 aderentes, 1477 prédios, 995 ha



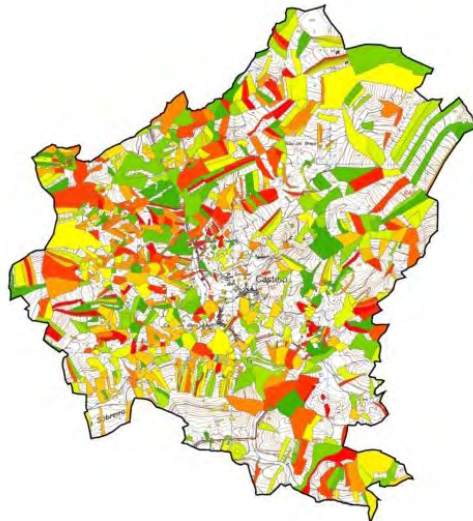
ZIF São José das Matas: 1694 ha

88 aderentes, 593 prédios, 384 ha

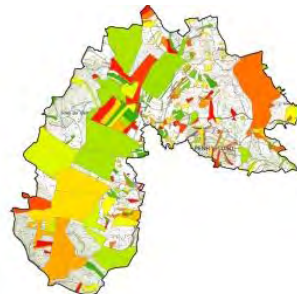


ZIF Castelo: 1496 ha

130 aderentes, 966 prédios, 796 ha



ZIF Penhascoso Norte: 1234 ha



Neste quadro deve ser ponderada a possibilidade de criação de um produto financeiro constituído por unidades de participação representativas de um património florestal adequadamente gerido.

A possibilidade de subscrição de unidades de participação, por permuta pelos seus terrenos, com opção de retoma dos terrenos à data do final do fundo, poderá auxiliar a vencer a resistência de alguns proprietários que valorizam emocionalmente os seus terrenos e travar a tendência para a resistência à venda dos terrenos na expectativa de um aumento dos preços a médio prazo.

A figura de um fundo financeiro permite também atrair capital por períodos longos (adequados aos ciclos da produção florestal), garantindo uma gestão estável que permite o prosseguimento de uma política de investimentos e de exploração florestal mais sustentável e menos pressionada pela busca do lucro rápido.

Fonte: Aflomação

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Desenvolvimento das atividades de produção

As atividades de produção são essenciais para a valorização económica do espaço florestal de Mação, sobretudo num quadro internacional onde se antevê uma procura crescente por produtos de base florestal – madeira, papel, embalagens, produtos de higiene pessoal, fármacos, material de construção e alimentos. Desenvolver um conjunto de atividades de produção – apostando num posicionamento competitivo que extravase a escala interna mas que seja coerente com a dimensão e massa crítica que a floresta detém em Mação - assume-se como um objetivo crucial para o desenvolvimento integrado da comunidade maçaense. Neste sentido, emergem duas lógicas de produção que configuram apostas suficientemente sólidas para a criação sustentada de emprego e riqueza no concelho:

- **Produção florestal**, que combina a produção lenhosa (pinheiro, cerejeira, choupo, nogueira e freixo) com a produção de frutos (cereja, medronho, noz, pinhão, framboesa, groselha e mirtilo);

- **Produção agrícola**, que complementa a produção lenhosa, atua como meio de defesa contra incêndios e permite a obtenção de receitas adicionais. Privilegiam-se as culturas do olival, da vinha e dos pomares de marmeleiro e limoeiro. A tradição na **fileira agroalimentar** – com destaque para o presunto – deve ser defendida, apostando na captação de investimento externo para manter as empresas no território e que permitam aumentar a sua orientação exportadora.

O sucesso, a longo prazo, destas atividades será determinado pela capacidade de envolvimento das diversas comunidades locais, da fixação de pessoas nos territórios e da captação de talento e

investimento para sustentar a competitividade destas iniciativas em diferentes segmentos de mercado.

Desenvolvimento da silvopastorícia, apicultura e caça

O desenvolvimento da pastorícia constitui, para além da sua importância socioeconómica para as comunidades locais, um mecanismo de gestão racional do combustível arbustivo, praticamente impossível de controlar através de outros modos. Por outro lado, a silvopastorícia configura uma solução de valorização das zonas com características orográficas específicas (altas e declivosas), onde é possível reduzir a carga combustível recorrendo ao pastoreio com gado caprino.

A apicultura representa uma atividade com uma importância crucial para a manutenção do ecossistema e uma fonte de rendimento que não pode ser descurada no quadro das comunidades locais. O mel e produtos derivados encontram condições de excelência para a sua produção no concelho de Mação, pelo que a aposta no aumento das explorações e a produção de produtos diferenciados destinados para o mercado local ou para o segmento ***gourmet*** constituem um importante mecanismo para a valorização económica do espaço florestal.

O desenvolvimento da atividade cinegética tem, também, repercussões na melhoria do espaço florestal, na preservação da biodiversidade e no retorno económico, direto ou indireto, para o território. As reservas de caça contribuem para a melhoria das condições de habitat, para a proteção das espécies cinegéticas existentes e atraem visitantes que são, também, potenciais consumidores dos diferentes produtos que o território pode oferecer (produtos locais, restauração e comércio).

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Desenvolvimento das atividades de recreio e lazer

O espaço florestal de Mação, entendido na sua multifuncionalidade, é também um espaço onde podem ser desenvolvidas um conjunto de atividades ligadas ao turismo natureza. A oferta turística do concelho deve ser estruturada de modo a captar segmentos de mercado específicos, articulando património ambiental com património histórico, gastronomia e cultura. O espaço florestal emerge como elemento protagonista das dinâmicas de turismo de natureza que se possam estabelecer no território. Territórios de montanha, praias fluviais e património arqueológico constituem alguns dos argumentos com capacidade para atrair visitantes para o concelho, não numa lógica de turismo de massas e estadia prolongada, mas num cenário de visitas de curta duração.

Neste sentido, torna-se fundamental que o concelho consiga estruturar uma oferta turista que integre de forma coerente e coesa os diferentes produtos turísticos do concelho. Existem benefícios que podem ser obtidos pela articulação dos diferentes agentes do território - restauração, comércio, Câmara Municipal de Mação, entre outros - de forma a criar uma marca que identifique inequivocamente o território. A criação de uma sinalética uniforme e facilmente apreensível, bem como a criação de percursos pedestres que satisfaçam as exigências dos visitantes (com guias turísticos à disposição) constituem iniciativas que podem alavancar a atratividade global do concelho.

Por outro lado, o concelho deve alavancar a sua inserção na região do Médio Tejo, promovendo uma articulação intermunicipal capaz de projetar a sua oferta turística. O património cultural e histórico e o Rio Tejo são elementos identitários que devem estar na base desta articulação.

Desenvolvimento dos sistemas de proteção ambiental

A gestão sustentável do espaço florestal de Mação revela-se como um objetivo fundamental para a defesa da biodiversidade e da própria identidade maçaense que foi construída ao longo de séculos sobre o mosaico florestal do território. Este desafio é um imperativo à escala global e o concelho de Mação pode assumir-se como um território que acompanha as tendências e exigências da atualidade em matéria de sustentabilidade e adaptação às alterações climáticas.

Mação tem sido fustigado por diversos incêndios ao longo das últimas décadas que têm dizimado o espaço florestal do concelho. A estrutura fundiária e o abandono das terras levantam um sério desafio para travar este flagelo. O concelho tem desenvolvido, nalguns casos de forma pioneira, mecanismos de defesa da floresta contra incêndios que, no entanto, precisam de ser reforçados para garantir maior eficácia. A adequação da rede viária florestal, a disponibilização de redes de pontos de água e a criação de redes de faixas de gestão de combustível constituem iniciativas que devem ter uma abrangência tão alargada quanto possível.

No domínio da gestão sustentável do espaço florestal, o concelho pode selecionar zonas piloto de demonstração de boas práticas silvícolas, com a aplicação de princípios e critérios do sistema de gestão florestal de modo a garantir a certificação das propriedades.

Mação deve, também, constituir-se como um território que promove o combate às alterações climáticas através do sequestro e armazenamento de carbono. As entidades poluentes podem adquirir créditos ou licenças no valor da sua emissão de gases ou financiar projetos que visem aumentar o sequestro de carbono.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Otimização das respostas sociais

O envelhecimento populacional emergiu na fase de diagnóstico como uma das principais, senão mesmo a principal, condicionante do desenvolvimento económico e social de Mação, com efeitos evidentes no presente e limitando os retornos e a sustentabilidade futura dos investimentos públicos e privados.

De fato, não só os dados estatísticos evidenciam a gravidade do fenómeno como foi também reconhecido de forma muito clara pelos atores locais e regionais nos vários momentos de participação na elaboração do plano, discutindo os desafios levantados pelo envelhecimento e a sua natureza transversal aos vários grupos sociais, setores, organizações e esferas de intervenção pública e privada: a limitação da bolsa de recursos humanos disponíveis, a estagnação e abandono das atividades económicas tradicionais intensivas em mão-de-obra e a pressão acrescida sobre os equipamentos e serviços de saúde e proteção social foram as temáticas mais citados, mas a ameaça de declínio das comunidades mais dispersas e de menor dimensão, de perda da sua cultura, vivências e identidade, permeou também todo o discurso dos atores locais.

Ainda que a qualidade do suporte social oferecido pela rede social, institucional e familiar tenha merecido uma avaliação globalmente positiva – as dificuldades diárias enfrentadas pelas famílias, IPSS e outras organizações na prestação de cuidados aos mais fracos e dependentes são indiscutíveis mas a cobertura da rede de equipamentos e serviços sociais de proximidade e a relevância das relações de vizinhança são citadas como pontos fortes – é reconhecido também que muitas respostas sociais mais convencionais são pouco

eficientes num quadro de retração dos orçamentos públicos e das famílias e que há uma convergência de interesses na construção de novos modelos de conciliação da vida familiar e profissional, mais atrativo para a população jovem, e de promoção do bem-estar dos mais idosos, mais sustentável a longo prazo.

Sendo certo que a capacidade de atração populacional e a qualidade de vida em Mação depende da evolução de variáveis macroeconómicas, de legislação e de políticas que não estão, em grande medida, sob o controlo dos agentes locais e regionais (o clima financeiro internacional, as leis sobre a imigração e a política fiscal são apenas alguns exemplos), é também verdade que existe um largo espaço de intervenção da autarquia e dos maçaenses:

- na melhoria das condições de emprego e empreendedorismo;
- na prestação de cuidados às crianças e aos idosos e na redução das desigualdades e obstáculos ao acesso aos serviços educativos e sociais;
- na participação ativa de todos os grupos no processo económico, trabalho formal e informal, educação e atividades voluntárias;
- e, em última instância na promoção de uma cultura de coesão social atrativa para os mais novos e mais velhos.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Desenvolvimento de um projetos educativo inovador, aberto à comunidade e orientado para o aumento sustentado do sucesso escolar

O mérito dos esforços diários da comunidade escolar maçaense, ao longo dos últimos anos, em prol do sucesso escolar e no combate ao abandono escolar precoce não deve ser ignorado. O trabalho desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, que engloba todos os Estabelecimentos de Ensino e Educação coincidentes com a área geográfica do concelho de Mação, não só mereceu uma avaliação muito positiva no ultimo relatório disponibilizado pela Inspeção Geral de Educação e Ciência, foi como apontado em vários momentos do processo de auscultação dos atores como um excelente exemplo de um agrupamento como uma cultura organizacional particular e uma ligação afetiva com a comunidade.

De facto, o projeto educativo evidencia alguns fatores distintivos, entre os quais se destacam: o Projeto Aluno 100%, promotor do sucesso educativo conjugado com melhorias de comportamento e assiduidade; um amplo conjunto de projetos e atividades extracurriculares englobando áreas curriculares e de cidadania; o horário adequado aos transportes escolares; e a Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénit, entre outros.

A ligação com comunidade local é evidente não só na colaboração entre a direção e os pais e encarregados de educação, mas também na aposta numa oferta curricular, formativa e de enriquecimento do currículo que responda aos múltiplos interesses e expectativas dos alunos e suas famílias, e na integração competências práticas e

profissionais, com uma aproximação à vida ativa (cursos de educação e formação de jovens e de adultos e cursos profissionais).

A estratégia do agrupamento escolar tem permitido a identificação das áreas com maiores índices de insucesso e a implementação de estratégias de melhoria, mas as carências socioeconómicas e culturais e os ambientes familiares que se refletem num menor acompanhamento escolar dos alunos, com implicações na falta de hábitos de estudo, são fatores que limitam a melhoria dos resultados escolares e que têm também merecido a atenção dos responsáveis.

Esta experiência já acumulada pela comunidade educativa e o foco no atual período de programação no combate ao insucesso escolar justifica portanto uma maior concentração de recursos financeiros, humanos e organizativos na consolidação de um projeto educativo de diferenciador, que funcione como fator de atratividade de jovens famílias.

A adaptação dos processos da escola às características dos alunos, a implementação de percursos escolares diferenciados e a corresponsabilização das famílias no desenvolvimento do percurso escolar das crianças e jovens devem estar no centro deste projeto educativo. A dificuldade na organização e planificação das rotinas escolares, os conflitos com professores e colegas, os problemas de atenção, são questões que devem merecer um apoio individualizado e adequado às dificuldades de aprendizagem que as crianças e jovens enfrentam, tendo em conta a desigualdade com que entram na escola.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Em paralelo, as metodologias de projeto e atividades experimentais, centradas na resolução de problemas reais e pertinentes, devem incentivar uma nova relação entre a prática e a teoria, entre os saberes escolares e os saberes sociais, abrindo a consciência dos alunos para um leque alargado de possibilidades de percursos escolares e profissionais.

Dada a natureza dos recursos endógenos de Mação e dos desafios ao seu desenvolvimento, a educação ambiental e patrimonial emergem neste contexto como instrumentos privilegiados de abertura da comunidade escolar ao território e aos agentes económicos, culturais e sociais. Os projetos mais orientados para a comunidade escolar – por exemplo, a incorporação dos temas nos conteúdos programáticos escolares de História, Educação Visual e Tecnológica, Geografia, Ciências da Natureza, Matemática e Educação Física; programas de separação seletiva de resíduos, reutilização de materiais, redução da impressão em papel e de embalagens, aproveitamento da luz natural e redução do consumo de energia nas escolas; criação de oficinas, clubes e ateliers; realização de feiras, encontros e concursos de ideias – devem ser pensados e implementados de forma a criar efeitos demonstradores junto das famílias, empresas e organizações. Por outro lado, a comunidade também deve ser incentivada a **“voltar à escola”**, aproveitando todas as oportunidades de aprendizagem formal e não-formal.

Sendo certo que as responsabilidades da autarquia e das escolas na oferta de serviços educativos de qualidade e na gestão da rede escolar não começaram com o presente plano estratégico, o que se propõe é priorizar os investimentos na educação, explorar todas as

oportunidades de financiamento de projetos inovadores, dar consistência estratégica a todas as políticas e ações concretas das instituições que operam na área da educação e formação ao longo da vida, e dar protagonismo em todos os espaços e momentos de aprendizagem aos recursos naturais e culturais que mais marcam a identidade do concelho e da região, contribuindo de forma exemplar para formar cidadãos capazes de refletir criticamente sobre o caminho percorrido e o futuro desenvolvimento de Mação.



Agrupamento de Escolas Verde Horizonte Projeto Educativo 2013-2016



3.2 O referencial estratégico de intervenção

Desenvolvimento de projetos inovadores de empreendedorismo e ação social

A multidimensionalidade e complexidade dos fatores de exclusão social, muito em particular num território como Mação em que as dinâmicas demográficas, o modelo de ocupação territorial e a evolução do modelo produtivo ao longo das últimas décadas levantam sérios desafios à gestão da oferta e do acesso a serviços sociais e à promoção da empregabilidade dos grupos em maior risco de exclusão, justificam a pertinência do foco estratégico na inovação social.

Por outro lado, o facto do setor da economia social assumir em Mação um papel crucial na criação de emprego confirma a pertinência de práticas que garantam a sustentabilidade, inovação e eficiência no setor da economia social, nomeadamente através de novos modelos de atuação e de financiamento de iniciativas. Este tema é também alvo de particular atenção no atual quadro de programação, apontando-se um conjunto de objetivos no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego:

- A melhoria da capacidade de atuação e resposta das organizações da economia social (OES);
- O desenvolvimento de modelos inovadores na prestação de serviços sociais;
- A utilização de ferramentas de gestão adaptadas às necessidades das OES e das suas iniciativas de empreendedorismo e inovação social e a atração e retenção de capital humano e de novas competências para o setor da Economia Social;
- A mobilização de outras fontes e recursos financeiros, em particular

de recursos privados, para iniciativas de empreendedorismo e inovação social.

A intervenção da autarquia neste domínio pode assumir duas formas:

Em primeiro lugar como promotor de projetos, por si só ou em parceria com a CIM ou outras entidades, apostando nos projetos com maior impacto e capacidade de replicação noutros contextos, por exemplo sob uma lógica de projeto-piloto (à semelhança do que foi feito no anterior quadro comunitário com o projeto **"Transporte a pedido"**).

Em segundo lugar como financiador e facilitador da inovação e empreendedorismo social seja:

- Dando resposta às atuais falhas de mercado verificadas no acesso, por parte de iniciativas sociais inovadoras, a instrumentos de financiamento adequados (financiamento de projetos de formação, ampliação, qualificação ou modernização de IPSS e outras OES que já operam no concelho e de projetos de novos negócios sociais, isto é projetos sociais que têm condições para obter a sustentabilidade via geração de receita própria numa lógica de mercado) e apoiando financeiramente a criação do próprio emprego;
- Informando e encaminhando potenciais investidores para a oferta regional de espaços de acolhimento e incubação empresarial, para as soluções de I&D disponíveis no Sistema Científico e Tecnológico Regional, para os vários sistemas de apoio a empresas nacionais e regionais e para soluções de microfinanciamento e crowdfunding;
- Fornecendo apoio em diversas áreas e competências complementares às necessidades de cada promotor (comunicação, apoio jurídico, apoio contabilístico, etc).

3.2 O referencial estratégico de intervenção

A pequena escala do concelho e a complexidade dos problemas e necessidades sociais justificam que esta intervenção da economia explore plenamente todas as oportunidades de financiamento disponíveis no atual quadro de programação mas também as oportunidades de parcerias com investidores sociais: a Santa Casa da Misericórdia, a Fundação EDP, a Fundação Calouste Gulbenkian e a

Associação Nacional de Direito ao Crédito são exemplos de organizações com trabalho feito no domínio da promoção do empreendedorismo e inovação social e que se assumem como investidores sociais que podem suprir falhas de mercado no acesso das OES ao financiamento.

O Banco de Inovação Social da Santa Casa da Misericórdia

O BIS – Banco de Inovação Social foi lançado no dia 30 de abril pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e agrega 27 Instituições, entidades e empresas públicas e privadas que investem os seus ativos na promoção da inovação social. É missão e propósito do BIS promover a inovação social, estimulando a sociedade a participar e a colaborar ativamente na configuração de soluções inovadoras e sustentáveis para os problemas, necessidades ou desafios sociais.

As iniciativas e atividades do BIS dividem-se nos seguintes programas:

- Cultura, Educação e Cidadania - tem como objetivo promover uma cultura de inovação social junto dos cidadãos através de programas educativos dirigidos a estudantes. Destaca-se em particular o concurso INOVA - concurso de ideias dirigido aos jovens, dos 6 aos 25 anos, que visa criar condições para o desenvolvimento de ideias potencialmente eficazes, sustentáveis e inovadoras para a resolução de um problema, fazendo da experimentação e avaliação de resultados o eixo essencial da transformação de ideias em soluções/respostas. À ideia vencedora serão dadas condições para ser colocada em prática através da

realização de um estágio profissional.

- Experimentação Social - tem como objetivo estimular e facilitar a criação, experimentação e disseminação de novos produtos e serviços, medidas, processos e modelos diferentes de organização das respostas às necessidades sociais mas também a reaplicação de soluções já existentes ou a transferência dessas soluções para um outro setor da sociedade. O Centro de Experimentação e Inovação Social (CEIS) é o local onde se desenvolvem as atividades do Programa e, em particular, o projeto de experimentação social United at Work. O espaço, desenhado para inspirar e alimentar o processo criativo, a interação e colaboração entre os diferentes ocupantes e o público, inclui as seguintes valências: Observatório de identificação de oportunidades de negócio social; Laboratório de ideias e cocriação; Oficinas de capacitação e aceleração de projetos inovadores; Espaços de co-work e incubação de empresas; Espaços de exposição e divulgação de produtos e serviços; Espaços de debate e lazer (lounge)

3.2 O referencial estratégico de intervenção

O Banco de Inovação Social da Santa Casa da Misericórdia

- Apoio a empresas sociais: tem como objetivo o apoio à criação de empresas sociais que respondam, de forma inovadora e sustentável, a necessidades sociais previamente identificadas pelos parceiros do BIS como prioritárias. O programa está estruturado nas seguintes fases:

1ª Fase: Convocatória e Seleção dos projetos por parte do Conselho Operacional do BIS, avaliação do Plano de Negócios, identificação das necessidades dos projetos selecionados, celebração do Contrato Programa para o desenvolvimento do projeto e atribuição de Tutores;

2ª Fase: Plano de Capacitação dos empreendedores com vista à elaboração do Plano de Negócio;

3ª Fase: Incubação no Centro de Experimentação e Inovação Social BIS com vista ao desenvolvimento dos negócios. Pretende-se proporcionar um espaço de trabalho e acolhimento aos empreendedores que potencie a criação de sinergias com vista à constituição de uma Comunidade Empresarial;

4ª Fase: Step out: Fase final do Programa com a autonomização

dos negócios.

- Fundo BIS: Constituído pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pelo Montepio Geral, pela Santa Casa da Misericórdia do Porto e pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, o Fundo BIS é uma reserva financeira que irá ser transformada numa estrutura de fundos com personalidade jurídica de forma a poder desenvolver a política de investimento social definida pelos seus Membros. O Fundo BIS orienta a sua política de apoio para o investimento em negócios e empresas sociais, para a prestação de garantias para facilitar o acesso ao microcrédito. Adicionalmente o Fundo concede anualmente um Prémio a um projeto de excelência no âmbito da Inovação Social.

Fonte: Santa Casa da Misericórdia

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Sem prejuízo de na fase de implementação do plano de ação se definirem de forma mais específica os domínios de política onde se considera prioritário o desenvolvimento de abordagens inovadoras, o diagnóstico aconselha desde já uma particular a atenção a:

- Projetos de inclusão ativa de grupos em risco de exclusão social devido à perda de emprego ou à fragilidade do vínculo com o mercado de trabalho, sendo fundamental criar soluções inovadoras de promoção de formação pré-profissionalizantes (capacitação para inclusão, formações básicas e qualificação para a inserção) e profissionalizante e de apoio à integração no mercado de trabalho (incluindo a criação do próprio emprego);
- Projetos de capacitação das organizações da economia social, pelo seu papel chave na dinâmica de criação de emprego - sendo fundamental criar soluções inovadoras que promovam a sua sustentabilidade financeira, tornando-as menos dependentes de apoios públicos e promovendo níveis acrescidos de eficiência e eficácia das respostas sociais ;
- Projetos de diversificação dos serviços sociais, de saúde e proteção social orientados para a população mais idosa. Mais do que a consolidação da rede de equipamentos é a qualificação dos serviços coletivos de apoio á população mais velha que constitui uma prioridade, devendo ser privilegiada a geração de sinergias entre recursos institucionais (infraestruturas e recursos humanos especializados) e recursos da comunidade (rede familiar e de vizinhança), a implementação de processos mais eficientes (nomeadamente através da exploração das oportunidades proporcionadas pelas tecnologias de informação), a facilitação do

acesso aos serviços sociais, o incentivo a uma vida independente e ativa dos idosos, o desenvolvimento da interação social e o combate ao isolamento e exclusão social dos mais velhos. Entre as possíveis áreas de intervenção podemos destacar a prevenção e diagnóstico precoce de doenças associadas à velhice, desporto e hábito de vida saudáveis, mobilidade e prevenção de quedas, monitorização remota da saúde e teleassistência, turismo sénior, aprendizagem ao longo da vida e voluntariado.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Envelhecimento ativo na região Centro

O investimento na integração e coordenação de políticas sociais de inclusão ativa e de apoio ao envelhecimento ativo enquanto oportunidade potencialmente geradora de atividade económica e social afigura-se como uma prioridade para o desenvolvimento da Região Centro.

A aposta em novas abordagens associadas à medicina preventiva e de reabilitação, ao bem-estar, envelhecimento ativo e saudável, potenciando igualmente o turismo de bem-estar são algumas das algumas das estratégias delineadas pelo PO Centro neste sentido. Concretamente, no âmbito do Eixo Prioritário V APROXIMAR e CONVERGIR, as Prioridades de Investimento 9.1 e 9.6 do OT 9 preveem o apoio ao envelhecimento ativo enquanto oportunidade potencialmente geradora de atividade económica e social em territórios da coesão, visando contribuir para o OT 2: Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade: aumentar os conhecimentos e a familiaridade dos idosos e de outros grupos sociais desfavorecidos com as TIC de forma a melhorar a sua capacidade de aceder a serviços eletrónicos, rentabilizando os investimentos realizados nas infraestruturas e nas redes.

Ainda nesse sentido, o Consórcio InnoLife foi o vencedor do projeto “**Vida Saudável e Envelhecimento Ativo**” do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT), tendo sido selecionado como “Knowledge and Innovation Community” (Comunidade de Conhecimento e Inovação) – KIC – para a Saúde. O consórcio conta com uma rede de 140 empresas europeias, centros de investigação e

universidades. Com um volume total de 2,1 milhares de milhões de euros, é uma das maiores iniciativas públicas de saúde financiadas em todo o mundo. A participação neste consórcio da Universidade de Coimbra, conjuntamente com a rede Ageing@Coimbra, permitirá potenciar o setor da Saúde e da Inovação, da região Centro de Portugal.

O principal objetivo do consórcio Ageing@Coimbra é melhorar a vida dos cidadãos idosos na Região Centro de Portugal através de melhores serviços sociais e cuidados de saúde, assim como da criação de novos produtos e serviços inovadores e o desenvolvimento de novos meios de diagnóstico e terapêuticas. O Ageing@Coimbra atua através dos seguintes grupos de ação: adesão à terapêutica; prevenção de quedas; prevenção da fragilidade; monitorização remota de saúde; e serviços amigos do idoso. Enquanto Região Europeia de Referência, o projeto Ageing@Coimbra deverá identificar, implementar e replicar projetos e programas de boas práticas inovadoras no domínio do Envelhecimento Ativo e Saudável. As boas práticas identificadas em regiões de referência poderão ser replicadas noutras regiões da Europa, abrindo espaço para a inovação social e para o reforço da competitividade da indústria europeia de inovação no domínio da geriatria e do apoio ao idoso.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

Gestão do património histórico e cultural

Mação partilha com outros territórios da região Centro uma matriz rural, a que se associa um conjunto de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças também em grande medida comum, principalmente no que respeita aos desafios da gestão e valorização dos recursos naturais, culturais e humanos num quadro de baixa densidade populacional e empresarial. No entanto, a experiência de trabalho entre o ITM, o IPT e a autarquia, analisada na fase de diagnóstico, permite (e justifica) uma abordagem diferenciada às questões da gestão do território e do património que promova “quer o avanço da investigação no domínio da cultura na sua relação com as ciências da terra e da vida, quer a compreensão na sociedade de uma nova relação entre a cultura, tecnologia e **economia**” ⁽¹⁾.

Desenvolvimento de um pólo internacional de ciências humanas e de um exemplo de integração social através da cultura e da arte

O ciclo de fundação do Museu de Arte Pré-Histórica de Mação (Museu Municipal), do Centro de Estudos Politécnicos de Mação e dos grupos de pesquisa do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra com sede em Mação está concluído, reconhecendo-se nos vários documentos estratégicos do ITM a necessidade de repensar, alargar e consolidar a sua intervenção em parceira com a autarquia.

A atividade do Museu/ITM, na sua relação com a autarquia e com os maçaenses, tem sido operacionalizada através de quatro instrumentos principais: a exposição permanente e a biblioteca especializada do Museu; os roteiros arqueológicos; os espaços de memória em diversas

freguesias, a formação superior, as redes de intercâmbio e os projetos internacionais que trazem a Mação um elevado número de visitantes. A participação da autarquia no desenvolvimento futuro destes instrumentos, em particular na forma como pode ser otimizado o seu impacto na dinamização do tecido social e económico local e regional, organiza-se em dois grandes domínios de intervenção:

- Reforço das funcionalidades do Museu e biblioteca e criação de um Conselho de Desenvolvimento Territorial assumindo o ITM e Mação como um pólo internacional de referência em ciências humanas. O projeto do Ano Internacional do Entendimento Global e a posição do ITM no Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas são oportunidades que devem ser aproveitadas com o objetivo da reflexão internacional sobre o sentido e a função das humanidades nas sociedades do século XXI passar também por Mação, reforçando a capacidade de atração de investigadores, estudantes e investidores.

A ampliação e reorganização dos laboratórios, da biblioteca e dos espaços expositivos implica repensar a inserção das instalações ITM/Museu na malha urbana da Vila de Mação, objetivo que só poderá ser concretizado em parceira com a autarquia. A estruturação de uma oferta em rede de espaços museológicos, de formação orientada para as necessidades da fileira florestal e da agro-indústria, de projetos de educação ambiental e gestão territorial em diálogo com as comunidades locais, são também linhas de intervenção em que o envolvimento da autarquia, como copromotor e facilitador, é um fator crítico de sucesso.

(1): ITM, *Mação, o Médio Tejo e a projeção internacional de Portugal, para o reforço da União Europeia*, 2014

3.2 O referencial estratégico de intervenção

- Promoção da inclusão social por via da cultura, desde a dinamização de práticas artísticas (nomeadamente junto das associações recreativas locais) até à criação de novos públicos, passando pela remoção de barreiras nos espaços, equipamentos e eventos culturais (barreiras arquitetónicas, mas também as relacionadas com a distância aos principais pólos culturais, como acesso aos materiais de divulgação da programação e com a literacia digital), pelo apoio à criação do próprio emprego nas áreas socioculturais e

ainda pela dinamização de projetos integrados de base cultural de desenvolvimento local, associando a participação cultural e artística com o aumento dos sentimentos de pertença do indivíduo na comunidade e com a proteção, divulgação e valorização económica dos recursos endógenos.



3.2 O referencial estratégico de intervenção

A estratégia de desenvolvimento de Mação no contexto do Médio Tejo

Como já foi referido na análise do diagnóstico económico e social, o concelho de Mação inclui-se na nova região do Médio Tejo (RMTE) perspectivada no horizonte 2014-2020, composta por treze concelhos: os 11 concelhos que já compunham a NUTS III Médio Tejo (Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Mação – embora Mação, para efeitos das estatísticas publicadas pelo INE, continue integrado no Pinhal Interior Sul), a que se juntam dois concelhos anteriormente integrados no Pinhal Interior Sul (Sertão e Vila de Rei).

A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) reconheceu a pertinência de despoletar um processo de trabalho que viesse a culminar numa estratégia de desenvolvimento integrado de base territorial, que fosse participada e partilhada, nos seus objetivos e ambição, pelos atores da região.

O documento “Médio Tejo 2020: Plano Estratégico de Desenvolvimento 2014-2020” foi pensada à luz das lições da experiência do QREN, visando dar continuidade aos procedimentos positivos do processo de implementação e execução estratégica que entretanto se desenrolou e introduzir as correções consideradas pertinentes, tendo, cumulativamente, em consideração os desafios atuais.

A **Visão Médio Tejo 2020** traduz-se, assim, no alcance de uma região renovada e cooperante:

- que garante o **equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a modernização rural**, especialmente relevante num território de diversidades no perfil de povoamento e que deve ambicionar configurar uma **constelação urbana com gestão inteligente**;
- que harmoniza a **valorização do seu potencial endógeno** com a preservação do(s) seu(s) património(s), articulando sustentabilidade e potenciação económica dos recursos regionais, e equilibrando objetivos de robustecimento das fileiras produtivas complementares dos diversos elos da cadeia turística de uma região com uma **identidade** consensual;
- que promove a aquisição de competências e capacidades em prol da **diferenciação social e empresarial**;
- que aproveita a sua **centralidade rodoferroviária para conferir vantagens de localização às empresas** e que operacionaliza os mecanismos de articulação entre o universo empresarial, académico e tecnológico numa lógica de **especialização inteligente**;
- que estimula uma plena viragem para a **internacionalização** nas diferentes frentes de afirmação regional, nomeadamente, das empresas e dos produtos e serviços e do património;
- e que rentabiliza os investimentos que realiza, desenvolvidos sob os princípios da **racionalidade económica e da concentração em áreas estratégicas** para a região.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

A concretização da Visão Médio Tejo 2020 pressupõe a construção de uma estratégia de desenvolvimento territorial que objetive, em sede de orientações estratégicas a prosseguir entre 2014-2020, as linhas de atuação conducentes ao futuro ambicionado para a região.

A estratégia de desenvolvimento territorial para 2014-2020 refunda a estratégia de desenvolvimento territorial do PTD 2007-2013, uma vez que se reconhece que os eixos estratégicos que a sustentam mantêm a sua atualidade, o que justifica um processo de planeamento estratégico de continuidade, ao mesmo tempo que se introduzem inovações estratégicas que personalizam à escala regional, os desafios nacionais e europeus para o novo período de programação estrutural.

Apresenta-se de seguida a coerência entre a estratégia regional e o caminho aqui apontado para Mação, procurando também identificar os contributos do concelho para a concretização dos objetivos regionais.

A estratégia para o Médio Tejo 2020 (Figura 5) sustenta-se em cinco orientações estratégicas, que se aglutinam em:

- duas orientações estratégicas de base – “OE1. Valorização dos recursos endógenos e do potencial **turístico**” e “OE2. Incorporação de valor na atividade **empresarial**” – no sentido em que se assumem como motores que criam condições de atuação sistémica dirigida à promoção de objetivos complementares de coesão económica e social e de sustentabilidade de padrões de atratividade da região.

A valorização dos recursos endógenos encontra pertinência enquanto aposta estratégica do concelho de Mação, dada a grande diversidade de valências endógenas locais, com destaque para os recursos florestais e culturais. São estas potencialidades intrínsecas

ao território, que lançam os desafios da preservação e, simultaneamente, da valorização económica, em Mação e no Médio Tejo.

Na visão global e ambiciosa para a valorização do espaço rural e florestal em Mação emergem duas lógicas de produção que configuram apostas suficientemente sólidas para a criação sustentada de emprego e riqueza no concelho: a produção florestal e agrícola e a fileira agroalimentar, numa lógica integrada em que a cooperação entre produtores e proprietários é fator chave de sucesso. Estas lógicas encontram também reflexo na orientação estratégica 2 da região do Médio Tejo, que assume como objetivo geral a capacitação do tecido produtivo, no primado de uma competitividade empresarial assente na diversificação da base económica e num compromisso regional de parcerias e de partilha de conhecimento e promoção da inovação.

- duas orientações estratégicas complementares – “OE3. Promoção da coesão e da qualidade de **vida**” e “OE4. Consolidação da massa crítica **urbana**” – no sentido em que beneficiam de importantes reflexos resultantes de intervenções assumidas no âmbito de outras orientações estratégicas, que se conjugam com iniciativas especificamente assumidas com objetivos de promoção da qualidade de vida na região e de valorização de modelos urbanos de vivência perfeitamente integrados numa envolvente natural aprazível e de grande beleza.

3.2 O referencial estratégico de intervenção

A promoção da coesão e da qualidade de vida encontra particular pertinência num concelho como Mação que tem vindo a perder população a um ritmo preocupante, com consequências mais visíveis no esvaziamento das zonas rurais e onde as debilidades que se verificam no funcionamento em rede entre agentes locais e regionais ainda constituem um obstáculo à promoção da coesão económica, social e territorial.

Destaca-se em particular, a coerência que ambas as estratégias, a local e a regional, no que respeita ao papel fundamental do modelo educativo na promoção da coesão na região e à importância do compromisso entre os vários atores para a criação de modelos de ação e proteção social em rede, capazes de criar sinergias, reduzir custos e sobreposições de atuação e garantir respostas adequadas às necessidades da população.



4. Plano de ação

Projetos estruturantes

O plano de ação constitui o instrumento de operacionalização dos eixos de intervenção, integrando os projetos que conduzem à prossecução dos objetivos. O plano de ação aqui definido é uma proposta dinâmica, constituindo um referencial aberto a novas ações e/ou entidades que se enquadrem nas prioridades e objetivos da estratégia.

A natureza do processo de construção do plano estratégico de desenvolvimento de Mação rapidamente evidenciou que a abordagem aos problemas e tendências identificadas no diagnóstico nunca seria completa se o plano de ação se confinasse a ações da responsabilidade exclusiva do Município, pelo que se espera que a intervenção no território venha a envolver, mobilizar e responsabilizar parceiros locais, regionais e nacionais, públicos privados. Assim, ainda que a definição da visão e da estratégia de desenvolvimento seja uma iniciativa do Município de Mação, o plano de ação identifica as intervenções da responsabilidade de outros atores que, a não serem concretizadas, colocam em causa a concretização da visão estratégica.

Por um lado, a inclusão, neste plano de ação, de iniciativas que ultrapassam a esfera específica de execução da administração local sublinha o papel do Município enquanto mobilizador, facilitador e agregador de contributos, iniciativas e investimentos. Por outro, esta abordagem recomenda que as diversas entidades envolvidas na dinamização e operacionalização dos vários investimentos e iniciativas, assumam responsabilidades verdadeiramente executivas na sua implementação, e que vão aprofundando os respetivos detalhes operacionais à medida que o processo de implementação for decorrendo, e que o encaixe financeiro se for consolidando. Esta

abordagem exige ainda uma especial atenção ao equilíbrio entre critério de autonomia das diversas entidades na implementação dos seus investimentos e iniciativas e a atuação coerente e concertada entre estas entidades.

Optou-se por organizar as ações em projetos estruturantes, por forma a proporcionar uma apreensão e leitura facilitada, selecionados de acordo com os seguintes princípios:

- Adequação e pertinência face às conclusões do diagnóstico - numa primeira etapa, procedeu-se a um levantamento relativamente detalhado dos projetos que estavam idealizados e dos projetos relativamente aos quais se manifestava a urgência de execução, consultaram-se os parceiros potenciais e promoveu-se o debate sobre o futuro do concelho, quais os objetivos a atingir no curto, médio e longo prazos, e qual o caminho a percorrer para atingir os fins propostos.
- Seletividade e integração de diferentes tipologias e atores - efetuado o levantamento inicial foi necessário restringir os projetos a incluir no plano de ação a intervenções estruturantes e com uma dimensão suficientemente notória, abandonando as pequenas intervenções de gestão corrente que fazem parte da atividade de qualquer executivo municipal (e que serão certamente executadas à medida das necessidades). Os critérios que presidem à sua assunção como projetos estruturantes prendem-se com o simbolismo que possa representar a sua concretização, com o efeito desbloqueador que possam exercer na concretização de outros projetos e/ou iniciativas e o seu contributo para a concretização dos objetivos gerais e específicos.

4. Plano de ação

Optou-se por apresentar para cada projeto estruturante grandes tipologias de ação, confirmando assim o caráter aberto e dinâmico do plano de ação, permitindo no futuro a inclusão de ações que apresentam atualmente uma menor maturidade mas que venham a ser consolidados. Ainda assim, são assinalados junto da respetiva tipologia, investimentos e iniciativas concretas que já têm uma maior maturidade.

- Adequação ao quadro regulamentar e de financiamento: o plano de ação proposto não se limita a tipologias para as quais existe expectativa de financiamento no âmbito dos fundos comunitários mobilizáveis no Portugal 2020, sob pena de ser um critério

altamente limitador da sua ambição e inovação. No entanto, foi feita uma avaliação realista da capacidade de concretização do plano de ação, visando a otimização desta fonte de financiamento. Como tal, os projetos incluídos neste plano de ação não se circunscrevem ao horizonte temporal de referência de 2020 (os projetos têm diferentes níveis de maturidade), sendo necessário ter presente que a sua concretização está sujeita, naturalmente, aos ritmos e prioridades diferenciadas de quem os executa.

Apresentam-se de seguida as fichas de projeto, com a descrição dos objetivos específicos, da pertinência, das tipologias de ação, dos fatores críticos de sucesso e dos parceiros a envolver.

1	Zona Piloto de Intervenção Florestal em Mação <i>Programa de desenvolvimento do sistema agroflorestal</i>
2	Valorização dos recursos endógenos
3	Inovação social e empreendedorismo
4	Projeto educativo
5	Cultura para Todos
6	Evento Dia Aberto: “Venha conhecer Mação”

1

Zona Piloto de Intervenção Florestal em Mação

Programa de desenvolvimento do sistema agroflorestal

O projeto visa a implementação no território de uma nova gestão de ordenamento e planeamento dos espaços florestais, em parceria com os proprietários, com vista à sua sustentação e viabilização económica. O projeto pretende constituir uma experiência piloto de implementação da legislação em vigor, de práticas e modelos de gestão inovadores, por forma a testar os custos e as dificuldades inerentes, e assim construir soluções que possam ser divulgadas e replicadas em muitas outras ZIF do país.

A experiência passada demonstra que um dos fatores críticos de sucesso é a definição do modelo de gestão para os proprietários interessados e disponíveis para a administração total das suas propriedades. Neste sentido propõe-se a criação de um **“veículo”** autónomo – Sociedade de Gestão Territorial - de cariz empresarial com uma solidez jurídica que lhe permita efetuar contratos de cedência do direito de exploração das propriedades com a garantia de remuneração aliciante. A forma jurídica desta sociedade encontra-se ainda em discussão, podendo assumir diferentes formas, nomeadamente, Sociedade por Cotas ou inclusivamente uma Sociedade Anónima. Este modelo deverá incentivar o aumento do investimento e produção do setor agroflorestal e simultaneamente facilitar a implementação de instrumentos de prevenção e gestão do risco mais eficazes e eficientes.

Tendo em consideração a diversidade de funções desempenhadas pelos espaços florestais e a abordagem da sua gestão numa perspetiva de uso múltiplo, foram definidas três funções preferenciais para a área de intervenção, as quais constituem o suporte básico para as intervenções preconizadas: produção, silvopastorícia e caça, proteção ambiental e combate à erosão, recreio e lazer. Procura-se desta forma maximizar as potencialidades da área de intervenção, mantendo um equilíbrio entre a aptidão para determinadas ocupações, a exploração de áreas de negócio relacionadas com a paisagem rural, como a certificação de produtos de qualidade de base local e o turismo rural, e a sustentabilidade dos recursos naturais.

Pretende-se que a intervenção não só contribua para uma gestão eficiente e proteção dos recursos, para a diversificação e desenvolvimento de atividades económicas criadoras de riqueza e de emprego, e para inserção dos produtos agroalimentares e florestais em novos mercados, mas também para o reforço da capacidade de resposta do setor agroflorestal às mudanças tecnológicas e científicas, privilegiando o recurso a parcerias que incluam os produtores, as empresas, as universidades e as entidades de I&D.

Objetivos:

- Renovação do tecido empresarial, aumento do emprego, da produção, da transformação e comercialização de produtos florestais, agrícolas e turísticos
- Utilização continuada dos solos e manutenção da paisagem rural
- Desenvolvimento de novos produtos, processos ou tecnologias

Pertinência (elementos do diagnóstico que justificam o projeto):

- Recursos naturais, tradição, conhecimento e know-how no setor florestal
- Fragmentação da propriedade, ausência de intervenção por parte dos proprietários, ameaça de esvaziamento das comunidades rurais e riscos de incêndio
- Novo enquadramento regulamentar das ZIF e incentivos disponíveis do Programa de Desenvolvimento Rural 2020

1

Zona Piloto de Intervenção Florestal em Mação

Programa de desenvolvimento do sistema agroflorestal

Tipologias de investimento e ações:

Gestão Florestal

- Beneficiação de povoamentos e instalação de novos povoamentos, recorrendo-se, nalgumas situações, à substituição da espécie existente
- Aumento da área agrícola, privilegiando as culturas do olival, da vinha e, com menor expressão, os pomares de marmeleiro e limoeiro
- Afetação de zonas com características orográficas específicas (altas e declivosas), próximas de linhas de água, onde se fará uma gestão de combustível com recurso ao pastoreio com gado caprino, conciliando outras áreas para a produção de forragens; introdução um efetivo pecuário compatível no 2º-3º ano após a instalação
- Aquisição e instalação de colmeias com enxame, com vista ao desenvolvimento da apicultura na área de intervenção
- Melhoria das condições do habitat, alimentação e proteção das espécies cinegéticas existentes, nomeadamente através da aquisição e instalação de bebedouros, comedouros, campos de alimentação, e de ações de repovoamento e outras que permitam o controle de predadores
- Minimização dos processos erosivos através da instalação de espécies florestais em zonas de solos esqueléticos ou de elevados declives; arborização das margens das linhas de água com espécies ripícolas
- Recuperação dos moinhos de vento e água (azenhas), criação de caminhos pedestres e respetiva sinalética e beneficiação do parque de merendas

Defesa da floresta

- Construção e manutenção da rede viária florestal
- Execução de dois pontos de água com vista à melhoria da rede de pontos de água existente
- Instalação de faixas de gestão de combustível, onde se irá promover a redução da densidade de árvores existentes com recurso a meios mecânicos e/ou moto manuais, ou onde se irá promover à eliminação total do combustível; instalação de faixas recorrendo a folhosas ou outras espécies de baixa combustibilidade
- Sistema de apoio à decisão e monitorização de incêndios florestais

Certificação florestal

- Aplicação dos princípios e critérios do sistema de gestão florestal sustentável (PEFC / FSC)

Mercado de Carbono

- Compensação financeira da fixação de carbono que irá ser realizada na área de intervenção, tendo em conta as propostas apresentadas para a instalação de novas áreas florestais, nomeadamente as que serão constituídas por espécies autóctones

Proteção contra agentes bióticos

- Implementação de metodologias de controlo de pragas e de espécies lenhosas invasoras e posteriormente, recuperação e monitorização das áreas intervencionadas

1

Zona Piloto de Intervenção Florestal em Mação

Programa de desenvolvimento do sistema agroflorestal

Tipologias de investimento e ações:

Inovação, divulgação, sensibilização e formação

- Ações de divulgação da ZIF e do trabalho desenvolvido, junto de potenciais investidores, outras ZIF e empresas da fileira florestal, autarquias, comunidades intermunicipais e da administração central
- Reabilitação de edifício para sede de ZIF; reabilitação de espaços para reuniões, formação, ações de sensibilização
- Ações de qualificação de recursos humanos, nomeadamente em domínios relacionados com os processos produtivos, a transformação e comercialização dos produtos, a gestão agrícola e florestal sustentável
- Aconselhamento técnico dos agricultores, produtores e eventuais investidores, nomeadamente sobre novos processos e tecnologias e os apoios disponíveis no quadro do Programa de Desenvolvimento Rural 2020
- Desenvolvimento de parcerias entre a ZIF e entidades do SCTN, de forma a colocar os problemas da produção florestal e do desenvolvimento rural na agenda de inovação e incentivar a incorporação do conhecimento relevante no tecido produtivos, nomeadamente, nas áreas da proteção/promoção da biodiversidade e dos recursos naturais, melhoria na eficiência na utilização da água e da energia, utilização de fontes de energia renovável, resíduos e subprodutos e sequestro de carbono
- Ações de sensibilização junto das escolas e da comunidade, nomeadamente nas áreas da melhoria na eficiência da utilização dos recursos naturais, gestão dos resíduos, energias renováveis, preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais

Fatores críticos de sucesso:

- Notoriedade do projeto e capacidade de lobbying junto da administração central
- Modelo de gestão, de cariz empresarial, que incentive a adesão de proprietários e produtores
- Adequação do quadro regulamentar e dos apoios disponíveis no quadro do Programa de Desenvolvimento Rural 2020 às necessidades da ZIF

Parceiros

CM Mação, entidades gestoras das ZIF, AfloMação, AmarMação, produtores e proprietários

2 Valorização dos recursos endógenos

A identidade maçaense é indissociável das especificidades e qualidades dos seus produtos agrícolas e alimentares, sendo o presunto, os enchidos e ensacados, o azeite, as azeitonas e o mel os produtos com maior tradição e aqueles que obtém maior projeção. Não obstante as dificuldades de afirmação da fileira agroalimentar local em mercados globais, a indústria agroalimentar, em particular a da transformação de carnes e enchidos, permanece como um dos principais empregadores do concelho, importando criar condições para a sua renovação e sustentação futura.

Pretende-se com o projeto não só dar continuidade ao esforço de criação e divulgação das marcas Mação e Mação Catedral o Presunto, mas também apoiar a renovação da estrutura produtiva agroindustrial, através do apoio a iniciativas empresariais, estimular as dinâmicas colaborativas entre produtores, numa lógica de serviços partilhados e de funcionamento em rede, criar espaços de comercialização de produtos agrícolas e transformados e associar a agenda cultural do concelho à marca Mação, aproveitando esses momentos de reunião das comunidades locais e de atração de visitantes para gerar notoriedade da marca e promover os produtos locais.

Em paralelo, visa-se desenvolver o turismo e outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente os produtos locais e o património cultural e natural.

Objetivos:

- Renovação do tecido empresarial, aumento do emprego e da produção local de qualidade (produtos DOP e certificados)
- Aumento da capacidade de alojamento em espaço rural e do número de visitantes
- Desenvolvimento de novos produtos, processos ou tecnologias

Pertinência (*elementos do diagnóstico que justificam o projeto*):

- Recursos naturais, tradição, conhecimento, know-how e emprego gerado no setor agroalimentar
- Investimento na marca Mação
- Constituição da Associação AmarMação
- Riqueza e diversidade da agenda cultural e associativa

2 Valorização dos recursos endógenos

Tipologias de investimento e ações:

- Formação e ações de informação de investidores e empresários do setor turístico e agroalimentar, nomeadamente sobre novos processos e tecnologias e apoios disponíveis no Portugal 2020 que visem o reforço da capacidade produtiva, a melhoria da gestão de recursos e redução de custos, a adaptação a imposições legais ou regulamentares, a internacionalização, a organização de produtores e a cooperação empresarial
- Concentração de estruturas produtivas e qualificação de espaços de acolhimento empresarial. Para além da facilitação de investimentos privados, nomeadamente através do aconselhamento e apoio técnico a potenciais investidores, prevê a criação de espaços para implementar e dinamizar a instalação de empresas, preferencialmente ligadas aos produtos locais, dotadas de condições de funcionamento a custos reduzidos: Nova Incubadora de Empresas na Zona Industrial
- Promoção do emprego por conta própria e apoio ao investimento gerador de emprego: Programa de Incentivos Mação 2020
- Organização e promoção da agenda cultural e associativa concelhia sob o “chapéu” da marca Mação (ou outra marca coletiva a criar)
- Criação de mercados de produtores regulares e outros espaço de comercialização e consumo; apoio a processos de certificação, criação de marcas coletivas, participação em feiras e outras ações de promoção dos produtos locais
- Investimentos na proteção, conservação e qualificação do património local, incluindo a criação de melhores condições de visitação e de infraestruturas turísticas de pequena escala - centros de interpretação, miradouros, núcleos museológicos – de rotas, trilhos, animação turística e valorização de outros fatores distintivos: reabilitação do património concelhio classificado, Rota da Água e do Vento e Miradouros de Mação - Relevo e Paisagem e Mação Centro Geométrico de Portugal
- Qualificação das margens do rio Tejo e outras zonas ribeirinhas tendo em vista a sua fruição por residentes e visitantes e projetos de valorização do rio Tejo enquanto elemento identitário regional, nomeadamente no âmbito da plataforma Viver o Tejo; reabilitação das margens da Ribeira de Eiras e construção de ciclovias: monitorização da qualidade e intervenção nas infraestruturas das praias fluviais existentes;
- Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais (espólio documental e material, artes e ofícios, folclore, música, trajes, receituário gastronómico): Arte e Povoamento na Pré-História e Mação com História - Festas e Tradições

Fatores críticos de sucesso:

- Notoriedade da marca Mação
- Qualidade e capacidade de diferenciação dos produtos locais

Parceiros

CM Mação, AmarMação, Nersant (Viver o Tejo), produtores e proprietários

3 Inovação social e empreendedorismo

O projeto visa diversificar a oferta de serviços sociais, incentivando o desenvolvimento de serviços de proximidade e privilegiando a geração de sinergias entre os recursos institucionais e os recursos da comunidade (rede familiar e de vizinhança). Reconhecendo o papel que o terceiro setor desempenha no concelho enquanto empregador (em particular da população feminina) o projeto visa também a capacitação das IPSS que atuam no concelho e o apoio à criação, implementação e desenvolvimento de negócios sociais com respostas inovadoras que se distingam das respostas tradicionais na resolução de problemas sociais pelo seu potencial de impacto e sustentabilidade.

Para além do recurso à Iniciativa Portugal Inovação Social, para a qual foi canalizada uma parcela importante de fundos estruturais europeus do novo ciclo de programação 2014-2020, o projeto assenta na constituição de parcerias com investidores sociais com experiência na criação de programas de apoio a negócios sociais e à experimentação social e de instrumentos de financiamento inovadores, como o microcrédito e o crowdfunding (por exemplo a Santa Casa da Misericórdia, a Fundação EDP, a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, e Fundação Calouste Gulbenkian).

Entre as necessidades emergentes em Mação, destacam-se as decorrentes da tendência de envelhecimento populacional e do risco de isolamento das comunidades mais rurais e envelhecidas, pelo que as ações propostas têm um forte foco nos cuidadores e na sua qualificação, na melhoria da capacidade de resposta e reconversão de equipamentos e serviços sociais e de saúde, no envelhecimento ativo, na promoção do contacto intergeracional e na construção de soluções de proximidade e/ou de mobilidade dos cidadãos.

Em paralelo, e considerando a decisão de canalizar para o PO Regional o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo Social Europeu (FSE), cuja aplicação será realizada de forma articulada para maximizar os seus resultados, o projeto prevê apoios à criação do próprio emprego e ao investimento gerador de emprego, visando explorar as vantagens de uma gestão de maior proximidade.

Objetivos:

- Diversificação e qualificação das respostas sociais

Pertinência (*elementos do diagnóstico que justificam o projeto*):

- Riscos sociais: envelhecimento, isolamento, desemprego
- Peso das IPSS no perfil de emprego do concelho

3 Inovação social e empreendedorismo

Tipologias de investimento e ações:

- Medidas de apoio à criação de emprego por conta própria ou por via do empreendedorismo de cariz local, incluindo apoios financeiros e a criação de novos espaços de acolhimento empresarial: Programa de Incentivos Mação 2020 e Nova incubadora de Empresas na Zona Industrial
- Apoio à criação e desenvolvimento de negócios sociais de elevado potencial de impacto, que contem com o apoio e cofinanciamento de investidores sociais
- Construção, reconversão, ampliação e qualificação dos espaços físico e equipamentos de IPSS, com vista à adaptação a novas necessidades, respostas e tecnologias, à garantia do acesso de todos os cidadãos, independentemente das respetivas capacidades motoras e local de residência, à melhoria da eficiência energética e da gestão dos custos, à cooperação e trabalho em rede: reforço da cobertura concelhia em equipamentos de saúde e sociais e recuperação e adaptação do antigo edifício dos Bombeiros Voluntários de Mação para um Centro de Atividades Ocupacionais
- Planos de capacitação das IPSS que incluam, nomeadamente, consultoria e formação certificada
- Constituição de uma rede de cuidadores de proximidade e ações de prevenção de riscos, adesão à terapêutica, monitorização da saúde e suporte ao doente em casa ou na comunidade através do uso de tecnologias
- Atividades culturais, desportivas educacionais e de convívio, com carácter regular e promotoras da autonomia e integração social dos idosos e do contacto entre gerações

Fatores críticos de sucesso:

- Difusão do conhecimento sobre projetos inovadores e apoios disponíveis
- Adesão das IPSS

Parceiros

CM Mação, IPSS, Rede Social/CLAS de Mação, Santa Casa da Misericórdia e outros investidores sociais

4 Projeto educativo

A política educativa é um dos mais poderosos fatores de inclusão social, com impactos no curto, médio e longo prazo passíveis de serem “ativados” em qualquer fase da vida dos cidadãos e, simultaneamente, um importante fator na decisão do local de residência das famílias. Tendo em conta, por um lado, o desafio que Mação enfrenta de fixar e atrair novas famílias, e assim travar a tendência de quebra de efetivos populacionais, e por outro, os riscos de isolamento e exclusão social de grupos específicos, nomeadamente de jovens e adultos integrados em famílias com carências económicas resultantes do baixo perfil habilitacional e das dificuldades de inserção no mercado de trabalho, justifica-se a aposta estratégica na excelência do projeto educativo.

Pretende-se aprofundar o trabalho já desenvolvido pelo agrupamento escolar, através da diferenciação, qualificação e diversificação da oferta educativa, procurando chegar da forma mais personalizada possível aos diferentes grupos e respetivas necessidades, independentemente da sua idade e nível de habilitações. O projeto deve resultar numa efetiva abertura da escola à comunidade, levando o projeto educativo para junto das famílias, empresas e instituições e utilizando as especificidades das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças de Mação para diferenciar a lecionação dos conteúdos mais genéricos.

Um dos fatores críticos de sucesso do projeto será a capacidade de divulgar o trabalho feito no âmbito do agrupamento escolar e os respetivos resultados, pois só desta forma a excelência do projeto educativo poderá fazer parte da marca Mação e constituir um motivo de orgulho de todos os maçaenses e um fator de atração de novas famílias.

Objetivos:

- Aumento do sucesso educativo e redução do abandono escolar
- Melhoria do nível de qualificação da população adulta

Pertinência (*elementos do diagnóstico que justificam o projeto*):

- Crescente autonomia das escolas e experiência de trabalho do Agrupamento Escolar
- Riscos de exclusão social

4 Projeto educativo

Tipologias de investimento e ações:

- Cursos de educação e formação de jovens, Cursos do ensino vocacional, Cursos de aprendizagem, Cursos de educação e formação de adultos, Cursos do ensino recorrente, Cursos profissionais
- Serviços de psicologia e orientação em meio escolar
- Medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão e do sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar, incluindo: recursos didáticos inovadores, estudo acompanhado, projetos de caráter transversal nas áreas de educação e formação para a cidadania (por exemplo, sensibilização ambiental), projetos de desporto e ensino artístico, projetos que promovam o mérito e a excelência dos alunos e formandos
- Medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão e de respostas a necessidades especiais de educação
- Informação e encaminhamento de jovens e adultos face às diferentes ofertas de educação e formação, ações de informação e divulgação das ofertas de educação e formação junto das empresas, diagnóstico de necessidades formativas em parceria com o tecido empresarial regional (nomeadamente no âmbito da CIMMT)
- Projetos orientados para a informação e participação dos pais e encarregados de educação com no projeto educativo
- Formação de docentes e outros agentes de educação e formação

Fatores críticos de sucesso:

- Adesão da comunidade escolar, pais e encarregados de educação e empresas
- Divulgação dos resultados

Parceiros

CM Mação, Agrupamento Escolar

5 Cultura para Todos

A política cultural, tal como a política educativa, funciona também como um fator de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida, com impactos transversais a vários grupos sociais e que contribuem para a afirmação de um território com um local em que “é bom viver”. O raio de intervenção da política cultural é particularmente ampliado num concelho como o de Mação, em que existe por um lado a responsabilidade de conservar, estudar e divulgar um património histórico único e inimitável, e por outro, a ambição de liderar um movimento de recuperação, modernização e valorização económica de conhecimentos, modos de vida e tradições rurais que ainda marcam a identidade maçaense mas cuja persistência, para além das memórias dos mais velhos, está seriamente ameaçada.

Sendo certo que o plano de ação não foi organizado com fronteiras estanques, é no presente projeto que se encontram mais interações com uma multiplicidade de ações previstas nos restantes projetos estruturantes, através da:

- Intervenção no seio da comunidade escolar e científica, aprofundando o trabalho do ITM no domínio do ensino e investigação das ciências humanas;
- Intervenção enquanto fator de inclusão social, contribuindo para o desenvolvimento de competências, para a igualdade de oportunidades na fruição cultural e eliminação de assimetrias geográficas, económicas e etárias no acesso à cultura e para construção de novos públicos;
- Intervenção na gestão integrada do território, contribuindo para a resolução de tensões e conflitos, inevitáveis em momentos de mudança, e para o aumento dos sentimentos de pertença do indivíduo na comunidade e de participação nessa mudança.

Neste quadro a natureza estratégica do Museu de Arte Pré-histórica de Mação surge reforçada, enquanto espaço de encontro dos atores e de divulgação dos resultados do projeto, bem como das escolas e associações locais, enquanto vetores de descentralização das práticas e do consumo cultural.

Objetivos:

- Consolidação de um Centro Internacional de Ciências Humanas
- Criação de um modelo inovador de museologia e museografia
- Criação e disponibilização de conteúdos culturais acessíveis a todos os cidadãos
- Divulgação dos resultados e fomento da adesão dos cidadãos à estratégia e plano de ação

Pertinência (*elementos do diagnóstico que justificam o projeto*):

- Riqueza do património histórico e cultural
- Experiência de trabalho em parceria entre a CM Mação e o ITM
- Riscos de exclusão social e de resistência à mudança

5 Cultura para Todos

Tipologias de investimento e ações:

- Qualificação e ampliação de Museu de Arte Pré-Histórica de Mação e construção da rede de Espaços de Memória, espaços que reúnem nas várias freguesias elementos de cultura material locais, associados a memórias de vida de cidadãos que vivem nessas localidades
- Dinamização de práticas artísticas e culturais por e ou para grupos específicos, projetos que visam a aquisição de competências básicas, pessoais e sociais, recorrendo à inclusão de conteúdos e/ou práticas artísticas e culturais, elaboração e divulgação de conteúdos culturais digitais acessíveis a grupos específicos
- Projetos que concorram para a melhoria do acesso à cultura e à arte: supressão de obstáculos ao nível da comunicação e da programação cultural, incluindo a facilitação do transporte e a programação junto das comunidades mais isoladas e projetos de literacia digital
- Projetos de participação cívica, responsabilidade social, ambiental e patrimonial que concorram para o sucesso escolar, a coesão social e o sentimento de pertença à comunidade: gestão integrada e participada do território

Fatores críticos de sucesso:

- Capacidade de orientação do projeto para públicos diferenciados, de forma coerente em termos de imagem e comunicação mas satisfazendo tanto as necessidades de grupos específicos como as do público mais alargado

Parceiros

CM Mação, ITM, Agrupamento Escolar, Associações

6 Evento Dia Aberto: “Venha conhecer Mação”

O marketing territorial é um instrumento de promoção territorial que tem como objetivo último o desenvolvimento local, mobilizando recursos e tirando partido das vantagens comparativas do território. A construção de uma imagem coerente e partilhada pelos atores locais sobre o território e de ferramentas de comunicação com potenciais residentes, turistas e investidores está na base do marketing territorial e deve ser transversal ao plano de ação.

Para além de uma atenção reforçada à coerência da imagem e estratégia de comunicação dos investimentos e de ações previstas nos vários projetos estruturantes optou-se por incluir no plano de ação o lançamento de uma plataforma de discussão e promoção de Mação através de um grande evento anual que envolva desde líderes políticos, a nível regional e local, como especialistas em políticas territoriais e representantes de empresas, escolas e sociedade civil organizada, destinado a atrair empreendedores, identificar oportunidades de investimento e facilitar a instalação dos novos habitantes.

Sob o mote “**Venha conhecer Mação**” o dia aberto organiza-se em torno de um leque alargado e diversificado de eventos, visitas e sessões de esclarecimento: para além de eventos culturais, de mostras de produtos endógenos e de visitas ao concelho, a montagem de uma “**feira de emprego e formação**” com as empresas e escolas do concelho e da região, a mobilização do setor imobiliário e de construção com o objetivo de promoção da sua carteira de produtos e a organização de sessões de esclarecimentos sobre incentivos à criação do próprio emprego e sobre os apoios sociais disponíveis, são exemplos de ações necessárias para posicionar o “**dia aberto em Mação**” como um evento orientado para a atração de novos residentes, trabalhadores e investidores e não apenas de novos visitantes e turistas. A eficácia de um evento deste tipo depende naturalmente da qualidade das várias ações (e aqui destaca-se a necessária articulação com o Gabinete Empreendedor de Mação, as ZIF, o agrupamento escolar, empresas e outras organizações privadas na monitorização das oportunidades de emprego, investimento e formação e na elaboração de modelos de negócio) mas também da sua estratégia de comunicação e promoção, que deverá ser conduzida a uma escala nacional.

Objetivos:

- Atração de novos residentes, trabalhadores e investidores

Pertinência (*elementos do diagnóstico que justificam o projeto*):

- Tendência de diminuição da população residente e de rarefação do tecido empresarial

6 Evento Dia Aberto: “Venha conhecer Mação”

Tipologias de investimento e ações:

- Benchmarking nacional e internacional com projetos de repovoamento rural e identificação de boas práticas que possam ser replicadas
- Feira imobiliária, feira de emprego e sessões de esclarecimento sobre o sistema de apoios ao empreendedorismo (ex: apoio na definição do projeto empresarial e modelo de negócio, identificação de parceiros e fontes de financiamento, formação) e outros apoios sociais (ex: incentivos ao arrendamento jovem e à reabilitação de habitações)
- Conferências e jornadas temáticas, visitas e eventos culturais

Fatores críticos de sucesso:

- Divulgação do evento à escala nacional
- Mobilização de atores privados
- Articulação com os restantes projetos estruturantes (e respetivas ações) e construção de uma imagem coerente

Parceiros

CM Mação, ZIF, GEMA, Agrupamento Escolar, Associações, ITM, empresas

Melhoria das condições de base e redução dos custos de contexto

O foco nos projetos estruturantes não deve fazer esquecer a natureza também estratégica dos investimentos em infraestruturas, espaço público e equipamentos que melhoram as condições de base que influenciam a capacidade de fixação da população e de investimento privado, aos quais acrescem ainda investimentos imateriais, que contribuem para a redução dos custos de contexto. Por esta razão, apresentam-se de seguida os projetos desta natureza com maior grau de maturidade:

- Requalificação da entrada sul e centro histórico da Vila de Mação: com vista à melhoria das condições de acessibilidade da principal porta de entrada da sede do concelho, engloba uma intervenção profunda nas respetivas infraestruturas com uma grande preocupação na melhoria das condições de segurança dos milhares de utentes diários.
- Requalificação do cineteatro de Mação: restauro e modernização de um dos edifícios culturais mais emblemático da sede do concelho. A intervenção prevê a renovação integral das condições de utilização deste espaço.
- Requalificação do Largo da Feira: reordenamento de um espaço público emblemático da vila de Mação.
- Requalificação nas freguesias: intervenção sustentada nos diferentes espaços públicos das freguesias, tendo em vista a melhoria das condições de utilização por parte dos respetivos municípios.

- Ampliação/conclusão da Zona Industrial das Lamas (3ª fase): criação de mais 23 lotes multifuncionais, devidamente infraestruturados, e criação de uma nova Incubadora de Empresas.
- Programa de eficiência energética: investimentos visando a melhoria do desempenho energético dos edifícios, equipamentos e iluminação pública.
- Mação Digital - Serviço de proximidade ao munícipe: apoio à aquisição de equipamentos e desenvolvimento de sistemas para implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas.

A coerência do plano de ação sai reforçada não só pela inclusão dos projetos de melhorias das condições de base do uso e fruição do território e de redução dos custos de contexto, mas também pelas várias ligações passíveis de serem estabelecidas entre os vários projetos estruturantes, como se ilustra na figura seguinte.

4. Plano de ação

Figura 4.1. Coerência interna do plano de ação: tipologias de ações que articulam os projetos estruturantes



5. Anexo: elementos de suporte ao diagnóstico

Indicador		Unl.	Ano	Mação	Médio Tejo	Centro	Portugal
População e território							
População	Total população (estimativas)	nº	2014	6.794	239.200	2.263.992	10.374.822
		nº	2013	6.946	241.445	2.281.164	10.427.301
		nº	2012	7.089	243.745	2.298.938	10.487.289
	Total população	nº	2011	7.338	247.331	2.327.755	10.562.178
	Taxa de crescimento populacional	(%)	2001-11	-13,1%	-2,9%	-0,9%	2,0%
	Taxa de crescimento natural	(%)	2001-11	-15,6%	-4,3%	-2,6%	0,2%
Densidade Populacional	Taxa de crescimento migratório	(%)	2001-11	2,5%	1,5%	1,8%	1,8%
	Relativa à área total	Hab./km2	2011	18	74	83	115
Taxa de urbanização							
Densidade de alojamentos							
Estratificação Etária	Ajustada à superfície urbana	Hab./km2	2011	103	202	210	219
		(%)	2011	0,0%	40,0%	34,9%	61,0%
	0 - 14 anos	nº/km2	2011	18	48	51	64
	15 - 24 anos	%	2011	9%	13%	14%	15%
	25 - 64 anos	%	2011	8%	10%	10%	11%
	65 - 74 anos	%	2011	44%	52%	54%	55%
	75 e mais anos	%	2011	15%	12%	11%	10%
	Índice de Envelhecimento	%	2011	24%	13%	11%	9%
Alojamento	Índice de Juventude	nº	2011	433	184	163	128
	Residência Habitual	nº	2011	23	54	61	78
	% Peso alojamentos vagos	nº	2011	3.102	96.947	893.857	3.991.112
	Idade média dos edifícios ⁽¹⁾	(%)	2011	13,3%	14,6%	13,6%	12,5%
	Necessidades de reparação	nº	2011	43,7	41,9	38,2	37,9
Empresas e perfil de especialização produtiva							
Emprego por atividade		%	2011	39,0%	30,6%	28,6%	28,9%
	Total emprego	nº	2011	2.249	92.575	902.047	4.290.388
	Agricultura	(%)	2011	3,3%	2,5%	3,8%	3,0%
	Indústria	(%)	2011	17,2%	18,7%	21,6%	18,4%
	Serviços	(%)	2011	28,7%	38,0%	37,8%	42,5%
	Construção	(%)	2011	13,2%	9,0%	8,8%	8,0%
Emprego por atividade	Administração Pública	(%)	2011	37,6%	31,9%	28,0%	28,0%
	Agricultura, sivilcultura e pescas	%	2011	3,3%	2,5%	3,8%	3,0%
	Extrativa	%	2011	0,0%	0,3%	0,4%	0,3%
	Alimentar	%	2011	8,4%	2,3%	2,4%	1,8%
	Textil, vestuário e calçado	%	2011	0,2%	2,6%	2,6%	4,4%
	Madeira, cortiça e mobiliário	%	2011	4,7%	2,7%	2,2%	1,8%
	Papel e publicações	%	2011	0,2%	1,7%	1,0%	1,0%
	Química	%	2011	0,3%	0,9%	1,4%	1,2%
	Metálica	%	2011	1,8%	2,8%	4,4%	2,8%
	Mecânica e eletrónica	%	2011	0,4%	1,2%	1,8%	1,7%
	Material de transporte	%	2011	0,0%	0,9%	1,5%	1,1%
	Material de construção	%	2011	0,2%	1,6%	2,8%	1,0%
	Construção	%	2011	13,2%	9,0%	8,8%	8,0%
	Energia, água e saneamento	%	2011	1,1%	1,6%	1,3%	1,3%
	Transportes e logística	%	2011	3,8%	4,5%	4,1%	4,7%
	Distribuição e comércio	%	2011	14,7%	18,3%	18,3%	17,4%
	Serviços empresariais	%	2011	5,7%	8,8%	9,6%	13,7%
	Hotelaria e restauração	%	2011	4,5%	6,4%	5,8%	6,7%
	Educação, saúde e cultura	%	2011	26,5%	21,5%	21,2%	20,7%
	Admnistração pública	%	2011	11,1%	10,3%	6,8%	7,3%

5. Anexo: elementos de suporte ao diagnóstico

Indicador		Uni.	Ano	Mação	Médio Tejo	Centro	Portugal
Empresas e perfil de especialização produtiva (continuação)							
Unidades empresariais	Estabelecimentos	nº	2012	594	23.620	241.548	1.116.181
	Taxa de crescimento	(%)	2011-12	-5,1%	-4,2%	-4,5%	-4,3%
Turismo	Capacidade de alojamento	nº	2013	n.d.	9.167	47.065	342.497
	Dormidas	nº	2013	37	824.779	4.486.949	48.711.366
	Estada média de hóspedes estrangeiros	nº	2013	1,5	1,7	1,8	2,8
Habilitações	Nenhum nível de escolaridade	(%)	2011	24,1%	20,1%	20,0%	18,9%
	Básico	(%)	2011	61,2%	56,8%	56,2%	55,1%
	Secundário	(%)	2011	8,9%	13,1%	12,5%	13,4%
	Pós-secundário e superior	(%)	2011	5,8%	10,0%	11,3%	12,6%
Ganho médio ⁽²⁾		€	2012	776	951	942	1.096
Ambiente e território							
S.A.U total		nº (hec.)	2009	1.618	47.754	570.008	3.668.121
Corine	Territórios artificializados (tecido urbano e outros usos urbanos)	nº (hec.)	2006	398	9.571	91.396	309.133
	Áreas agrícolas e agro-florestais	nº (hec.)	2006	6.699	111.281	1.013.781	4.197.723
	Florestas e meios naturais e semi-naturais	nº (hec.)	2006	32.800	207.989	1.683.646	4.258.951
	Zonas húmidas e corpos de água	nº (hec.)	2006	104	4.101	29.687	139.493
Resíduos urbanos	Total recolhidos por habitante	nº	2012	358	378	395	440
	Recolhidos seletivamente por habitante	nº	2012	29	38	30	43
Serviços à população	População servida por sistemas de abastecimento de água ⁽²⁾	%	2009	100%	95%	96%	96%
	População servida por estações de tratamento de águas residuais ⁽²⁾	%	2009	86%	65%	72%	74%
Consumo de combustível automóvel, por habitante		nº	2012	160	154	61	50
Características sociais da população							
População ativa	Total população ativa	nº (mil.)	2011	2.486	106.984	1.056.225	5.023.367
	Taxa de atividade (em relação à pop total)	(%)	2011	33,9%	43,3%	45,4%	47,6%
Educação	Taxa de abandono escolar ⁽³⁾	(%)	2011	1,3%	1,6%	1,4%	1,6%
	Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular ⁽¹⁾	(%)	2001/2012	12,6%	8,1%	8,5%	9,9%
	Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário regular ⁽¹⁾	(%)	2001/2012	84,0%	81,8%	81,1%	79,9%
	Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens ⁽¹⁾	(%)	2001/2012	47,3%	43,8%	42,6%	42,8%
	Taxa de analfabetismo ⁽³⁾	(%)	2011	11,0%	6,3%	6,4%	5,2%
Desemprego	Total desemprego	nº (mil.)	2011	235	11.437	116.014	662.180
	Taxa de desemprego	(%)	2001-11	9,5%	10,7%	11,0%	13,2%
Índice de dependência	Total ID	%	2011	94%	62%	57%	51%
	Jovens	%	2011	18%	22%	21%	23%
	Idosos	%	2011	76%	40%	35%	29%
	Variação do total	p.p.	2001-11	1,1	4,7	4,0	3,5
Beneficiários do RSI		nº	2014	95	4.419	48.559	320.357
Proporção de famílias unipessoais com mais de 65 anos		%	2011	20,9%	13,5%	11,8%	10,1%

Notas: os indicadores refletem a publicação das novas NUTS portuguesas - Regulamento (UE) nº 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014 – exceto quando assinalado.

(1) Versão NUTS portuguesas de 2002; (2) Versão NUTS portuguesas de 2002 e o valor para Portugal corresponde apenas ao Continente; (3): estimativa do valor da NUTS Médio Tejo com base nos valores concelhios

Fonte: INE, Censos 2011 e 2011, Estimativas Anuais da População Residente, Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos, Sistema de Contas Integradas das Empresas, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Instituto de Informática, I.P, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais, Estatísticas dos Resíduos Municipais; Corine Land Cover



Augusto Mateus & Associados
Sociedade de Consultores, Lda



AM&A Lisboa

Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º

1250-166 Lisboa

T. +351 21 351 14 00

F. +351 21 354 43 12

AM&A Porto

Rua Cunha Júnior, 41-A, 2.º

4250-186 Porto

T. +351 22 508 98 55

F. +351 22 508 98 57

amconsultores@amconsultores.pt

www.amconsultores.pt



